



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA**

DULCE VALENTE PEREIRA

**A CONSTRUÇÃO DO FEMININO NO DISCURSO DE DILMA
ROUSSEFF:
IDENTIDADE, PERFORMATIVIDADE E *ETHOS***



**FORTALEZA
2013**

DULCE VALENTE PEREIRA

**A CONSTRUÇÃO DO FEMININO NO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF:
IDENTIDADE, PERFORMATIVIDADE E *ETHOS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSLA) da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Claudiana Nogueira de Alencar

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Biblioteca Central do Centro de Humanidades

Doris Day Eliano França CRB-3/726

P436c Pereira, Dulce Valente

A construção do feminino no discurso de Dilma Rousseff: identidade, performatividade e ethos. / Dulce Valente Pereira. — 2013.

CD-ROM. 139 f. : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Linguística Aplicada, Fortaleza, 2012.

Área de Concentração: Linguagem e interação.

Orientação: Prof. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar.

1. Identidade. 2. Feminino. 3. Performatividade. 4. Ethos
5. Dilma Rousseff. Título.

CDD: 407

Universidade Estadual do Ceará
Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada

TÍTULO: “A CONSTRUÇÃO DO FEMININO NO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF: IDENTIDADE, PERFORMATIVIDADE E ETHOS”.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração: Linguagem e Interação.

Autora: Dulce Valente Pereira

Conceito obtido: 10,0

Defesa em: 20/03/2013

Nota obtida: 10,0

BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Claudiana Nogueira de Alencar (Presidente)

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profª. Drª. Maria Viviane do Amaral Veras (1º Examinador)

Universidade de Campinas – UNICAMP



Profª. Drª. Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira (2º Examinador)

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Para minha mãe

Pela paciência e pelo amor que me são concedidos
gratuitamente

Para minha irmã Beatriz

Pelo incentivo e por seu ombro companheiro e amigo

E, para todos (as) aqueles (as)

Que torcem por minhas vitórias, nas duras jornadas da
vida.

Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão para a minha mãe, pelo seu carinho, apoio e incentivo.

Para minha orientadora Profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar, pela orientação dada a esta pesquisa, bem como pelo incentivo para a procura incessante do conhecimento, que segui através de muitas buscas teóricas, as quais ajudaram a transformar minhas percepções e concepções sobre o mundo em que vivemos.

Para a professora Dra. Dina Maria Martins Ferreira, bem como para o professor Dr. João Batista, pelos encaminhamentos, pela direção que foi dada a esta pesquisa, através de sugestões tecidas com objetividade, franqueza e incentivo acadêmico, de modo, sobretudo, bastante humano.

Agradeço ainda o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Também àqueles e àquelas que contribuíram de modo diverso durante a minha passagem pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada- UECE: professoras e professores, bem como todo o pessoal de apoio, que pacientemente me prestaram seus serviços e dividiram comigo a sua amizade.

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos amigos e amigas, colegas, parceiros de jornada, que compartilharam comigo suas experiências e suas expectativas.

“Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje”.

Dilma Rousseff

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo sobre o tema da identidade na pós-modernidade, mais precisamente da identidade feminina no discurso da primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff. O objetivo principal da pesquisa foi compreender as constituições de sentidos linguístico-discursivos da identidade de gênero em um discurso feminino, cujos sentidos são socialmente relevantes para a história do nosso país e para a história das mulheres. Para essa investigação, o nosso aparato teórico-metodológico foi constituído a partir de uma articulação entre as teorias da linguagem, sob uma perspectiva pragmático-discursiva e os estudos de gênero, utilizando principalmente os conceitos de *ethos* discursivo e estereótipo. Partimos, pois, da análise dos sentidos do feminino no discurso de uma mulher que se encontra na instância máxima de poder político, utilizando-nos das categorias “feminilidade” e “feminilidade”, observando também suas características físicas, psicológicas e tom de voz, através da categoria *ethos*. Desse modo, pudemos reconhecer na construção identitária sobre o feminino no discurso de Dilma Rousseff a presença de identidades em conflito, através das marcas identitárias de legitimação e/ou de resistência aos ditames das relações de dominação, que se dão sob uma ótica masculina/ falocrática. Ainda foram investigadas as marcas de identidade de projeto, a qual articula o seu poder para transformar sua própria condição social e histórica, bem como daqueles que representa, através de suas práticas discursivas. Percebemos que a identidade de Dilma se constitui por um processo dinâmico de identificação, bem como pelo lugar social em que se encontra. Nesse processo, Dilma Rousseff desloca, subverte, desconstrói sentidos linguístico-discursivos, oriundos de contextos históricos patriarcais de dominação masculina. Entretanto, consideramos que, conflituosamente, seu discurso também reproduz tais sentidos, pois o sujeito não escapa à força da historicidade.

Palavras-chave: Identidade. Feminino. Performatividade. Ethos. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

This dissertation presents a study about identity in postmodernity, specifically the female identity in the speech of the first woman president of Brazil, Dilma Rousseff. The main purpose of the research was to understand the constitutions of linguistic-discursive meanings of gender identity in a feminine discourse, whose meanings are socially relevant to our country's history and women's history. For this research, our theoretical and methodological apparatus was constructed from an articulation between the theories of language, a perspective pragmatic-discursive and gender studies specially the concepts of discursive *ethos* and stereotype. Therefore we start the analysis of meanings of female speech in a woman who is in the maximum instance of political power through the categories *femininity* and *feminilitude* we also notice the physical, psychological and tone of voice by *ethos* category. Thereby, we can recognize in the identity construction about female in Dilma Rousseff's discourse, presence of conflicting identities, through the legitimization of identity marks and / or resistance to the dictates of the relations of domination that occur from the perspective male / phallogratic. The marks of identity project were also investigated which articulates their power to transform their own social and historical, as well as those who represent through their discursive practices. We realized Dilma's identity is constituted by a dynamic process of identification such as according to social place where you are. In this process Dilma Rousseff moves, subverts, deconstructs senses linguistic-discursive from historical patriarchal contexts, male-dominated. However, we considered that her speech also reproduces these meanings because the subject does not escape the force of historicity.

Keywords: Identity. Female. Performativity. Ethos. Dilma Rousseff.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REVISAO DE LITERATURA	16
CAPÍTULO 01: IDENTIDADE E LINGUAGEM	16
2.1. Identidade na pós-modernidade	16
2.1.1. O processo de produção da identidade sob uma perspectiva pragmático- performativa	21
2.1.2. A produção da identidade e o problema dos estereótipos	25
CAPÍTULO 02: ESTILIZAÇÃO DE GÊNERO	29
2.2. Considerações iniciais	29
2.2.1. Performatividade de gênero	37
CAPÍTULO 03: ETHOS DISCURSIVO	42
2.3. Considerações iniciais sobre o Ethos	42
2.3.1. O Ethos na Retórica de Aristóteles	43
2.3.2. Outras perspectivas.....	44
2.3.3. Concepção <i>encarnada</i> de ethos	47
3. METODOLOGIA	50
4. POR UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO FEMININO: IDENTIDADE, PERFORMATIVIDADE E ETHOS	58
4.1. Mulheres na política: contextualização histórica sobre a atuação política feminina e a posição ocupada por Dilma Rousseff	58
4.2. Análise e discussão dos dados	64
4.2.1. Resultados: apresentação e identificação dos tipos de identidade presentes no discurso de Dilma	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	109
ANEXOS	113

1. INTRODUÇÃO

Este estudo, que focaliza o tema da identidade, mais precisamente da identidade feminina, insere-se no campo da Linguística Aplicada e é fruto da linha de pesquisa intitulada Estudos Críticos da Linguagem, bem como das muitas reflexões desenvolvidas nos encontros do Núcleo Interdisciplinar em Pragmática (NIPRA), da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

A questão da identidade é um assunto que não se esgota, pois desperta, sob várias perspectivas, a atenção de muitas pesquisadoras e muitos pesquisadores. A identidade tem sido compreendida à luz de concepções que têm buscado relacioná-la aos processos e efeitos da globalização, pois o que se tem observado é um deslocamento dos sujeitos, de suas referências seguras. Uma dessas referências consiste no apoio que esses sujeitos encontram nos antecedentes históricos.

Entretanto, o mundo contemporâneo se encontra em ebulição, pois, além das forças políticas, culturais, sociais, etc., há aquelas que se encontram à margem dos centros hegemônicos – dominados por sujeitos “brancos”, “masculinos” e “heterossexuais” – e que deles se diferenciam provocando inquietações sobre quem somos, ou seja, sobre valores e costumes sociais, culturais e históricos que ao longo dos tempos pautaram nossas vidas.

Deparamo-nos com diversas manifestações identitárias, cada uma buscando conquistar seu lugar no mundo, na sociedade em que estão inseridas, ou seja, enquanto umas identidades buscam manter sua lógica dominante, outras buscam romper com os ditames dessa lógica, que tentam conformar os sujeitos a sua dominação. Mas ainda, outras identidades emergem quanto conseguem legitimação e recursos políticos, sociais, etc. conquistando novos espaços. É o caso das mulheres, por exemplo, que, por conta de seus atributos ditos “naturais”, segundo uma lógica masculina, masculinista ou falocrática, têm negados não só o acesso, mas o direito de atuarem em espaços públicos e políticos, e reservados o universo doméstico, ou seja, os afazeres do lar, os cuidados dos filhos e do esposo e, mais ainda, responsabilizando-as pela descendência da família, ou seja, pelas questões maternas.

Compreendemos que esses processos sociais de exclusão, que também são históricos, são constituídos também pela linguagem. Com isso, a atribuição de valores tais como “sensibilidade”, “subjetividade”, “emoção”, “fragilidade”, dentre outros, reservados às mulheres, consiste num processo de naturalização de sentidos. A partir dessas questões, esta pesquisa se propôs a investigar a constituição performativa da identidade feminina, no discurso, não de uma mulher qualquer, mas de uma mulher com voz e poder de comando, que atualmente assume o mais alto cargo público e político brasileiro. Essa mulher é Dilma Rousseff, atual presidente do Brasil.

O nosso interesse em observar as constituições de sentidos linguístico-discursivos do feminino no discurso de Rousseff, partiu de seu “estilo de ser”, que se constitui pelo seu “modo de dizer”. Tal estilo tem sido alvo de inúmeros comentários, inclusive pela imprensa nacional, que a denomina de “gerentona”, “executiva”, “autoritária”, etc. Assim, a partir desse estilo convencionalizado, em certa medida por suas práticas discursivas, tiram-se conclusões, como a de que Dilma Rousseff não é nada “feminina”.

Os sentidos que circulam hoje sobre o “estilo de ser” de Dilma Rousseff nos remetem a outro cenário público e político em que uma mulher, talvez com semelhantes sentidos históricos, também foi alvo de inúmeras considerações sobre o seu estilo. Essa mulher, Carlota Pereira de Queiroz, foi primeira deputada federal do Brasil, bem como uma das primeiras mulheres a exercer a medicina em nosso país (CHPUN, 2004). Mesmo em contexto histórico bastante específico, Carlota, assim como Dilma, foi alvo da fixação de estereótipos, pois, na época, aqueles e aquelas que tiveram oportunidade de conhecê-la reconheceram em Carlota, uma mulher intelectualizada, entretanto, sem beleza, sem atrativo físico algum, ou seja, uma mulher tida como masculinizada. Do mesmo modo como ocorre a Dilma Rousseff, a identidade de Carlota, na condição de “mulher”, também recebeu atenção e críticas.

Em ambos os casos, observamos que ocorre uma construção de estereótipos de gêneros, constituídos sob uma ótica masculina/ falocrática, uma lógica dominante. Tais estereótipos persistem em contextos históricos diversos, para além do instante em que foram produzidos ou emitidos, pois o estereótipo tanto precisa de fixação, como também de repetição.

Nesse sentido, uma vez que as identidades estão sendo deslocadas, os nossos pressupostos consistem na ideia de que a identidade de Dilma se constitui por um processo dinâmico de identificação com o seu meio social, por escolhas, investimentos pessoais, pelos projetos sociais e políticos que mobiliza, bem como segundo o lugar social em que se encontra. Supomos também que Dilma Rousseff desloca, subverte, desconstrói sentidos linguístico-discursivos, oriundos de contextos históricos patriarcais, de dominação masculina. Entretanto, consideramos que, conflituosamente, ela reproduz tais sentidos, pois o sujeito não escapa à força da historicidade.

O nosso aparato teórico- metodológico se constitui por teorias da linguagem, sob uma perspectiva pragmático-discursiva (AUSTIN, 1990; DERRIDA, 1991; OLIVEIRA, 2006), pelos estudos sobre a identidade no mundo pós-moderno (CASTELLS, 2010; HALL, 2008; SILVA, 2008), sobre os estudos de gênero (BORDIEU, 2010; BUTLER, 2010; FERREIRA, 2006), sobre o *ethos* discursivo (MAINGUENEAU, 2006; 2008), bem como os estudos do estereótipo (BHABHA, 2010).

A nossa dissertação se constitui por três momentos, ou, partes, compostas por cinco capítulos. O primeiro capítulo trata da questão da identidade na pós-modernidade na perspectiva de alguns teóricos dos estudos culturais, tais como Stuart Hall. Ainda discutimos os estudos sobre a identidade do sociólogo Emanuel Castells, que propõe três diferentes tipos de identidade— de legitimação, de resistência e de projeto —, a partir da ideia sobre a emergência de identidades coletivas que têm desafiado os avanços da globalização. Ambos os teóricos reconhecem que as sociedades atuais estão passando por mudanças rápidas, abalando a suposta “estabilidade” dos sujeitos e de suas identidades sociais. Esse capítulo se constitui também por teorias da linguagem, cuja perspectiva rompe com o essencialismo, que por muito tempo, segundo uma tradição filosófica ocidental, compreendeu que a linguagem primordialmente tinha a função de designar essências para os sujeitos, revelar as substâncias das coisas, dos fatos do mundo. Para isso, iremos mobilizar as noções de estereótipo e de iterabilidade. O conceito de estereótipo será compreendido na perspectiva da ambivalência de Homi K. Bhabha, para quem o estereótipo consiste num paradoxo, pois precisa de estabilidade, mas também de repetição, portanto, de movimento.

O segundo capítulo compreende dois diferentes tópicos, mas que estão interligados: o processo de estilização de gênero e as relações de dominação entre os gêneros.

Quanto à questão das relações de dominação entre os gêneros, apresentamos a perspectiva de Pierre Bourdieu, para quem a dominação masculina consiste numa forma de violência simbólica. Nessas relações de dominação, ou melhor, no mercado de bens simbólicos, as mulheres consistem em objetos e os homens em sujeitos. Para esse sociólogo, o casamento é o principal dispositivo dessa relação desigual, violenta e cruel. Essa perspectiva será discutida a partir dos estudos sobre gênero da teórica feminista Judith Butler que ao radicalizar a noção de ato performativo da chamada Teoria dos Atos de Fala, de J.L. Austin, propõe a noção de performatividade de gênero, para advogar que, o gênero é a estilização repetida do corpo, e não em uma inscrição cultural que se dá num corpo a espera de significação, de sentido.

O terceiro capítulo trata da noção de *ethos* que consiste em uma das provas do discurso. O *ethos* é estudado desde os tempos da Retórica de Aristóteles até o seu reaparecimento em disciplinas diversas, tais como nos trabalhos sobre argumentação e nos estudos do discurso. A perspectiva mobilizada será a de uma concepção encarnada de *ethos*, proposta por Dominique Maingueneau, que advoga que corpo e discurso estão intrinsecamente relacionados na construção de uma dada “imagem de si”. Assim, esse teórico propõe que investiguemos o *ethos* sobre três aspectos: o tom de voz, o físico e o psicológico.

A segunda parte se constitui pelo quarto capítulo e compreende a metodologia. Assim, pretendemos mostrar como ocorrerá a articulação de nosso aparato teórico-metodológico, mais precisamente, das categorias de análise, por meio das quais iremos investigar a constituição de sentidos linguístico-discursivo da identidade feminina, no discurso de Dilma Rousseff. As categorias eleitas para a pesquisa foram a “feminilidade” e a “feminilidade”, propostas pela pesquisadora Dina Maria Martins Ferreira; a categoria de *ethos* discursivo, de acordo com os estudos de Maingueneau, e por fim, os estilos de identidades propostos por Emanuel Castells, compreendidos pelas identidades de legitimação, de resistência de projeto.

A terceira e última parte compreende o quinto capítulo, que consiste na apresentação da análise dos dados, de sua discussão e dos resultados. Aqui tentamos alcançar o nosso objetivo principal que foi o de compreender as constituições de sentidos da identidade feminina, no discurso da presidenta Dilma Rousseff.

Tecemos algumas questões que buscamos responder através de nossa análise, quais sejam: a) Que identificações são reivindicadas ou empreendidas por Dilma Rousseff em seu discurso e como tais identificações se relacionam às identificações da “feminilidade” e da “feminilidade”? b) Será possível apontar um *ethos* específico para uma mulher que se *mostra poderosa*, por atuar nas esferas públicas de comando, a partir de características físicas, psicológicas e pelo tom de voz, que contextualizados, consistem os elementos configuradores de um *ethos*? c) Em que medida o movimento do corpo de Dilma Rousseff permite identificarmos os sentidos tanto da “feminilidade” quanto os da “feminilidade” (FERREIRA), uma vez que o corpo não consiste num depósito de atributos, mas sim em uma estilização repetida de atos configurados em uma identidade? d) Em que medida Dilma estará, através da iterabilidade, produzindo, reproduzindo ou ressignificando sentidos estereotipados do feminino oriundos de um contexto “falocrático”, e desse modo, mobilizando, deslocando ou subvertendo conceitos naturalizados e fundadores de gênero? Por fim, e) Será que a relação entre a “feminilidade”, a “feminilidade” (FERREIRA) e o *ethos* (MAINGUENEAU) apontam para uma identidade de resistência ou de projeto construída nesse novo papel ocupado por Dilma, ou indicam uma identidade legitimadora da submissão feminina presente no imaginário popular, ou, ainda, uma identidade múltipla?

Esperamos que este trabalho aponte para essas respostas, sem, contudo, esgotá-las, abrindo espaço para novas reflexões em torno das questões de gênero social; reflexões que possam pensar a linguagem como o lugar de luta contra todas as formas de discriminação e exclusão social não só das mulheres, mas de outros grupos historicamente oprimidos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO 01

IDENTIDADE E LINGUAGEM

Este capítulo apresenta o nosso aparato teórico-metodológico em três seções, com o objetivo de compreender as constituições de sentido da identidade feminina no discurso da presidenta Dilma Rousseff.

Nesta primeira seção, busca-se discutir a relação entre identidade e linguagem, à luz de uma perspectiva pragmático-discursiva, que nos permite uma contextualização histórica dos fenômenos linguístico-discursivos. Nossa tarefa, portanto, consiste em (a) descrever o contexto histórico contemporâneo e seus efeitos sobre o processo de construção das identidades, (b) mostrar a importância da questão da identidade, (c) mostrar como perspectivas idealistas, essencialistas e representacionistas compreendem a relação sujeito, linguagem e mundo, conseqüentemente, a construção identitária, bem como (d) o modo como a identidade é conceituada, compreendida epistemologicamente. Pretende-se ainda (e) mostrar a performatividade como ato constituinte da identidade, apresentando a noção de iterabilidade e a noção de contexto para discutir naturalizações de sentidos, que, a nosso ver, implicam, no que diz respeito à identidade feminina, estereótipos de gêneros. Assim, também pretendemos (f) discutir o conceito de estereótipo, na perspectiva da ambivalência.

2.1. Identidade na pós-modernidade

Muitos são os estudos que colocam no cerne de suas investigações a questão da identidade. Embora uma gama de pesquisas e teorizações acerca do tema esteja disponível, mesmo assim, o assunto não se esgota e não se exaure.

Perspectivas que contribuíram com a ideia de estabilização das identidades dos sujeitos apoiaram-se num modo de interpretação essencialista, oriundo de uma tradição filosófica, a partir da qual a linguagem tinha como única função reconhecida a de simplesmente designar essências comuns a todos os sujeitos. Entretanto, os tempos são outros, e nos deparamos com um mundo contemporâneo confuso, instável, móvel e híbrido, no qual os sujeitos são constantemente deslocados de sua suposta e aparente “estabilidade” identitária. Consequentemente, novas identidades estão sendo constituídas através de um processo de luta e contestação política.

Segundo Woodward (2008, p. 25), no atual mundo contemporâneo, as lutas pela afirmação e manutenção das identidades emergem por meio das mudanças e das transformações globais que têm atingido as estruturas políticas e econômicas. Desse modo, conforme a autora, “as identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem” (Woodward, 2008, p. 25).

Castells (2010) nos situa no contexto em que tem ocorrido um avanço significativo de expressões de identidade coletiva, que ele avalia serem poderosas. Essas expressões têm desafiado a globalização, mas esse desafio não tem ocorrido de modo isolado, ou seja, o avanço dessas expressões tem se dado juntamente com outros fatores que consistem na revolução tecnológica, na transformação do capitalismo e na derrocada do estatismo. Consequentemente, segundo o sociólogo, é justamente nesse contexto que foi introduzida uma nova sociedade, denominada “sociedade em rede”. Logo, ao nos levar ao conhecimento de que as tendências conflitantes da globalização e da identidade têm moldado nossas vidas, Castells aponta para a existência de identidades múltiplas para os atores sociais, pois reconhece que essa diversidade consiste em fonte de tensão, conflito e contradição. Esses atores sociais se valem de matéria- prima fornecida pelas “fantasias pessoais”. Assim, o processo de produção da identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela:

[...] história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. (Castells, 2010, p. 23, grifo nosso)

Castells compreende que a identidade consiste num processo de construção de significado que se baseia num atributo, ou num conjunto de atributos culturais que se encontram inter-relacionados. Assim, o significado consistiria numa identificação simbólica por parte de um ator social.

Dessa forma, Castells (2010, p.23-25) propõe três diferentes tipos de identidade como descritas a seguir: *a) a identidade de legitimação*, que consiste naquela que as instituições dominantes da sociedade introduzem com a finalidade de expandir e racionalizar sua dominação frente aos atores sociais; *b) a de resistência*, que consiste na identidade criada pelos atores sociais, que se localizam em posições ou condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante, construindo assim “trincheiras de resistência e sobrevivência” cuja base tem princípios diferentes ou opostos daqueles que alicerçam as instituições da sociedade; e, por fim, *c) a de projeto*, que consiste naquela em que os atores sociais, de posse de qualquer matéria- prima cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade, que possa promover uma redefinição da sua posição na sociedade, e assim, uma transformação de toda a estrutura social.

A importância da identidade legitimadora está no fato de esta originar tanto uma sociedade civil, que inclui as organizações e instituições, bem como os atores sociais. Já através da identidade de resistência ocorre a formação de comunidades, ou de comunas. O autor destaca que essa identidade pode consistir na mais importante identidade em nossa sociedade, pois, diante da opressão, é por meio dela que emergem formas de resistência. Por fim, a importância da identidade de projeto é a de que ela produz sujeitos, ou seja, atores sociais coletivos, mas bem mais que isso: ela consiste em um projeto de vida diferente, que se constitui a partir de uma identidade oprimida/ marginalizada/ subalterna/ etc., que ao se expandir tem como objetivo a transformação da sociedade, que deve ocorrer como uma extensão desse projeto proposto por esse tipo de identidade.

A diversidade de identidades se deve ao fato de que o próprio sujeito está sendo deslocado, fragmentado e descentrado, e, com isto, novas identidades estão emergindo. Essa fragmentação, deslocamento e/ou descentração dos sujeitos se deve à complexidade das sociedades modernas. A percepção desse problema surge a partir da discussão de Hall (2006) sobre a identidade, à luz do conceito de “descentração”. O autor discute três diferentes visões de sujeitos, a saber, o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. É

com base na compreensão dos sentidos de cada um desses sujeitos que o autor irá se debruçar mais especificamente sobre os processos que conduziram a emergência do sujeito pós-moderno.

Para Hall (2006), o sujeito do Iluminismo consiste na ideia de que o ser tem um núcleo interior, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. É o sujeito centrado. O sujeito sociológico, por sua vez, também consiste na visão do ser como dotado de um núcleo interior, mas diferentemente do sujeito do Iluminismo, a formação desse núcleo se dá no estabelecimento de um diálogo dele com os mundos culturais, que se localizam no exterior do referido núcleo. A concepção da identidade e do *eu* deste último sujeito é interativa. Por fim, a emergência do sujeito pós-moderno se deu através dos processos de mudanças estruturais e institucionais, que promoveram a fragmentação do sujeito moderno, do indivíduo unificado, que passa a ser composto por uma variedade de identidades, que ora são contraditórias, ora não são resolvidas. Essa mudança conduz a outra mudança, a saber, a do processo de identificação, que, conforme afirma o autor, passa a consistir num processo mais provisório, complexo e variável. Com isso, a identidade não diz mais respeito a um ser estável e permanente, mas a um ser móvel, dado ao seu processo de formação e transformação constante.

Hall (2006) aponta três movimentos que julgou estratégicos para as mudanças ocorridas na conceptualização de tal sujeito. Sobre o primeiro movimento, o autor registra que, antes do advento das sociedades modernas, os sujeitos se apoiaram em tradições estruturais que, estáveis, eram estabelecidas em termos divinos. Sendo assim, quem moldava o sujeito e sua identidade eram as instituições religiosas. Portanto, a partir dessa informação, o autor nos mostra que, essa conceptualização era a de um sujeito “divino”, que foi deslocada por René Descartes. O filósofo francês promove uma mudança significativa na conceptualização do sujeito, dada a sua compreensão do mundo material, que se dá em termos puramente mecânicos e matemáticos. Resulta daí que Descartes coloca o sujeito individual no centro da mente: um sujeito racional, pensante e consciente. Entretanto, outras mudanças apontadas pelo teórico contribuíram com o deslocamento desse conceito de sujeito em termos divinos, a saber, 1) a Reforma e o Protestantismo, o 2) Humanismo Renascentista, as 3) Revoluções científicas e o 4) Iluminismo, que respectivamente, promoveu a libertação da consciência individual das estruturas e instituições religiosas, deslocou Deus do centro do universo e o substituiu pela figura do homem, o que permitiu ao homem desenvolver e pôr

em prática as suas capacidades para investigar e desvendar a natureza e, por fim, libertar-se do dogma e da intolerância das instituições religiosas, tornando-se racional e científico. Vem daí a noção de um sujeito soberano, tão cara ao iluminismo.

A emergência do sujeito pós-moderno se deu através dos processos de mudanças estruturais e institucionais, que promoveram a fragmentação do sujeito moderno, do indivíduo unificado, que passa a ser composto por uma variedade de identidades, que ora são contraditórias, ora não são resolvidas. Essa mudança conduz a outra mudança, a saber, a do processo de identificação, que, conforme Hall (2006) passa a consistir num processo mais provisório, complexo e variável:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo, que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p, 13).

Portanto, diante desse movimento dos sujeitos e de suas identidades, Hall (idem) argumenta que os processos de identificação têm levado os sistemas de significação e representação a se multiplicarem, tornando as identificações temporárias, devido à proliferação de identidades, não mais estáveis, mas cambiantes e desconcertantes.

Para Woodward (2008) os processos históricos que serviram de base para que as identidades fossem fixadas estão entrando em colapso. A autora defende a tese de que novas identidades estão sendo constituídas através de um processo de luta e contestação política. Conseqüentemente, segundo a teórica, no atual mundo contemporâneo, as lutas por afirmação e manutenção das identidades emergem por meio das mudanças e das transformações globais, que têm atingido as estruturas políticas e econômicas. Logo, para que possamos discutir os processos envolvidos na construção da identidade, bem como realizarmos sua completa conceitualização, aproveitamos as três dimensões identitárias apontadas pela autora: a social, simbólica e psíquica.

Em síntese, buscamos mostrar que a identidade consiste em uma questão central em meio a debates contemporâneos. A nosso ver, o argumento central é o de que o processo de produção das identidades não consiste numa projeção de essencialismos por meio da linguagem, pois nessa perspectiva essencialista a identidade do sujeito seria fixada, estabilizada. Em meio aos deslocamentos do mundo contemporâneo, ou, mais precisamente,

das sociedades pós-modernas, é somente por meio de uma perspectiva não-essencialista que poderemos compreender a emergência de múltiplas identidades que deslocam, mobilizam e subvertem, no caso da identidade de gênero, a matriz heteronormativa, fazendo eclodir uma diversidade de matrizes rivais de identidades.

2.1.1. O processo de produção de identidades sob uma perspectiva pragmático-performativa

Inicialmente, registramos a existência de dois processos pelos quais a identidade é construída: um consiste em fixá-la e estabilizá-la, o outro, em subvertê-la e desestabilizá-la. No primeiro caso, a identidade de gênero, nos termos de uma interpretação essencialista, naturalizou aspectos próprios para mulheres e homens. Esses aspectos sociais, culturais e históricos ao serem constituídos no interior de dualismos, em termos de oposições binárias, receberão uma valoração e força diferenciadas sobre um lado de seus aspectos, ou seja, um dos termos que compõem a dicotomia terá mais poder que o outro ou sobre o outro. Entretanto, a constituição da identidade de gênero ou, mais precisamente, da identidade feminina investigada sob uma perspectiva pragmático-discursiva é compreendida como um processo performativo, ou seja, como um processo de “estilização que consiste num conjunto de atos repetidos do corpo” (BUTLER, 2010). É com base nessa segunda perspectiva que iremos nos debruçar para compreender o processo de produção da identidade feminina, que, a nosso ver, é sempre instável.

O que pressupõe o processo de estilização de gênero é a noção de ato performativo, proposto por J.L.Austin, em sua chamada Teoria dos Atos de Fala.

Pinto (2003) nos informa que a Teoria dos Atos de Fala, de J.L.Austin consiste numa das três correntes que se preocuparam com o uso da linguagem e que foram influenciadas por grupos filósofos da linguagem. As outras duas correntes consistem no pragmatismo americano, influenciado pelos estudos semiológicos de William James, e nos estudos da comunicação, que tinham como preocupação as relações sociais, de classe, de gênero, de raça, de cultura, etc. na atividade linguística.

A partir da visão de que muitas palavras inseridas em declarações, supostamente descritivas, não apontariam para descrições da realidade, mas para as circunstâncias nas quais

a declaração foi elaborada; para as restrições às quais a declaração se submeteu, bem como para a maneira como a declaração foi recebida, Austin (1990) propõe o “ato constativo”. No mesmo movimento, também propõe o que denomina sentença performativa ou proferimento performativo, ou, de maneira mais simplificada, performativo, ao argumentar que, nas circunstâncias apropriadas, o proferimento de uma dada sentença é a realização de uma ação. Entretanto, por não poder mais sustentar a divisão que se dá entre constativos e performativos, pois conclui que nem todas as declarações são descrições, o filósofo abandona os constativos.

Resulta que, para a teoria austiniana, o “ato performativo” consiste em uma ação, num ato que se pratica ao dizer o que disse. Austin (1990) remete a origem do termo “performativo” ao verbo inglês *to perform*, que é um correlato do substantivo “ação”. Assim, a partir dessa compreensão, esse autor propõe o que chama de três sentidos ou três dimensões diferentes de “uso da linguagem” ou de “uso de uma sentença”, ou seja, conceitua, a saber, o 1) *ato locucionário*, como o ato com um sentido e uma referência, ou seja, diz respeito ao significado nos termos da gramática tradicional; o 2) *ato ilocucionário*, como aquele que se realiza por convenção, ou seja, é o ato dotado de convencionalidade; e, por último, o 3) *ato perlocucionário*, como aquele que produz certos efeitos ou consequências sobre as ações dos interlocutores, ou, sobre os sentimentos e pensamentos deles, ou seja, o propósito, a intenção ou o objetivo deste ato é o de conseguir resultados.

A partir dessa perspectiva pragmática proposta por Austin, a identidade, nos termos de uma perspectiva performativa da linguagem, não consistirá em essências, algo da ordem da “natureza”, mas consistirá em um processo de construção social, que ocorre por meio de conflitos, lutas e contestações. Nesse sentido, para Silva (2008, p. 76), a identidade consiste no resultado de atos de criação linguística, argumento reforçado pela seguinte passagem:

Dizer que são o resultado de atos de criação significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (grifo nosso)

Logo, a criação da identidade ocorre por meio de atos de linguagem e os seus sentidos são adquiridos por meio de sistemas de significação. A partir dessa ideia, os sentidos da identidade não podem ser compreendidos fora de tais sistemas.

Contudo, Silva (2008, p.80) nos esclarece que a determinação e a definição da identidade não ocorrem, unicamente, pelos sistemas discursivos e simbólicos, pois a linguagem vacila. Isso significa que é pela própria linguagem que a instabilidade de sua própria estrutura é promovida. Nesse sentido, ele argumenta que “se é verdade que somos, de certa forma, governados pela estrutura da linguagem, não podemos dizer, por outro lado, que se trate exatamente de uma estrutura muito segura. Somos dependentes, neste caso, de uma estrutura que balança” (Silva, 2008, p.80). Logo, o teórico conclui que estamos sempre em busca da presença do referente, ou como queiram, do significado. Entretanto, uma vez que a tão desejada presença não pode nunca ser fornecida pela linguagem, esta será caracterizada pela indeterminação e pela instabilidade.

Silva (2008) tece seus argumentos sobre a produção discursiva e linguística da identidade por meio do conceito de performatividade, proposto por Judith Butler, pois, para ele, o conceito de performatividade promove um deslocamento de uma investigação que se dá, em termos descritivos, para uma investigação que observe os movimentos e transformações que ocorrem nos processos discursivos e linguísticos pelos quais a identidade é produzida. Assim, segundo o autor, o conceito de performatividade consiste numa ampliação daquilo a que Austin se refere em sua teoria por “proposições performativas” ou “atos performativos”, com isso, “é precisamente a partir desse sentido ampliado de performatividade que a teórica Judith Butler analisa a produção da identidade como uma questão de performatividade” (SILVA, 2008, p.93).

Silva (Idem, p.94) afirma que é por meio de uma incessante repetição que os enunciados performativos que dizem respeito à identidade são eficazmente produzidos, ou dito de outra forma, “é de sua repetição e, sobretudo, da possibilidade de sua repetição, que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção da identidade”. Essa repetição é compreendida por meio da propriedade de “iterabilidade”, ou dita de outra forma, de “citationalidade” da linguagem, proposta por Derrida.

Segundo Derrida (1991, p. 356) um signo, linguístico ou não, falado ou escrito, avança na ausência do destinatário, ou melhor, dos sujeitos que o produziram ou emitiram num dado contexto, e se mantem legível, ao longo do tempo, por meio da “iterabilidade”, que torna o momento iterável, repetido e repetível. Entretanto, o autor nos adverte que a constituição da identidade de uma “marca”, de qualquer signo que seja, uma vez que ocorre pela “iterabilidade”, precisa ser regulada por um código para que se mantenha legível, comunicável. Essa “ausência” é qualificada pelo filósofo como “ruptura de presença”, que consiste na “inscrição da morte” ou da “possibilidade de morte” do destinatário na estrutura da marca.

Ao relacionar “código” e “iterabilidade”, um paradoxo é posto em relevo por Derrida (1991, p. 357- 358). Tal paradoxo consiste na “disrupção, em última análise, da autoridade do código como sistema finito de regras e a destruição radical, no mesmo lance, de todo o contexto como protocolo de código”. Logo, para o autor (1991), o funcionamento, leitura e reescrita de uma “estrutura de marca” não será impedida pela “ausência” de quem a produziu, pois nenhum contexto pode fechar-se sobre si mesmo, tampouco, nenhum código, pois os contextos são ininterruptos, insaturados, sempre abertos a resignificação.

Conforme Derrida (1991, p. 358) essa força de ruptura consiste no intervalo, no “surgir de uma marca”, que se separa “de outros elementos da cadeia contextual interna”, bem como de “todas as formas de referente presente”, consistindo, dessa forma, na “possibilidade sempre aberta do seu isolamento e do seu enxerto”. Portanto, o autor se refere por “citacional” à possibilidade desse isolamento e enxerto, que ao relacionar o contexto com a iterabilidade compreende que:

Qualquer signo, linguístico ou não linguístico, falado ou escrito, em pequena ou grande unidade, pode ser citado, colocado entre aspas; com isso pode romper com todo o contexto dado, engendrar infinitamente novos contextos, de forma absolutamente não saturável. Isso não supõe que a marca valha fora do contexto, mas, pelo contrário, que não existem contextos sem qualquer centro de referencia absoluto. (grifo nosso)

Desse modo, Derrida (1991) nos mostrar que a “citacionalidade” consiste na iterabilidade da “marca”, que é o modo pelo qual uma marca tem o seu funcionamento normal. Portanto, segundo o autor, a “iterabilidade” consiste na possibilidade de isolamento e

enxerto citacional, como propriedade da linguagem, presente na estrutura de qualquer marca, seja ela falada ou escrita, consiste na possibilidade de funcionamento, de qualquer signo, para além do momento de sua inscrição.

Ao se apropriar da teoria de Derrida, Silva (2008) compreende que o que ocorre é uma operação de “recorte e colagem”, que se dá pela repetibilidade da linguagem. Ele nos explica que o recorte consiste na retirada de uma expressão de um dado contexto social mais amplo, no qual ela foi enunciada diversas vezes, e a colagem consiste na operação de inseri-la, citá-la num novo contexto, reaparecendo disfarçada por novos sentidos, pois “é exatamente essa “citacionalidade” da linguagem que se combina com seu caráter performativo para fazê-la trabalhar no processo de produção da identidade” (SILVA, 2008, p. 95). Logo, segundo esse autor, Butler ao radicalizar o ato performativo da teoria austriana argumenta que é justamente a possibilidade de interrupção no processo de “recorte e colagem”, ou dito de outro modo, no processo de “citacionalidade”, que poderemos observar a produção de novas e renovadas identidades, pois os atos performativos são caracterizados e as diferenças instauradas são reforçadas, justo pela interrupção no processo de repetibilidade da linguagem.

2.1.2. A produção da identidade e o problema dos estereótipos

O conceito de estereótipo nos remete para o processo linguístico-discursivo de naturalização de sentidos. A visão do estereótipo como uma cristalização de sentido, defendida por alguns autores, pode nos conduzir para uma visão essencialista em que o sujeito adquire um status ontológico.

A nosso ver, o estereótipo consiste numa estratégia discursiva que necessita de sua repetição, ou seja, de ser iterável nas práticas discursivas para garantir sua reprodução. Contudo, esse conceito representa um problema na ou para a produção da identidade, especificamente, da identidade feminina, pois as naturalizações de sentidos têm sustentado relações desiguais entre os gêneros.

Segundo Amossy (2008, p.126) a estereotipagem consiste numa operação por meio da qual a realidade é pensada através da preexistência de uma representação cultural, ou seja, de um esquema coletivo cristalizado. Contudo, para Bhabha (2010), um dos aspectos que

se descortina sobre o estereótipo é o de que ele consiste numa estratégia discursiva do conceito de “fixidez”. Ele explica que a fixidez consiste no signo da diferença cultural/histórica, bem como num modo de representação paradoxal, pois, tanto uma ordem como uma desordem é denotada por esse conceito. Assim, essa definição empreendida pelo autor é a de que o estereótipo consiste numa forma de conhecimento, bem como de identificação, que se dá entre o que já se encontra seguro e fixo e entre aquilo que necessita de repetição, de movimento, ou seja, de ser iterável.

Por trás dessa compreensão sobre o estereótipo, encontra-se a perspectiva da ambivalência, por meio da qual Bhabha (2010, p. 106) analisa a construção discursiva desse conceito e seus efeitos sobre os sujeitos. Segundo o autor, a ambivalência consiste num processo, e a força desse processo é que valida o estereótipo, uma vez que:

[...] ela garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individuação e marginalização e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente. (grifo nosso)

Portanto, essa “força da ambivalência” (BHABHA, 2010) coaduna com a “força de ruptura” (DERRIDA, 1991) que discutimos anteriormente, pois ambas as forças garantem, respectivamente, que o estereótipo, para Bhabha, e a marca de qualquer estrutura de signo, para Derrida, sejam escritos ou falados, possam se realizar para além do instante em que foram produzidos ou emitidos, ou seja, para além da presença do autor e do destinatário.

O foco de Bhabha (2010) se desloca para uma compreensão dos processos de subjetivação, pois ele reage teoricamente e politicamente contra uma análise do estereótipo que somente promova o simples reconhecimento de imagens positivas e/ou negativas. A partir dessa reação, o teórico inaugura sua própria proposta que consiste em apreender o estereótipo como um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório. O autor argumenta que o estereótipo consiste na cena tanto de uma fantasia, que consiste no desejo de uma originalidade, quanto na cena de uma defesa, que consiste na ameaça empreendida pelas diferenças. Essas cenas são semelhantes, pois o estereótipo consiste num ponto primário de subjetivação no discurso, e não podemos concebê-lo como uma simplificação, pois esse conceito consiste numa representação falsa de uma dada realidade. Entretanto, Bhabha acrescenta que esse conceito pode até ser uma simplificação, pois é uma forma presa, fixa de representação, conseqüentemente, o jogo da diferença ao ser negado por essa simplificação,

faz emergir um problema para a representação do sujeito, que se dá nas significações de relações psíquicas e sociais.

Bhabha (2010) argumenta que o estereótipo exige que a significação seja bem sucedida, pois não podemos esquecer que ele consiste numa forma de crença dividida e múltipla. Essa significação consiste em uma cadeia contínua e repetitiva de outros estereótipos. O autor reconhece que a cadeia de significação estereotípica é uma articulação de crença múltipla, bem como que essa cadeia é misturada, dividida, polimorfa e perversa. Portanto, a nosso ver, essa repetição de uma cadeia de estereótipos se dá por meio da “iterabilidade”, ou seja, da “citacionalidade” (DERRIDA, 1991), cujos estereótipos são recortados dos contextos que foram produzidos e “colados” (SILVA, 2008) nos contextos de uso através das práticas de discursivas, por meio das quais ocorre a significação, que precisa ser bem sucedida para que os estereótipos tanto sejam fixados como reproduzidos.

Podemos comparar a visão de Bhabha (2010, p.123) com a perspectiva de Butler, que se apropria das concepções de Foucault, ao argumentar que a construção dos sujeitos ocorre no interior de um aparato de poder. Com isso, no intuito de dar uma maior visibilidade ao exercício do poder, Bhabha elabora a sua própria definição do conceito de estereótipo como “sutura”, ao argumentar que esse conceito representa um “reconhecimento da ambivalência daquela autoridade e daquelas ordens de identificação”. O teórico compreende que o papel da identificação fetichista tem por finalidade o fornecimento de um processo de cisão e crença múltipla/ contraditória, que se dá no ponto da enunciação e da subjetivação, e que contribui, dessa forma, para com a construção de saberes discriminatórios que dependem da “presença da diferença”. Para o autor são essas noções de cisão e crença múltipla que lhe fornecem um modo mais fácil de enxergar a ligação que se dá entre saber e fantasia, entre poder e prazer.

Portanto, para Bhabha (2010), o ato de estereotipar consiste em um texto ambivalente, onde posicionalidades e oposicionalidades são construídas, e não em um meio pelo qual se estabelece uma falsa imagem, que passa então a ser o “bode expiatório” de práticas discriminatórias. Essa ambivalência, de que nos fala o autor, consiste, dentre tantos aspectos, em um deslocamento.

O nosso entendimento é o de que essa noção de deslocamento atende à perspectiva performativa de gênero que elegemos para essa investigação. Segundo essa perspectiva, matrizes rivais de gênero subvertem e deslocam a matriz heteronormativa, conseqüentemente, o poder sexista discriminatório é deslocado e novas identidades de gênero são constituídas.

3. REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO 02

ESTILIZAÇÃO DE GÊNEROS

Neste capítulo, buscaremos refletir sobre temas conceituais que foram basilares no desenvolvimento de nossa pesquisa, a saber: o processo de estilização de gênero e as relações de dominação entre os gêneros.

Para desnaturalizarmos os sentidos que são constituídos em nossas práticas discursivas, por exemplo, oriundos de uma tradição histórica falocrática/ heteronormativa, ou seja, para identificarmos as propriedades sociais e históricas da opressão heterossexista e do poder heterossexual, julgamos importante a apresentação de estudos sobre gênero, sob viés antiessencialista, que procuram entender as questões de gêneros como fenômenos sociais e históricos, que em certa medida são constituídos nos e por nossos atos de linguagem.

Desse modo, buscamos atender aos objetivos de (a) apresentar alguns problemas de interpretações que foram impostas às categorias de “gênero”, “sexo” e “sexualidade”, (b) compreender como o sujeito, o corpo e a identidade são apreendidos pelas perspectivas da dominação masculina e performativa, c) compreender a constituição de relações hierárquicas entre os gêneros, segundo uma economia de bens simbólicos, para, por fim, (d) apresentar em que consiste a teoria performativa de gêneros, perspectiva que elegemos para esta pesquisa.

2.2. Considerações iniciais

Celmer (2010, p. 77) apresenta uma abordagem relacional para o entendimento do gênero que consiste em situar a mulher numa condição de participante, não mais de vítima, pois relativiza as noções de “dominação masculina” e “vitimização feminina”. Portanto,

iremos nos aprofundar sobre a perspectiva da dominação masculina, para contrapô-la com a perspectiva performativa de gênero, que é uma perspectiva de caráter relacional.

Bourdieu (2010) argumenta que a dominação masculina consiste no que ele denomina “violência simbólica”, ao colocar em relevo os processos que transformaram a história em natureza, ou seja, o arbitrário cultural em natural. Segundo essa perspectiva, a mulher foi essencializada, pois foi retirada dos processos históricos. Esse autor advoga que tanto os homens, quanto as mulheres incorporam as estruturas históricas da dominação masculina, que consistem em esquemas inconscientes de percepção e de apreciação. Dessa forma, a instituição da violência simbólica ocorre por meio da adesão do dominado, pois a relação de dominação consiste numa forma incorporada que foi naturalizada, e a força simbólica se trata de uma forma de poder que se impõe sobre o corpo. Segundo o autor, se o exercício da relação de dominação ocorre somente por meio de um acordo de disposições, a perpetuação e transformação dessas disposições dependem da também perpetuação e transformação das estruturas das quais resulta. Em outros termos, as tendências ou disposições dependem da estrutura de um “mercado de bens simbólicos”, mercado esse no qual as mulheres consistem em objetos.

Consequentemente, segundo essa perspectiva, as mulheres são posicionadas nesse “mercado de bens simbólicos”, por conta da ratificação e ampliação de um princípio, empreendido por um sistema denominado “mítico- ritual”, por meio do qual a mulher tanto é inferiorizada como excluída. Esse princípio instaura uma dissimetria entre a mulher e o homem, que se dá no terreno das trocas simbólicas, bem como das relações de produção e reprodução do “capital simbólico”. Assim, o “mercado matrimonial” consiste no dispositivo central para essas trocas e relações, presente na base de toda a ordem social. Logo, essa dissimetria estabelecida entre “sujeito e objeto”, ou ainda, entre “agente e instrumento”, ocorre também entre “homens e mulheres”. Nestes termos, as mulheres são tidas como objeto, ou, mais precisamente, elas são símbolos dessas trocas e relações assimétricas. Os sentidos desses símbolos são constituídos fora da mulher e sua função é a de perpetuar o capital simbólico dos homens.

Diferente da perspectiva de Bourdieu, para quem homens e mulheres são o resultado de estruturas de dominação masculina, em que a relação entre os gêneros é

fortemente hierarquizada, Judith Butler compreende que os gêneros consistem no resultado de performances sociais, que se dão pela linguagem e pelo corpo.

Assim, a teórica feminista Judith Butler propõe a noção de “performatividade de gênero”, ao radicalizar a noção de “ato performativo”, da Teoria dos Atos de Fala de J.L.Austin, agregando à sua teoria concepções foucaultianas e perspectivas psicanalíticas. Ao se debruçar sobre as tramas do sujeito, da identidade e do corpo, ela põe em relevo o problema do essencialismo e problematiza o que existe por “trás” de categorias por meio das quais a heterossexualidade compulsória, o poder heterossexista e as relações desiguais entre os gêneros são legitimadas e reproduzidas. Em outros termos, com o intuito de deslocar, subverter e mobilizar as categorias que estabilizam, fixam, ou seja, estabelecem uma unidade e coerência para a identidade de gênero, essa teórica problematiza o sujeito, a identidade e o corpo ao empreender uma crítica à metafísica da substância, que, segundo ela, embasa a construção ontológica do sujeito e da identidade.

Em sua análise do sujeito, Butler (2010) argumenta, com base em Foucault, que objetivos de legitimação e de exclusão estão ligados à construção política do sujeito. Como exemplo, a autora nos fala sobre os sistemas jurídicos de poder que tanto produzem, bem como consequentemente, representam os sujeitos. Em outros termos, os sujeitos condicionados são regulados por essas estruturas jurídicas de poder, que, além de formá-los, define-os, bem como reproduz esses sujeitos segundo as exigências de tais estruturas. Assim, Butler compreende que o poder jurídico tem uma dupla função, a jurídica e a produtiva, pelas quais os sujeitos são produzidos. Logo, a impressão da autora é a de que as noções jurídicas de poder regulam a vida política de modo puramente negativo, através de uma ação de escolha que tanto é contingente como é retratável.

Para Butler (2010) certas análises políticas do sujeito ocultam e naturalizam as operações políticas que o constroem, segundo os objetivos de legitimação e de exclusão, pois tais análises concebem que a fundação dessas operações ocorre segundo as estruturas jurídicas.

Na esteira de Foucault, Bourdieu também compreende que os gêneros são o resultado de estruturas dominantes, ou seja, a reprodução da divisão sexual do trabalho se dá pela perpetuação da estrutura das relações de dominação entre os sexos, estruturas são

asseguradas, respectivamente, pela combinação de mecanismos e estratégias, que se realizam por meio de agentes e de instituições. Portanto, para o autor a perpetuação da ordem dos gêneros é assegurada por mecanismos e instituições, e essa perpetuação se dá por um constante trabalho de recomeço de princípios de visão e divisão pelos quais os gêneros têm sido gerados. Esse trabalho consiste no modo pelo qual homens e mulheres foram constantemente diferenciados, que se deu pela masculinização e feminilização dos mesmos.

Bourdieu (2010, p.106) aponta para três instâncias asseguradoras da estrutura de dominação masculina: o Estado, a Escola e a Família. Logo, os Estados Modernos asseguraram “entre sua mão direita, paternalista, familiarista e protetora, e sua mão esquerda, voltada para o social, a divisão arquetípica entre o masculino e feminino, ficando as mulheres como parte ligada ao Estado social”. Com isso, tanto um patriarcado privado, como um patriarcado público foram alinhados, ratificados e reforçados pelo Estado, cuja inscrição se deu nas instituições, as quais tanto geriu como regulamentou o cotidiano da unidade doméstica. A Escola através de seus agentes sejam eles pais, professores e colegas, levam as meninas a conceberem como algo normal ou natural a ordem social masculina, pois os princípios da visão dominante são incorporados por elas, sob a forma de esquemas de percepção e de avaliação, que em certa medida, são inacessíveis à consciência. Com isso, essas meninas, ao empreenderem uma previsão de seus próprios destinos, são encaminhadas a aceitarem as posições ou as carreiras destinadas a elas e a excluírem aquelas das quais já se encontram excluídas, ou seja, elas consentem na dominação masculina e na própria exclusão delas. E, a Família, outra instituição de produção e permanência da ordem dominante, ou seja, da ordem masculina, foi a instituição que coube às mulheres zelar, pois por terem sido excluídas dos jogos sociais de poder, ou seja, dos assuntos públicos, elas foram destinadas ao universo doméstico, bem como às atividades de reprodução biológica e social da descendência.

Portanto, em meio a essa discussão sobre as estruturas jurídicas e sobre o poder jurídico por meio do qual os sujeitos são regulados, a questão do gênero emerge para Butler (2010, p. 20) nos seguintes termos:

[...] Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gêneros da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece

interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais e que invariavelmente ela é produzida e mantida. (grifo nosso)

Portanto, o gênero nessa perspectiva extrapola, transborda as exigências do sistema jurídico de poder.

Já em sua análise da sexualidade e do poder, Butler (2010) comenta que, para Foucault, esses dois termos são coextensivos. Entretanto, o poder, conforme comenta a autora, é mais abrangente que a lei, pois, além das funções jurídicas proibitivas ou reguladoras, ele também abrange a função produtiva.

A partir dessa noção, Butler (1990) compreende que a construção cultural da sexualidade ocorre no interior das relações de poder existentes, então não consiste simplesmente numa duplicação ou repetição da lei. Em outros termos, a produção da sexualidade se dá no interior de uma economia masculinista/ falocrática da identidade. Em vista disso, a constituição de uma sexualidade normativa, que não ocorra no interior dessas relações, consiste em uma impossibilidade cultural e política, pois adia a tarefa de podermos repensar, nos próprios termos do poder, aquelas possibilidades da sexualidade e da identidade que são subversivas. Entretanto, segundo a teórica, a postulação dessa sexualidade subversiva ou emancipatória, para além dos termos da lei, é refutada de modo implícito por Foucault.

Por outro lado, ao argumentar que as diferenças sexuais são localizadas no interior do conjunto de oposições, através das quais tanto os atributos como os atos sexuais são determinados, Bourdieu (2010) aponta para as consequências geradas pela categoria do “sexo”, que segundo ele, consistem em equívocos sobre a significação profunda dessa determinação. Sendo assim, esse autor nos dá amostra do estado objetivado, bem como do estado incorporado da divisão entre os sexos, respectivamente, localizados na “casa”, lugar que podemos observar a existência de partes “sexuadas”, e, de modo mais abrangente, em todo o mundo social, ou seja, nos corpos e nos *habitus*¹ dos agentes. Esses dois estados funcionam como sistemas de esquema e percepção, de pensamento e de ação. Butler (1990) ao apontar para três fatores que consistem em ficções reguladoras (a unidade do sexo, a coerência do gênero e a estrutura binária tanto para o sexo quanto para o gênero) compreende que é por meio dessas ficções reguladoras que regimes de poder tanto são consolidados, bem

¹ *Habitus*, segundo Bourdieu, consistem em disposições que são incorporadas.

como naturalizados por tais ficções. Esses regimes representam o lugar para o qual converge a opressão masculina e heterossexista.

Butler (1990), para além da visão de Bourdieu, aponta para o problema que consiste na compreensão de que se o “sexo” é algo nato e o gênero é uma inscrição cultural. A partir dessa concepção, que sentido faz a definição de que o gênero não passa de uma interpretação cultural do sexo, uma vez que, sobre essa categoria nada se discute biologicamente, pois não tem o que se discutir? Aqui, o sexo é naturalizado e o gênero é uma inscrição de significado, empreendida sobre um determinado sexo. Na análise desse problema, a autora sugere que devemos nos dirigir para os aparatos que produzem e estabelecem os “sexos”, pois observa a ocorrência de certo determinismo para a categoria “sexo”. Logo, ela argumenta que “se o gênero ou sexo são fixos ou livres, é função de um discurso que, busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise” (Butler, 2010, p.27). Esses dogmas reivindicam uma substância, ou, essências para o sujeito, com isso, não devemos presumir essa substância para o gênero, pois ele consiste num fenômeno inconstante e contextual.

Em sua análise sobre o “corpo”, Butler (1990) põe em relevo o alinhamento cultural entre mente e masculinidade e entre corpo e feminilidade, em que o corpo ficou subjugado pela mente. Esse alinhamento é oriundo de uma tradição filosófica iniciada por Platão. Com efeito, o corpo não passa de um recipiente pronto para receber os significados culturais de gênero. Bourdieu (2010, p.20) se aproxima dessa teórica, pois também aponta para uma relação que se estabeleceu entre o falocentrismo e o logocentrismo, no qual o “falo sempre presente metaforicamente, mas muito raramente nomeado e nomeável, concentre todas as fantasias coletivas de potências masculinas”. Para o autor, através da divisão sexual e dos usos legítimos do corpo foi que se deu o vínculo entre masculinidade e razão, ou seja, entre o sistema falocrático e o logocentrismo.

De início, Butler (1990) argumenta sobre certa generalização do corpo, que consistiu num pressuposto, por meio do qual se deu o empreendimento da distinção das categorias do *sexo*, do “gênero” e da “sexualidade”. Nesses termos, o corpo tem uma existência anterior ao discurso, ou seja, anterior à aquisição de seu significado sexuado.

Assim, deparamo-nos com a ideia de que o corpo consiste num meio passivo. Mas, a autora nos esclarece que essa ideia de que o corpo consiste numa matéria inerte, que não comporta nenhum significado, ou, em outros termos, numa facticidade muda, tem precedentes cristãos e cartesianos. Logo, o corpo é revelado como passivo, cuja existência ocorre anteriormente ao discurso.

Butler (1990) comenta a compreensão de Foucault, para quem o corpo consiste numa superfície vazia, em branco, lugar de uma inscrição cultural. Nesses termos, os valores culturais emergem na sociedade, através desse corpo, como resultado dessa inscrição. Em outros termos, Foucault ao argumentar que a existência do corpo antecede essa inscrição cultural, ele, na verdade, pressupõe a existência de uma materialidade que antecede a significação. A autora nos dá amostras do emprego dessa concepção do corpo, por Foucault, ao nos remeter ao contexto dos prisioneiros. Assim, Foucault compreende que o corpo é obrigado a significar a mesma lei que o interdita. Essa lei se manifesta como uma essência, um estilo, bem como uma necessidade desse corpo. Logo, a compreensão da teórica é a de que, para Foucault, o corpo consiste numa superfície inscrita pelos acontecimentos.

A compreensão de Foucault pode ser aproximada de Bourdieu (2010), para quem o corpo é construído pelo mundo social como uma realidade sexuada, bem como um depósito no qual estão imersos princípios de visão e de divisão sexualizantes. Portanto, segundo Bourdieu, a diferença que se dá entre o corpo feminino e o corpo masculino, ou, mais precisamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, constituem uma justificativa naturalizada, por meio da qual ocorre uma construção das diferenças sociais entre os gêneros, ou, mas ainda, na divisão social do trabalho.

Bourdieu (2010) argumenta que a definição social que se estabelece sobre os órgãos sexuais consiste em um produto de uma construção, que ocorre por meio de escolhas orientadas. Em outros termos, essas escolhas ocorrem através das diferenças e das semelhanças que, respectivamente, são acentuadas e ocultadas. Logo, esses usos do corpo consistem, por exemplo, “olhar nos olhos”, “tomar a palavra publicamente”, em usos públicos ativos, que ao se encontrarem na parte alta do corpo são masculinas. Consequentemente, as partes mais baixas são de domínio feminino.

O sociólogo ainda afirma que a complementação e a realização do trabalho de construção simbólica ocorrem juntamente a uma transformação profunda e duradoura dos corpos, bem como dos cérebros. Em outros termos, Bourdieu (idem) explica que é por meio de um e por um trabalho de construção prática que uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo (incluindo a sexual), é imposta. Assim, segundo o autor, é por meio desse trabalho de construção dos dois gêneros que a produção de seus corpos é socialmente diferenciada. Essa diferenciação consiste num *habitus* masculino ou feminino, os quais se constituem pela oposição.

Nesse sentido, segundo Bourdieu (2010), a ordem masculina além de se encontrar inscrita nas coisas, também está inscrita nos corpos. Essa inscrição ocorre por meio de injunções tácitas, que estão implícitas tanto nas rotinas da divisão do trabalho, como nos rituais coletivos ou privados. Logo, a conclusão a que chega o autor é a de que a inscrição das divisões constitutivas da ordem social, ou melhor, das relações sociais de dominação e exploração se dá de modo progressivo em duas classes distintas de *habitus*, pelos quais todas as coisas do mundo, bem como todas as práticas, que são distinguidas pela oposição entre masculino e feminino, são classificadas.

Logo, as posições ofertadas pela estrutura da divisão social do trabalho são marcadas sexualmente, e por essa marcação é que ocorre a realização ou expansão das disposições. Essas disposições são impostas através de um trabalho de adestramento dos corpos. Assim, esse trabalho consiste nas tarefas de “masculinização do corpo masculino” e de “feminilização do corpo feminino”, tarefas que requerem investimentos, pois por meio delas é que uma “somatização da relação de dominação” é determinada, que é assim naturalizada. As consequências são as de que, por exemplo, os homens se tornam inclinados e aptos a se inserirem em jogos sociais, que consistem na política, nos negócios, na ciência, etc., jogos esses dos quais as mulheres são excluídas. Temos assim, por meio de tais jogos, o desenvolvimento da “virilidade” garantido. Já as tarefas ofertadas às mulheres por essa estrutura são aquelas subordinadas ou subalternas, dado um acordo que ocorre entre as disposições e as posições. Acordo esse, por meio do qual, a dicotomia sexual é reforçada tanto nos cargos como em seus ocupantes.

Assim, podemos afirmar que uma ontologia de gênero, uma inscrição da natureza e um raciocínio fundacionista da identidade são refutados tanto por Butler quanto por Bourdieu.

Para Bourdieu (2010) tanto as disposições da submissão, quanto as da dominação não consistem em inscrições numa dada natureza, mas em construções ao longo de todo um trabalho de socialização, ou, mais precisamente, num trabalho pelo qual uma diferenciação ativa é empreendida em relação ao sexo oposto. Para Butler (2010) a afirmação da identidade ocorre por meio de um processo de significação. Nesses termos, não existe um agente por “trás” da obra, ou, por “trás” do ato, pois a construção do agente é discursiva e variável, ou seja, construção que se dá no e por meio do ato. Assim, segundo a autora, é a estrutura de significação que gera as condições que possibilitam a afirmação do “eu”, assim sendo, a linguagem não consiste num mero instrumento por meio do qual o “eu” é despejado ou refletido ao mundo. Logo, o que aproxima esses teóricos é a compreensão de que as relações entre os gêneros são sociais e não algo da natureza.

A “tática fundacionista” para Butler (2010) presume uma unidade e coerência para a identidade, com isto, os objetivos de transformação ou expansão de conceitos de identidades já existentes não são possíveis, pois uma multiplicidade de interseções culturais, sociais e políticas são rejeitadas, impedindo a emergência de “unidades provisórias” no contexto de ações reais. De outro modo, segundo a autora, a suposição de uma abordagem antifundacionista se desloca para o contexto de práticas concretas, pois é somente por meio dessas práticas que a identidade é produzida.

2.2. 1. Performatividade de gênero

Em sua discussão sobre a identidade de gênero, Butler (2010, p. 37) mobiliza o conceito de inteligibilidade e problematiza o conceito de gênero. Assim, segundo a autora “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirirem seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero”. Nesses termos, “gêneros inteligíveis” consistem naqueles pelos quais as relações de coerência e continuidade entre os conceitos de “sexo”, “gênero”, “prática sexual” e “desejo” são instituídas e mantidas. Portanto, o que podemos observar é que a identidade é estabilizada e assegurada por esses conceitos.

Contudo, Butler (1990) ao apontar para aqueles gêneros que não estão em conformidade com as normas de gênero da inteligibilidade cultural, ou seja, gêneros incoerentes ou descontínuos argumenta que a própria noção de “pessoa” se vê abalada, bem como confrontada pela emergência desses tipos de gêneros. De fato, se a identidade de gênero somente se torna inteligível por meio da matriz cultural, então, identidades que não estão em conformidade com as normas de inteligibilidade cultural, - no caso daquelas em que, por exemplo, o gênero não decorre do sexo e as práticas sexuais não provêm nem do sexo nem tampouco do gênero -, são excluídas por essa dita matriz. Assim, essas identidades que não estão em conformidade com essa matriz, não passam de “meras falhas”.

Butler (2010, p.47) chega ao cerne da questão quando nos impele a dirigirmos nossa crítica para a metafísica da substância, pois ela é o que alicerça a heterogeneidade sexual nas palavras da autora:

Porém, se dispensarmos a prioridade de “homem” e “mulher” como substâncias permanentes, não será mais possível subordinar traços dissonantes do gênero como características secundárias ou acidentais de uma ontologia do gênero que permanece fundamentalmente intata. Se a noção de uma substância permanente é uma construção fictícia, produzida pela ordenação compulsória de atributos em sequências de gênero coerentes, então o gênero como substância, a viabilidade de homem e mulher como substantivos, se veem questionados pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade. (grifo nosso)

A teórica feminista argumenta ainda que a proliferação e a persistência daquelas identidades de gênero que não passam de “meras falhas” são oportunidades críticas criadas para desnudar os limites e os objetivos reguladores da matriz de inteligibilidade, além disso, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero são disseminadas nos próprios moldes da referida matriz. Nesse sentido, a autora reafirma que o gênero não consiste em uma substância, pois são as práticas reguladoras da coerência do gênero que tanto produzem como impõem o efeito de substantivo. Nessa perspectiva, a ideia principal é a de que o gênero é performativamente produzido dentro do próprio discurso da metafísica da substância, assim sendo, ele consiste num efeito, e isso vale também para a identidade de gênero, que é performativamente produzida. Essa ideia de performativização de gêneros será adotada por nós neste trabalho.

Ao presumir que o gênero repete-se, reitera-se, Butler (2010, p. 59) argumenta que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no

interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser”. A expressão *stylization* foi apropriada por Butler. Ela provém do verbo *stylize* e nos permite olhar para o modo como as pessoas se apropriam de recursos linguísticos e deles fazem uso, gerando diferenças de gênero. Como afirma Pinto (2002), a estilização desloca os limites da ação do ato de fala para o campo do corpo, lugar controverso, uma vez que “o ato de fala exige o corpo”. Se a marcação do corpo acontece em termos performativos, como advoga a Butler (2010, p.194), isto se deve a sua compreensão de que:

[...] o performativo sugere que ele (o corpo) não tem status ontológico separado dos vários que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de a) um discurso decididamente social e público, b) da regulação pública da fantasia pela política da superfície do corpo, c) do controle da fronteira do gênero que a diferencia interno e externo e, assim, institui a “integridade” do sujeito. (grifo nosso)

Dessa forma, ao refutar a ideia de um “status ontológico”, pelo qual a existência do gênero se dá anterior ao discurso, Butler (2010) propõe sua teoria, que, inicialmente, nos é informada a partir do exemplo do travestismo. Segundo ela, as práticas culturais e a estilização sexual, respectivamente, de uma identidade original e das identidades *butch/femme* são parodiadas pelo travestismo. Portanto, para a teórica, ao advogar por essa noção de paródia de gênero, afirma que essa noção nos dá indícios do modo como pode ser empreendida uma reformulação da relação entre a identidade primária e as experiências posteriores do gênero. Essa identificação primária consiste nos significados “originais” que são atribuídos aos gêneros.

Nesse sentido, Butler (2010) mostra que a existência de que um “original” não é pressuposto pela noção de “paródia de gênero”, uma vez que é a própria ideia de um “original” que é parodiada. Assim, a autora observa que, através dessa “performance”, ocorre a desnaturalização tanto o “sexo” quanto o “gênero”, pois uma revelação do que distingue tais categorias é empreendida, bem como uma dramatização do mecanismo cultural que fabrica a sua unidade. Compreendemos, então, que a identidade original é revelada pela paródia de gênero, como consistindo numa imitação sem origem. A nosso ver, a importância da paródia está no deslocamento que ela provoca, pois, por meio desse deslocamento uma fluidez de identidades é constituída, que, assim, se abrem tanto à resignificação, quanto à recontextualização. Mas ainda, como crê a teórica, a cultura hegemônica, bem como seus

críticos são privados de reivindicarem identidades de gênero naturalizadas ou essencializadas, por causa dessa proliferação parodística. Entretanto, a paródia, como afirma Butler (2010), não consiste em uma subversão de si mesma, pois algumas repetições parodísticas tanto podem ser disruptivas/ perturbadoras, como podem ser domesticadas, para serem redifundidas como instrumentos, que visam atender aos propósitos da cultura hegemônica, por exemplo, da dominação masculina/ falocrática.

No que diz respeito ao papel na desconstrução dos sentidos naturalizados sobre gênero, Cameron (2010) mostra como as estilizações são reguladas através da linguagem, uma vez que “há ‘estilizações’ de voz, de escolhas lexicais, gramaticais e interacionais [...] Falar é um clássico exemplo de um ato que é constantemente repetido o tempo todo; é também um clássico exemplo de uma atividade feita dentro de um ‘rígido quadro regulador’”. (CAMERON, idem, p.17). A esse respeito Pinto nos adverte que é a presença do corpo no corpo da teoria dos atos de fala que nos impede de interpretar o ato de fala a partir de uma simples análise das convenções linguísticas. Para Pinto os efeitos perlocucionários do ato de fala são marcados pela imposição da presença material e simbólica do corpo.

Nesse sentido, a partir da leitura que realiza de Beauvoir, Butler (2010, p. 198) sugere que “os corpos que são marcados pelo gênero são ‘estilos de carne’”. Assim, a partir dessa concepção, a teórica irá argumentar sobre “estilos” que não são originais, pelo simples motivo deles terem uma história, e que, é através dessa história que suas possibilidades são condicionadas e limitadas. Assim, de posse dessa compreensão, considera-se que o gênero trata-se de um “estilo corporal”.

O corpo, que como afirma Pinto (2002) é regulado pelas convenções que se ritualizam em torno dele, torna-se então uma importante categoria na análise das práticas identitárias. Nesse sentido, a presença do corpo na concepção de *ethos* encarnado irá contribuir para compreender as marcas linguísticas na constituição das identidades, a partir da regulação dos corpos.

Por esse viés, compreendemos que o gênero é um ato performativo, pois com ele podemos considerar que a construção do sentido é dramática e contingente, bem como um ato do corpo. Logo, se vê que:

Os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero algum, pois não há nenhuma “essência” que o gênero expresse ou exteriorize, nem tampouco um ideal objetivo ao qual aspire e porque o gênero não é um dado de realidade (BUTLER, 2010, p. 199). (grifo nosso)

Por meio do estudo dos processos de estilizações de gêneros, compreendemos como os vários “estilos”, por meio dos quais possibilidades históricas são materializadas, não passam de ficções reguladoras. Decorre daí que, segundo Butler (2010, p. 200) a construção do gênero não deve ocorrer como uma identidade estável. Para a autora, a construção da identidade de gênero se dá de modo tênue ao longo do tempo, que se institui num espaço externo, através de uma repetição estilizada de atos. A base que constitui essa identidade é deslocada nos seguintes termos:

Se a base da identidade do gênero é a repetição estilizada de atos ao longo do tempo, e não uma identidade aparentemente sem suturas, então a metáfora espacial de uma “base” é deslocada e se revela como uma configuração estilizada, a rigor, uma corporificação do tempo com marca de gênero. (grifo nosso)

Logo, Butler (1990) afirma que as possibilidades de transformações do gênero são encontradas nas relações arbitrárias entre esses atos repetidos. Assim, uma vez que, o gênero como uma criação que se dá por performances sociais contínuas, tanto o seu caráter performativo, como as suas possibilidades performativas de proliferação, - pelas quais o gênero é configurado fora das estruturas restritivas tanto da dominação masculina, como da heterossexualidade compulsória-, são ocultados por estratégias de constituição das noções essencializada de *sexo* de masculinidade e de feminilidade, que figuram como verdadeiras ou permanentes. Dessa forma, é somente por meio das práticas discursivas, por meio das quais a inteligibilidade de gênero é constituída, é que podemos observar as possibilidades de ação ou realidade e as tentativas de subversão e deslocamento daquelas noções naturalizadas e reificadas do gênero, que consistem em suportes tanto da hegemonia masculina quanto do poder heterossexista, para que problemas de gênero sejam criados. Em outros termos, a sugestão de Butler é a de que, aquelas categorias constitutivas, pelas quais o gênero é estabilizado e fixado, devem ser proliferadas e mobilizadas subversivamente, pois por meio delas ocorre a fundação da identidade, precisamente, da identidade de gênero.

2. REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO 03

ETHOS DISCURSIVO

Neste capítulo nos debruçaremos sobre a categoria *ethos* discursivo que nos permite investigar a construção de uma “imagem de si” daquele que enuncia e que leva aqueles com os quais interagem a aderirem aos seus argumentos, a dar-lhes crédito, ou não, a partir da avaliação que realizem desse orador.

Nessa avaliação, estereótipos podem emergir, pois consistem em características de um dado enunciador que são antecipadas, mesmo antes do proferimento de seu discurso. É o que veremos mais adiante. Não podemos considerar que a constituição de uma imagem de si ocorra somente com características discursivas, uma vez que nossas práticas discursivas são momentos de práticas sociais. Desse modo, levando em conta que o social se constitui em parte pela linguagem, estão relacionadas na construção dessa imagem características tais como vestimentas, postura, expressões faciais, gestos, etc.

Para este capítulo traçamos os objetivos de (a) informar como se deu a retomada da noção de *ethos*; (b) expor como o tal noção era concebida na Retórica de Aristóteles, e (c) apresentar a concepção de *ethos* que elegemos para os desdobramentos dessa pesquisa.

2.3. Considerações iniciais sobre o *Ethos*

O *ethos* é comumente apresentado como a categoria que, junto ao *logos* e ao *pathos*, constituiriam as provas do discurso, sendo que, para alguns pesquisadores “o *ethos* constitui praticamente a mais importante das três provas engendradas pelo discurso” (EGGS, 2008, p. 29).

Charaudeau (2008) afirma que a finalidade do *logos* é a de convencer, pertencendo, portanto, ao domínio da razão; já a finalidade do *ethos* e do *pathos* é a de sensibilizar, emocionar. Tais categorias pertenceriam, por isso, ao domínio da emoção. Entretanto, o teórico nos adverte sobre a característica que diferencia as duas últimas categorias: enquanto o *pathos* é o meio discursivo que se direciona para o auditório, o *ethos*, por sua vez, se direciona para o orador.

Devido à emergência da estilística, promovida pela crítica literária, esses meios discursivos- *logos, ethos e pathos* - foram deixados de lado, desprezados a partir do século XVIII. Contudo, a ascensão da análise do discurso, no século XX, promove o reaparecimento das categorias da Retórica. Assim, o *ethos* foi retomado e redefinido por pesquisadores da análise do discurso (CHARAUDEAU, 2008). Maingueneau (2008) também afirma que o reaparecimento de tal categoria se deu em meio às problemáticas do discurso. Para o autor (2008, p.11.) “parece claro que esse interesse crescente pelo *ethos* está ligado a uma evolução das condições do exercício da palavra publicamente proferida, particularmente com a pressão das mídias audiovisuais e da publicidade”. Logo, podemos observar a importância dada pela área dos estudos discursivos sobre a construção de uma “imagem de si” através do discurso.

2.3.1. O *ethos* na Retórica de Aristóteles

A noção de *ethos* é compreendida por Aristóteles, na Retórica, como a prova discursiva por meio da qual o orador pode provocar uma boa impressão ao seu auditório. Essa boa impressão se dá pelo modo como ela é construída no discurso. Assim, o *ethos* consiste a prova de que o orador constrói em seu próprio discurso a própria imagem de si, que seja capaz de conquistar a confiança do grupo.

Para causar essa boa impressão, encontramos na Retórica o que Aristóteles denominou por *techne*, que consiste no meio pelo qual os argumentos são avaliados como persuasivos ou não, para um grupo de indivíduos, o qual o orador irá se dirigir. Mas ainda, para conquistar a confiança do público em vista, o orador pode mobilizar três qualidades fundamentais as quais consistem na *phrónesis*, na *arete* e na *eunoia*, para que uma imagem positiva de si possa ser construída no discurso.

Charaudeau (2008) define essas três qualidades da Retórica de Aristóteles, que constituem a fidedignidade do orador, nos seguintes termos: a *phoronésis* consiste na prova de ponderação, a *arété* consiste na prova de sinceridade, e a *eunóia* consiste na amabilidade. Contudo, Eggs (2008) alarga os predicados de tais qualidades, ao lançar mão de uma tradução mais moderna. Sendo assim, os predicados, atribuídos às três qualidades consistem para a *phrónesis*, que os argumentos e conselhos sejam razoáveis, para a *areté*, que a argumentação seja honesta e sincera, e para a *eunóia*, que os oradores sejam solidários e amáveis com seus ouvintes.

Assim, a partir dessas três qualidades, Eggs (2008) nos informa que, para que o justo e o verdadeiro se estabeleçam, é necessário que o orador se apresente como honesto e sincero, ou dito de outro modo, é imprescindível que o orador se mostre, seja percebido, se apresente como competente, razoável, equânime, sincero e solidário, para que aqueles *topoi*², - as noções comuns-, relativos à prática do aconselhamento do que é verdadeiro e justo, bem como que inspiram confiança possam ser aplicados. Na Retórica de Aristóteles “o *ethos* está ligado à enunciação, não a um saber extradiscursivos sobre o locutor” (MAINGUENEAU, 2008, p.13).

Diante disso, as características atribuídas ao locutor são de ordem intradiscursivo, pois estão associadas ao seu “modo de dizer”, e não de uma ordem extradiscursiva. Em outros termos, a honestidade do orador é algo que deve somente ser “mostrada” no e pelo discurso.

2.3.2. Outras perspectivas

Iremos mobilizar algumas concepções da noção de *ethos*, que emergem por diferentes interesses, segundo o modo como cada teórica ou cada teórico apreende essa noção.

Assim, Charaudeau (2008) define que o *ethos* consiste numa construção da imagem de si e, a partir dessa ideia, indaga se essa categoria se liga ao locutor, que se trata da pessoa real que fala, ou ao enunciador, que se trata da pessoa como ser que fala. Assim, para responder a esse questionamento, o autor nos revela sobre a existência de duas posições que argumentam sobre o *ethos*, oriundas desde a Antiguidade.

² Os *topoi* ou *tópicos* consistem nos lugares comuns de um dado discurso. Cada gênero retórico tem seus *topoi* específicos.

Assim, segundo Charaudeau (2008, p.114), a primeira posição é a dos retóricos da Idade Clássica para quem o *ethos* consistia num dado anterior ao discurso, ou seja, nesta concepção os traços de personalidade do orador eram natos. A segunda posição, por sua vez, é a de Aristóteles. Para ele, o *ethos* consistia na transmissão de uma boa impressão do orador ao auditório, para a qual a sinceridade, por exemplo, não seria considerada importante. Essa concepção aristotélica não inatista é assumida pelos analistas do discurso que, contudo, modificam-na por uma concepção discursiva para o *ethos*, inscrevendo-o no ato de enunciação, ou seja, no ato de linguagem do próprio sujeito falante. Logo, os analistas do discurso buscam situar “o *ethos* na aparência do ato de linguagem, naquilo que o sujeito falante dá a ver e a entender” (CHARAUDEAU, idem, p.114.).

Charaudeau (2008, p. 115) alarga a discussão sobre o *ethos* ao nos dizer que a questão do sujeito emerge em meio ao antagonismo das duas posições, anteriormente mencionadas. Segundo o autor, o antagonismo, que se dá entre um *ethos* prévio e um *ethos* discursivo, deve ser considerado no tratamento de tal noção. Desse modo, o teórico reforça o seu argumento de que “para construir uma imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso- o que ele sabe a priori do locutor- e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem”.

Charaudeau (idem, p. 115) desenvolve, então, uma questão sobre o sujeito ao apontar para a questão da identidade do sujeito falante, que se desdobra em dois componentes. Assim, compreendemos que o primeiro componente se relaciona aos dados que preexistem ao discurso, pois, segundo o autor, neste “o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor”. O segundo componente, por sua vez, relaciona-se aos dados informados pelo ato de linguagem, consistindo, assim, na identidade discursiva do enunciador. Neste sentido, Charaudeau (idem) conclui que essa dupla identidade constitui o *ethos*, que se funde, todavia, em uma única identidade.

É interessante que Charaudeau (2008, p. 116) nos adverte sobre o fato de que “todo sujeito que fala poder jogar com máscaras”. Com efeito, o enunciador oculta o que ele realmente é em seu próprio ato de linguagem, conseqüentemente, o seu público, auditório, enfim, o interpreta como se sua identidade correspondesse ao que diz. Assim, o autor põe em relevo uma concepção idealizada da existência do sujeito. Esse essencialismo tanto pode ser

aplicado ao sujeito do discurso, quanto pode guiar a comunicação social pela qual o *ethos* é constituído.

Amossy (2008), em busca de analisar como se ocorre a eficácia da palavra, articula, num só tempo, duas perspectivas, as quais consistem numa interacional e uma institucional. Pela primeira é possível compreendermos a eficácia do discurso no interior das trocas linguageiras que ocorrem entre os participantes, pela segunda essas trocas são compreendidas segundo a posição que os participantes ocupam, seja no campo da política, da ciência ou da religião, dentre outros, os quais participam. Em outros termos, a eficácia do discurso se dá tanto no nível linguageiro, bem como institucional.

Amossy (idem, p.124) articula o conceito de estereótipo a sua discussão, pois segundo ela “o orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório”. Assim, esse “saber prévio” consiste naquilo que Maingueneau denominou *ethos* prévio ou pré-discursivo. Para a autora, esse saber prévio consiste nos lugares comuns do discurso, ou seja, nos *topoi* ou *tópicos*. Em outros termos, esses lugares comuns consistem na *doxa*, pois diz respeito ao conjunto de valores, de crenças, etc., por meio do qual um diálogo é possível entre participantes, numa troca verbal.

Portanto, segundo essa concepção de *ethos* prévio, Amossy (2008, p. 126) argumenta que “a construção do dado auditório passa necessariamente por um processo de estereotipagem”. A estereotipagem consiste numa operação que permite a realidade ser pensada através de “esquema coletivo cristalizado”. Por meio do estereótipo, o orador pode definir os argumentos e os conteúdos a serem direcionados ao público em vista, ou seja, antecipar a *doxa* desse público.

Assim, segundo Amossy (idem) a análise do *ethos* nessa dupla dimensão, ou seja, ao serem integradas num só quadro de análise a perspectiva interacional e a institucional, permite que seja analisada a materialidade discursiva, a partir da primeira perspectiva, e que, graças a segunda, sejam observadas a dimensão social e as posições institucionais que poderão estar relacionadas na construção de uma imagem de si. Portanto, o estabelecimento do *ethos* e da troca verbal se dá por meio de uma construção discursiva, do imaginário social, mas ainda, pela autoridade institucional.

Em resumo, Amossy buscou analisar a eficácia do discurso através de uma articulação do *ethos* numa dimensão discursiva e institucional, que se deu no interior dos estudos da argumentação bastante próximo dos estudos do discurso.

2.3.3. Concepção *encarnada* de *ethos*

Ao contrário da concepção de *ethos* retórico, cuja “imagem de si” do orador se limita ao seu próprio discurso, a partir da ideia de que essa categoria se constitui por um processo de “reflexividade enunciativa”, Maingueneau funda sua própria concepção de *ethos* incluindo para a sua análise características tais como gestos, expressões faciais, atitudes, vestimentas, etc., com o fim de melhor compreender o processo de construção de uma imagem de si daquele que discursa. Para o autor, a noção de *ethos* permite analisarmos “o processo mais geral de adesão dos sujeitos a um ponto de vista defendido por um discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p.271).

Maingueneau (2008) aceita algumas tese recorrentes nos estudos sobre o *ethos*, quais sejam 1) o *ethos* consiste numa noção discursiva, pois a sua construção ocorre através do discurso, bem como 2) a ideia de que essa noção se liga a um processo interativo de influência sobre o outro, e, mais, a tese de que 3) o *ethos* se trata de uma noção sociodiscursiva, ou, mais precisamente, híbrida, pois a apreensão de um comportamento social avaliado deve ocorrer no interior de uma situação de comunicação que, por sua vez, deve estar integrada a uma conjuntura sócio-histórica.

No mesmo estudo, Maingueneau destaca algumas dificuldades implicadas na noção de *ethos*, as quais consistem nas representações antecipadas do *ethos* do orador, mesmo antes que esse orador se pronuncie. A dificuldade reside no fato de tal noção está ligado ao ato de enunciação, então, como pode essa categoria emergir antes do discurso? Para resolver o impasse dois diferentes tipos de *ethos* são definidos pelo autor: um *ethos pré-discursivo* (*ethos* prévio) e um *ethos* discursivo. Entretanto, essa antecipação nem sempre pode ser feita por aquele que interpreta o discurso de um dado orador, pois esta depende do tipo de gênero discursivo e das circunstâncias que estão em jogo, para que esse *ethos prévio* possa emergir. A partir dessa distinção, o autor compreende que o *ethos* de um discurso consiste no resultado da interação que ocorre entre o *ethos* pré-discursivo, o *ethos* discursivo (mostrado) e o *ethos*

dito. Assim, dessa interação, podemos obter o *ethos* efetivo, construído por aqueles que o interpretam.

Ao compreender que o *ethos* visado nem sempre consiste no *ethos* produzido, Maingueneau (2008) compreende que essa noção pode estar à mercê de “zonas de variação”, dentre as quais, o *ethos* pode ser concebido ora como carnal, ora como abstrato; ora como saliente e coletivo, ora como implícito e singular; ora como fixo e convencional, ora como ousado e singular.

É importante enfatizarmos que, para Maingueneau (2006, p.272) o *ethos* articula corpo e discurso, pois “o *ethos* implica uma maneira de se movimentar no espaço social”. Assim, a manifestação da instância subjetiva emerge como uma voz que se encontra associada a um corpo, que é historicamente específico. A partir dessa ideia, tira-se que os três elementos configuradores do *ethos* de um orador consistem num 1) tom de voz, nas 2) características físicas e nas 3) características psíquicas. Assim, uma concepção “encarnada” de *ethos* é assim constituída. Para nós essa concepção “encarnada” de *ethos* pode ser articulada com a ideia de Butler de estilização do corpo, uma vez que os elementos configuradores do *ethos* (voz, características físicas e psíquicas) emergem do discurso, da mesma forma que para Butler o corpo é estilizado performativamente através do discurso, o que significa dizer que sua existência nunca ocorre anteriormente ao discurso.

Maingueneau (idem) denomina “fiador” aquele que articula corpo e discurso e essas características configuradoras de um *ethos* consistem na constituição tanto de um caráter, como de uma corporalidade. O caráter consiste no conjunto de características psicológicas e a corporalidade consiste no conjunto de características físicas. Portanto, o corpo é identificado por meio de um conjunto difuso de representações sociais, que tanto pode ser avaliada de forma positiva, como negativa. Essas representações, segundo o autor, consistem em estereótipos que tanto podem ser confrontados, como transformados na enunciação. Assim, um mundo ético se encontra implicado nessa relação entre “fiador” e “interprete”, ou seja, a “incorporação” não consiste somente numa identificação, mas na ativação desse mundo ético, por meio do empreendimento de uma leitura que associa certas situações “estereotípicas” a comportamentos.

Logo, por meio dessa concepção “encarnada” de *ethos* podemos observar que além da dimensão verbal, dimensões não verbais também fazem parte desse processo de constituição de uma imagem de si. O termo “incorporação” consiste no modo como o *ethos* é apropriado pelo destinatário, que se encontra em posição de intérprete, ouvinte ou leitor. Mas ainda, o termo “incorporação”, segundo Maingueneau (2008), poderá ocorrer sob três registros, são eles: a) um corpo ou “corporalidade” é conferido ao fiador pela enunciação; b) um “conjunto de esquemas”, que consistem num modo de ser particular, é incorporado por aqueles que o interpretam; e por fim, c) a articulação desses dois modos de incorporação autorizam que um corpo seja constituído, pois ele diz respeito à comunidade imaginária daqueles que aderiram a um mesmo discurso.

Em síntese, para Maingueneau (*idem*) o *ethos* é uma dimensão que inscreve o que foi dito numa dada conjuntura histórica. Para além de uma simples decodificação do discurso, algo da ordem de uma experiência sensível se coloca na comunicação verbal. Em outros termos, a concepção “encarnada” de *ethos* se distancia de uma concepção de discurso em termos de procedimento ou estratégias. A adesão a um dado discurso consiste no poder de persuasão desse discurso, ou seja, esse poder leva um destinatário a se identificar com o movimento de um corpo. Por fim, a noção de *ethos* permite-nos entender que toda palavra é socialmente encarnada, bem como avaliada em qualquer sociedade.

3. METODOLOGIA

Para a análise do tema identidade feminina, no discurso da presidenta Dilma Rousseff, a investigação elegeu uma pesquisa de natureza qualitativa, especificamente a interpretativista. Segundo Rodrigues (2007), a pesquisa qualitativa consiste num tipo de pesquisa que se atém à natureza dos fenômenos, ou, dito de outro modo, consiste naquele tipo que se vale da razão discursiva.

Appolinário (*apud* Rodrigues, 2007 p. 39) compreende que a pesquisa qualitativa é aquela modalidade “na qual os dados são coletados através de interpretações sociais, bem como esses dados são ainda analisados subjetivamente pelo pesquisador”. Mas ainda, segundo o autor citado, o que diferencia a pesquisa qualitativa da quantitativa é que, respectivamente, uma se preocupa com fenômenos, a outra investiga fatos. A esse respeito, podemos dizer que enquanto um fato consiste em tudo aquilo que de modo objetivo pode ser observado ou pode ser definido por consenso social, por sua vez, fenômenos consistem na interpretação subjetiva dos fatos. Rodrigues (*idem*, p. 40) conclui sobre a definição de Appolinário que o que distingue a pesquisa quantitativa da qualitativa é que, respectivamente, enquanto uma é adequada para aqueles estudos de natureza factual, a outra é adequada para aquelas pesquisas cuja natureza é compreensiva. Compreensão, segundo Rodrigues (*idem*) consiste “no esforço que visa a elucidar o significado dos fatos e ações para os sujeitos pesquisados”.

Desse modo, Rodrigues (*idem*) advoga que a pesquisa compreensiva é consideravelmente relevante, pois, enquanto os estudos empreendidos pela pesquisa quantitativa são explicativos, através do qual se busca o estabelecimento da relação de causa e efeito, os estudos compreendidos pela pesquisa qualitativa se dirigem não para a “causa”, mas para as “relações causais”.

Ramalho & Resende (2011, p. 73) afirmam que a pesquisa qualitativa consiste num “paradigma de investigação que atravessa diversos campos e disciplinas, explorando temas transversais”. As autoras conceituam, com Denzin & Lincol (2006), que

a pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Nesse sentido, elas argumentam que nesse conjunto estão incluídos diversos modos de práticas interpretativas pelas quais aspectos do mundo são transformados em representações, através das quais tais aspectos podem ser assim entendidos, descritos e interpretados.

Ramalho & Resende (*idem*) também descrevem três eixos da pesquisa qualitativa: a ontologia, a epistemologia e a metodologia. Segundo as autoras, uma das primeiras decisões que a ser tomada na pesquisa diz respeito à ontologia. Tal decisão consiste na definição e na natureza, respectivamente, da concepção de mundo e da realidade do pesquisador e da pesquisadora. Somente a partir dessa primeira decisão, - sobre os pressupostos ontológicos-, que as outras duas decisões poderão ser traçadas. Assim, a ontologia compreende as ideias, as teorias, a partir das quais se define a etapa de epistemologia, que consiste em especificar várias questões, para que, por fim, ocorram os desdobramentos da metodologia, consistindo essa última etapa na análise de aspectos específicos.

Por essa perspectiva a pesquisa qualitativa é, por princípio, interpretativista. Nesse caminho, elegemos esse tipo de pesquisa, por levarmos em conta que os dados de análise são os discursos de Dilma Rousseff, o que exige uma abordagem interpretativista. Assim, o nosso propósito é o de identificar, interpretar e compreender os diversos fenômenos linguístico-discursivos, sociais e históricos constitutivas da identidade feminina no campo do discurso político.

Em um primeiro momento, construímos um *corpus* amplo com 21 (vinte e um) discursos, proferidos pela própria presidenta, que foram extraídos do site oficial da Presidência da República, <http://www2.planalto.gov.br>. Abaixo os discursos coletados, cuja organização atendeu a ordem cronológica em que foram proferidos:

1) Registro histórico – Discurso da presidenta eleita, Dilma Rousseff, durante cerimônia de diplomação no Tribunal Superior Eleitoral - Brasília/DF, 17 de dezembro de 2010.

2) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional - Brasília/DF, 01 de janeiro de 2011.

3) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania - Salvador/BA, Irecê-BA, 01 de março de 2011.

4) Declaração à imprensa concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, em conjunto com o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama - Brasília/DF, no Palácio do Planalto, 19 de março de 2011.

5) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço oferecido ao Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama - Brasília/DF, no Palácio Itamaraty, 19 de março de 2011.

6) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de outorga da Ordem Nacional do Mérito a educadoras brasileiras - Brasília/DF, no Palácio do Planalto, 21 de março de 2011.

7) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura da exposição “Mulheres, Artistas e Brasileiras” - Brasília/DF, no Palácio do Planalto, 23 de março de 2011.

8) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) - Brasília/DF, no Palácio do Planalto, 7 de abril de 2011.

9) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de posse da ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann - Brasília/DF, no Palácio do Planalto, 08 de junho de 2011.

10) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do encontro com governadores do Nordeste para a assinatura do Pacto pela Erradicação da Miséria - Arapiraca/AL, em Arapiraca-AL, 25 de julho de 2011.

11) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço em homenagem à presidenta da Argentina, Cristina Kirchner - Brasília/DF, no Palácio Itamaraty, 29 de julho de 2011.

12) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração da Embaixada da República Argentina - Brasília/DF, em Brasília-DF, 29 de julho de 2011.

13) Declaração à imprensa concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, em conjunto com a presidenta da Argentina, Cristina Kirchner - Brasília/DF, no Palácio do Planalto, 29 de julho de 2011.

14) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Colóquio de Alto Nível sobre Participação Política de Mulheres - Nova York/EUA , em Nova York-EUA, 19 de setembro de 2011.

15) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA, 21/09/2011 às 11h20.

16) Intervenção da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a primeira sessão plenária da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe e I Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos - Caracas/Venezuela, em Caracas-Venezuela, 02 de dezembro de 2011.

17) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - Brasília/DF, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília-DF, 12 de dezembro de 2011.

18) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com a Diretora Executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet - Brasília/DF, no Palácio do Planalto, 15 de dezembro de 2011.

19) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a XLII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados - Montevidéu / Uruguai, em Montevidéu-Uruguai, 20 de dezembro de 2011.

20) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante o Fórum Social Mundial – Diálogos entre Sociedade Civil e Governo, em Porto Alegre- RS, 26 de janeiro de 2012.

21) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de posse da Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, 10/02/2012 às 14h05.

Após análise preliminar, delimitamos o nosso *corpus* restrito, a partir do critério de os discursos deveriam tratar de questões de gênero, e, mais especificamente, de questões femininas. Observamos que muitas dessas questões emergiram tanto no âmbito internacional, quanto nacional, e estão presentes tanto em discursos de homenagens, na posse de altos cargos no executivo, ou em discussões sobre políticas públicas para as mulheres.

A partir disso pudemos realizar um refinamento do nosso material empírico, passando de 21 (vinte e um) para 04 (quatro) discursos, são eles:

1) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania - Salvador/BA, Irecê-BA, 01 de março de 2011.

2) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) - Brasília/DF, no Palácio do Planalto, 7 de abril de 2011.

3) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Colóquio de Alto Nível sobre Participação Política de Mulheres - Nova York/EUA , em Nova York-EUA, 19 de setembro de 2011.

4) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - Brasília/DF, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília-DF, 12 de dezembro de 2011.

Ainda acrescentamos outros dois discursos a esse corpus, porque eles têm uma importância histórica. Ainda que não tratem de modo específico de questões de gênero, acreditamos que foram proferidos em dois momentos históricos bastante significativos tanto para as mulheres brasileiras como as de boa parte do mundo. São eles:

5) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional - Brasília/DF, 01/01/2011 às 16h55.

6) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA, 21/09/2011 às 11h20.

O procedimento de coleta dos referidos discursos pronunciados por Dilma Rousseff se deu por meio de uma transferência deles, da fonte anteriormente citada, para locais específicos, em que foram identificados por suas respectivas datas e locais de pronunciamento, bem como pela finalidade específica do tema de cada um.

Os nossos procedimentos de análise do tema da identidade feminina no discurso de Dilma Rousseff, primeiro se iniciam pela investigação de significados discursivos compreendidos nas categorias “feminilidade” e “feminilidade” (FERREIRA, 2009). Essas

categorias nos permitem compreender quais sentidos do feminino são produzidos e/ou reproduzidos pela presidenta, em seu próprio discurso e nos permitem mobilizar o conceito de “estereótipo”, que necessita de fixação, tanto quanto carece de movimento, através da sua necessidade de repetição (BHABHA, 2010).

Para analisarmos a produção e/ou reprodução dos sentidos da “feminilidade” e da “feminilidade” (FERREIRA, 2009) iremos mobilizar as noções de “contexto”, que é ininterrupto/ insaturado e a de “iterabilidade”, que torna o momento repetido e repetível (DERRIDA, 1991), pois compreendemos que os sentidos dessas categorias são oriundos de contextos especificamente situados. Portanto, a primeira fase da nossa análise consistirá em situar historicamente o contexto dos discursos de Dilma.

Ferreira (idem) justifica a importância dessa investigação do feminino, pelo fato de, ainda podermos observar a permanência de sentidos oriundos de contextos patriarcais, nas práticas discursivas do cotidiano em nossa sociedade, práticas que marcariam a chamada “feminilidade”. Por outro lado, a prática social da mulher agente, politizada é sustentada pela feminilidade. Entretanto, é necessário observar uma advertência da autora no que diz sermos tentados a considerar tais conceitos como categorias estanques, absolutas e universais. “Feminilidade” e “feminilidade” deverão ser situados a partir da vivência de mulheres em culturas específicas, não consistindo, portanto, em categorias universais.

Ferreira (idem) elenca alguns conceitos semelhantes aos de “feminilidade” e “feminilidade”, para distingui-los e esclarecer-nos sobre os seus sentidos. Assim, segundo a autora, “fêmea” consiste numa construção biológica; “feminismo” consiste num fronte político, o qual ela o remete ao movimento ocorrido na década de 1968 sobre direitos e liberação da mulher. “Feminilidade” consiste em uma construção de paradigmas culturais de comportamento, cujo alicerce se constitui por arquétipos oriundos do patriarcalismo, através dos quais ocorre o enquadramento da mulher ou não em categorias cujos valores são beleza, sensibilidade, doçura, maternidade, submissão. Estamos, assim, diante da mulher feminina. Por fim, “feminilidade” é também um conceito cultural, mas diferentemente do anterior, diz respeito à configuração da mulher moderna e atual, forte, profissional, mãe, educadora, independente.

Nesse sentido, a nossa compreensão de sentidos tanto da “feminilidade” quanto da “feminilidade” (FERREIRA, idem) ocorrerá por meio da análise de três aspectos que são configurados em um *ethos*, quais são: a) as características psíquicas; b) as características físicas; e, c) um tom. As primeiras características dizem respeito à firmeza e à coragem; as segundas características dizem respeito ao corpo e se referem ao ser contido, tenso, enérgico, etc.; e por fim, o terceiro aspecto diz respeito a um tom de voz, que poderá ser indignado, firme, sereno, delicado, etc. (MAINGUENEAU, 2006; 2008).

Em outros termos, a categoria *ethos* discursivo (MAINGUENEAU, idem) inter-relacionada às categorias “feminilidade” e “feminilidade” (FERREIRA, idem) nos permite compreender os sentidos do feminino de Dilma Rousseff, ou entender como sentidos que são constituídos em seu discurso pelo seu “modo de dizer” ou discursar – que, por sua vez, consiste num “modo de ser” – permite-nos compreender a construção de suas identidades.

A nossa compreensão sobre o *ethos* é a de que ele consiste numa categoria que articula corpo e discurso. Esse corpo que enuncia é historicamente específico e estilizado como um efeito do discurso. Os três elementos configuradores de um *ethos*, que pontuamos anteriormente e que consistem num tom de voz, bem como nas determinações físicas e psíquicas, constituem uma concepção “encarnada” de *ethos* (MAINGUENEAU, 2006; 2008).

Assim, para Maingueneau (2006; 2008) o *ethos* consiste numa noção sociodiscursiva, que o autor também caracteriza como “híbrida”, em uma interação de influência sobre o outro, que não pode ser apreendida fora de uma conjuntura sócio-histórica.

Desse modo, a partir dos sentidos compreendidos através do *ethos* discursivo, buscamos identificar que tipos de identidades (feminina) são construídos por Dilma Rousseff em seu discurso. Mais especificamente, procuramos verificar, no discurso da presidente, a ocorrência três diferentes estilos de identidades, propostas pelo sociólogo espanhol Castells (2010): identidade de legitimação, identidade de resistência e identidade de projeto.

Dessa forma, pretendemos identificar, através da compreensão dos sentidos linguístico-discursivos para a identidade feminina os três diferentes estilos de identidade propostos por Castells (idem) como descritas a seguir: a) a *identidade de legitimação*, que consiste naquela que as instituições dominantes da sociedade introduzem, com a finalidade de expandir e racionalizar sua dominação, frente aos atores sociais; b) a *de resistência*, que

consiste na identidade criada pelos atores sociais, que se localizam em posições ou condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante, construindo assim “trincheiras de resistência e sobrevivência” cuja base têm princípios diferentes ou opostos daqueles que alicerçam as instituições da sociedade; e, por fim, *c) a de projeto*, que consiste naquela em que os atores sociais, de posse de qualquer matéria- prima cultural que esteja ao seu alcance, constroem uma nova identidade, que possa promover uma redefinição da sua posição na sociedade, e assim, uma transformação de toda a estrutura social.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

POR UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO FEMININO: IDENTIDADE, PERFORMATIVIDADE E *ETHOS*

Neste capítulo iremos empreender a nossa análise das identidades femininas no discurso de Dilma Rousseff, buscando compreender a constituição dos sentidos linguístico-discursivos do feminino.

Nossa análise se divide em três momentos. O primeiro consiste em uma contextualização da conjuntura histórica marcada pelas lutas feministas pela participação política da mulher, com intuito de situar a ascensão de Dilma Rousseff ao poder e o seu feito histórico ao se tornar a primeira mulher a ocupar a Presidência da República do Brasil. Essa contextualização inicial é imprescindível como uma forma de analisar as condições de produção do discurso de Dilma. O segundo momento, consiste na análise e discussão dos dados, a partir das categorias “feminilidade” e “feminilidade” (FERREIRA, 2006). Os sentidos do feminino nessas categorias serão compreendidos por meio de três características configuradoras de um *ethos*: físicas, psicológicas e tom de voz (MAINGUENEAU, 2006; 2008). O terceiro momento de nossa análise, a partir da discussão da seção anterior, objetiva como resultado, identificar três diferentes *estilos* de identidade, que consistem na identidade de legitimação, de resistência e de projeto (CASTELLS, 2010).

Salientamos que os discursos analisados seguirão a ordem dos critérios estabelecidos na metodologia, que consiste no fato de os 04 (quatro) primeiros discursos tratarem de questões de gênero/ femininas, e os 02 (dois) discursos seguintes terem um valor histórico bastante significativo para as mulheres. A análise seguirá a ordem cronológica em que tais discursos foram proferidos.

4.1. Mulheres na política: contextualização histórica sobre a atuação política feminina e a posição ocupada por Dilma Rousseff

Nesta seção, buscaremos compreender como ocorreram as lutas femininas pelo direito de atuação política e a incessante busca da mulher por seu lugar na sociedade. Para isto, inauguramos este capítulo com a seguinte problematização:

É verdadeiramente difícil fazer provir diretamente do capitalismo a servidão da mulher, ao passo que a sua emancipação começa com a era burguesa. É, igualmente, mutilar o problema ao nível do século reconduzi-lo ao da colonização. Seria até insuficiente associar a dependência da mulher à sociedade de classes, enquanto ela se encontra nas sociedades arcaicas, nas quais as classes não estão ainda diferenciadas. É o que bem compreendem os militantes que põem em causa o patriarcado. Mas esta noção de patriarcado tornou-se etnograficamente nebulosa, e ela própria mascara o fato social fundamental: as primeiras hierarquias, as primeiras diferenciações, as primeiras divisões do trabalho se efetuam pela separação dos sexos e das ideias. O problema da mulher se situa, pois, ao nível de arcaísmo fundamental: concerne às próprias bases do sistema social (MORIN, 2001, p. 100).

Desse modo, partimos dizendo que o direito ao voto, universal e que todo cidadão poderia exercer, era negado às mulheres. A partir do século XVII, a história das ideias que serviram de fundamento para a reivindicação feminina da cidadania foi igualmente a história do estabelecimento de uma individualidade negada às mulheres e de uma identidade coletiva de gênero. Na França, desde a revolução de 1789 até 1944, cidadãos eram, de forma exclusiva, homens.

O século XX testemunhará uma notável participação das mulheres brasileiras no mundo público, entretanto, as últimas décadas desse mesmo século irá se deparar com um intenso processo de questionamento de dependência feminina. Vale enfatizar que a exclusão das mulheres ocorreu politicamente e simbolicamente sob a égide da própria noção de participação política. Esse questionamento se deverá ao confronto dessa dependência com a hegemonia masculina no mundo público. Godinho (2002) nos esclarece sobre esse processo de dominação

Em um processo inacabado e com enormes lacunas, é inegável o reconhecimento de que convivemos com padrões de desigualdade e dominação de gêneros remodelados a partir de um novo reequilíbrio da desigualdade, assentado em uma parcial conquista das mulheres do direito de participar dos espaços públicos e na forte manutenção da divisão sexual do trabalho de forma quase inalterada no mundo privado (HIRATA apud GODINHO, 2002).

Desse modo, foi na década de 1932 que as brasileiras conquistaram a formalidade da atuação política por meio do voto. Será um movimento de mulheres na década de 1970, de caráter é feminista, que irá reivindicar a autonomia individual e os direitos iguais em vários

setores, questionando ainda a subordinação feminina familiar e individual aos homens. Esse movimento nos idos de 1970 se projetou no Brasil no bojo de um processo internacional de ressurgimento do movimento feminista, marcando, assim, um tempo de significativas mudanças culturais devido aos fortes movimentos sociais e culturais, como também no que diz respeito ao acesso à educação e à anticoncepção.

Pinto (2002) relata que o movimento feminista teve sua primeira “onda” entre as décadas de 1850, prolongando-se até 1950. Portanto, a segunda “onda” emergiu a partir da década de 1960. Essa segunda “onda” colocou na pauta de discussões o direito de acesso da mulher à produção de conhecimento, pois no âmbito acadêmico/ científico a participação feminina esteve, por muito tempo, relegada apenas ao resultado da produção desse conhecimento. Morin (2001) afirma que nesse mesmo período, especificamente de 1967 a 1971, o movimento feminista encontrou sua brecha para se projetar de forma alastrante, unindo, dessa forma, os interesses do feminismo tradicional e do neofeminismo.

Nesse percurso, as décadas de 1970 e 1980 representaram um período também de crescimento maciço da participação política das mulheres, que se deu com o surgimento de novas formas de sociabilidade e oportunidades para as mulheres fora do espaço privado. Essas formas de sociabilidade foram conquistadas por meio da atuação pública das mulheres em movimentos populares urbanos, movimentos sindicais e na política partidária e parlamentar. Entretanto, essas últimas formas de representação não serão tão significativas, dado fato do acesso ainda restrito da presença das mulheres nesses âmbitos públicos. A partir do final dos anos 1980, o Brasil verá despontar a presença das mulheres nos movimentos rurais. Nessa década, emergiram as eleições diretas, debates e mobilizações em torno da Assembleia Nacional Constituinte, cujo cenário convidava a população brasileira para um forte envolvimento político. Um elenco de conquistas é assegurado no texto Constitucional de 1988, resultado da luta das mulheres brasileiras.

Na década de 1990 presenciaremos as mulheres disputando a entrada nos espaços de direção política e sindical. O resultado dessa resistência nesses processos de autoafirmação das mulheres nos espaços públicos irá se refletir na política através da resistente divisão do trabalho social. Essa resistência fortemente alicerçada pelas relações sociais de sexo, de gênero, categorias problematizadas por Judith Butler (1990), questionará a ocupação pelos homens das “funções de forte valor social (políticas, religiosas, militares, etc.)”, uma vez que

eram consideradas a força, a racionalidade e a agressividade, como atributos “naturais” ao masculino, sendo naturalizados como próprios do feminino, atributos como fragilidade e emotividade, que representariam um perigo para as decisões públicas, caso as mulheres ocupassem cargos de chefia.

É inegável dizer que nessas últimas décadas mudanças significativas ocorreram na vida das mulheres. É justo reconhecer que o feminismo, em suas múltiplas facetas em nosso país, contribuiu para esse percurso de reivindicações contra a submissão nas relações entre os “sexos”, sejam elas políticas, intelectuais, privadas, econômicas, escolares, etc. e para com a formação do movimento de mulheres em nosso país. Entretanto, as relações de gênero ainda se defrontam com muitas resistências. Desse modo, os estudos sobre a interação entre linguagem e gênero atualmente têm se preocupado em investigar questões sobre o poder implicado em tais relações.

No que diz respeito à conquista da ocupação feminina de cargos políticos no Brasil, achamos necessário contextualizar brevemente o cenário político de entrada das mulheres na disputa presidencial brasileira.

Dilma Rousseff foi eleita presidenta do Brasil por voto popular e democrático com quase 56 milhões de votos, no ano de 2010, apoiada na época pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores- PT. Dentre os candidatos de maior relevância na época da disputa presidencial destacamos Marina Silva, ex-ministra do governo Lula e filiada ao Partido Verde- PV e José Serra, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Foi o PSDB o mais antigo no cenário político brasileiro a disputar o cargo presidencial, que migrou para o segundo turno juntamente com Rousseff.

Anteriormente a Dilma Rousseff, Roseana Sarney pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB tentou disputar o cargo máximo de chefia do executivo, sem sucesso, pois foi impedida bem antes de se jogar na campanha eleitoral e disputar efetivamente o comando presidencial. Num país em cuja política ainda predomina- em seus âmbitos de realização- a figura do homem, devemos registrar a importância desse momento histórico que vivemos, quando uma mulher ocupa pela primeira vez o mais alto cargo político da nação: a presidência da República. Reforçando a importância desse contexto, lançamos

mão das próprias palavras de Rousseff “Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher”.

A vida política de Dilma Rousseff começa, contudo, bem antes desse feito, quando aos 16 anos de idade, ainda como estudante, inicia sua luta contra o Regime Militar, que instaurou uma ditadura cruel no país, através de um golpe em 1964. Por sua luta contra o regime, Dilma foi presa de 1970 a 1972, conforme dados biográficos constantes na página oficial da Presidência da República³, os quais transcrevemos a seguir:

PRESIDENTA- BIOGRAFIA



Primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). É filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva, nascida em Resende (RJ). O casal teve três filhos: Igor, Dilma e Zana.

A filha do meio iniciou os estudos no tradicional Colégio Nossa Senhora de Sion, e cursou o ensino médio no Colégio Estadual Central, então centro da efervescência estudantil da capital mineira. Aos 16 anos, Dilma dá início à vida política, integrando organizações de combate ao regime militar.

Em 1969, conhece o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo. Juntos, sofrem com a perseguição da Justiça Militar. Condenada por “subversão”, Dilma passa quase três anos, de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista.

³ <http://www2.planalto.gov.br/presidenta/biografia> Acessado em 20 de janeiro de 2013.

⁴ Foto de Roberto Stuckert Filho / PR. In: <http://www2.planalto.gov.br/presidenta/biografia>. Acessado em 20 de janeiro de 2013.

Livre da prisão, muda-se para Porto Alegre em 1973. Retoma os estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul após fazer novo vestibular. Em 1975, Dilma começa a trabalhar como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho. No ano seguinte, dá à luz a filha do casal, Paula Rouseff Araújo.

Dedica-se, em 1979, à campanha pela Anistia, durante o processo de abertura política comandada pelos militares, ainda no poder. Com o marido Carlos Araújo, ajuda a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Trabalhou na assessoria da bancada estadual do partido entre 1980 e 1985. Em 1986, o então prefeito da capital gaúcha, Alceu Collares, escolhe Dilma para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda.

Com a volta da democracia ao Brasil, Dilma, então diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, participa da campanha de Leonel Brizola ao Palácio do Planalto em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar. No segundo turno, Dilma vai às ruas defender o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

No início da década de 1990, retorna à Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, agora como presidente da instituição. Em 1993, com a eleição de Alceu Collares para o governo do Rio Grande do Sul, torna-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul.

Em 1998, inicia o curso de doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mas, já envolvida na campanha sucessória do governo gaúcho, não chega a defender tese. A aliança entre PDT e PT elege Olívio Dutra governador e Dilma ocupa, mais uma vez, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Dois anos depois, filia-se ao PT.

O trabalho realizado no governo gaúcho chamou a atenção de Luiz Inácio Lula da Silva, já que o Rio Grande do Sul foi uma das poucas unidades da federação que não sofreram com o racionamento de energia em 2001.

Em 2002, Dilma é convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Depois, com a posse de Lula, torna-se ministra de Minas e Energia.

Entre 2003 e 2005, comanda profunda reformulação no setor com a criação do chamado marco regulatório (leis, regulamentos e normas técnicas) para as práticas em Minas e Energia. Além disso, preside o Conselho de Administração da Petrobrás, introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e cria o programa Luz para Todos.

Lula escolhe Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo ministério em 2005. A ministra assume a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Coordenou ainda a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo, que se reúne mensalmente para avaliar a liberação de recursos para obras.

Em março de 2010, Dilma e Lula lançam a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que amplia as metas da primeira versão do programa. No dia 03 de abril do mesmo ano, Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. Em 13 de junho, o PT oficializa a candidatura da ex-ministra.

No segundo turno das eleições, realizado em 31 de outubro de 2010, aos 63 anos de idade, Dilma Rouseff é eleita a primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil, com quase 56 milhões de votos.

Esta dissertação torna-se relevante ao tentar alcançar o atual momento histórico de atuação política das mulheres, buscando entender essas mudanças sociais através do estudo da constituição performativa das identidades femininas no discurso de uma mulher que ocupa uma posição ímpar de poder, para lançar, ao final da discussão, alguns questionamentos, que tentamos responder na seção dos resultados, mas que ainda estão em aberto, deixando lacunas e campos de investigação para outras pesquisas: o que resulta desta vitória para as mulheres? Há uma identidade de resistência construída nesse novo papel ocupado por Dilma ou os *ethé* em seu discurso indicam uma identidade legitimadora da submissão feminina presente no imaginário popular? Cremos que as respostas a essas questões são importantes para a mudança social da situação de opressão e sofrimento à qual as mulheres ainda estão submetidas na atualidade.

4.2. Análise e discussão dos dados

O primeiro material a ser analisado consiste no **Anexo A (página 114) - discurso de Dilma Rousseff proferido durante cerimônia de início do mês da mulher: trabalho e cidadania, na data de 01 de março de 2011, em Salvador, Bahia.**

De início, observamos no trecho que se segue a configuração de características da “feminilidade”, como podemos ler:

Eu queria também dar uma boa tarde especial às mulheres baianas aqui presentes. Com isso, eu não estou preterindo os nossos companheiros homens, mas é porque hoje é o primeiro dia do mês da mulher, o mês em que se comemora o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E aí, também, porque apesar de nós sermos 52% da população e, portanto, as mulheres serem maioria, os outros 48% são nossos filhos e, aí, fica tudo em casa. Então, ao cumprimentar as mulheres eu estendo também o cumprimento a todos os nossos companheiros aqui presentes.

Nesse trecho, podemos observar que Dilma performativiza em seu discurso um duplo gesto: de descontração e de reivindicação, pois ao dizer que “não pretere os homens”, a imagem que se constitui de início para o leitor é de um momento descontraído, entretanto, ao dizer que as mulheres são maioria, observamos uma sutil reivindicação feminina, mas, logo em seguida, o feminino é reduzido à questão da maternidade. Percebemos a estilização de um tom de voz alegre, leve e descontraído, com o intuito de conquistar também seu auditório masculino, uma vez que ela se reconhece como uma mulher em uma situação de poder sobre os homens. No entanto, ao reduzir as mulheres à condição materna, Dilma Rousseff reforça o estereótipo de que a mulher é responsável pelos filhos, pela continuidade da descendência, pois, segundo a concepção da ambivalência, o estereótipo carece de sua repetição. Essa performativização consiste nas características configuradoras de um **ethos** que denominamos de ethos da “**maternidade**”.

Vou saudar a minha querida amiga, a Fatinha. O Jaques disse que a Fatinha é brava, mas a Fatinha não é brava, a Fatinha é firme, é outra coisa, é firme.

Nesse momento do discurso, observamos a performativização de um tom de voz que é ao mesmo tempo carinhoso, pelo diminutivo Fatinha, portanto, um sentido linguageiro da “feminilidade”, bem como a estilização de um tom de voz audacioso, pois ela discorda do “Jaques” e constitui um sentido “firme” que é compreendido pela “feminilidade”. Com isso, Dilma usa o seu poder para ressignificar o predicado “brava”, que Jacques, governador da Bahia, dirigiu a sua própria esposa. Talvez aqui, possamos observar uma “marca” que é iterável, de sentidos da “feminilidade”, oriunda de contextos históricos falocráticos, tais como os patriarcais, que destinaram à mulher a emoção.

A nosso ver, parece que “brava” para Dilma consiste, para sua subjetividade, na redução da mulher à condição de ser zangada, e não corajosa. Portanto, a partir dessa ideia, identificamos atos que confortam e libertam a mulher de predicados, constituídos segundo a ótica falocrática/ masculinista. Aqui podemos apontar para um discurso híbrido, pois estão entrelaçados tanto os sentidos da “feminilidade”, quanto os da “feminilidade”. Tanto temos a configuração de um **ethos de “maternidade”**, bem como de outro ethos que denominamos por “**contestação**”.

Vou dirigir um cumprimento especial para a nossa Senadora, a Senadora, primeira senadora eleita pela Bahia, com muito orgulho para todas nós, mulheres brasileiras.

Hoje eu estou dando preferência para as mulheres. Então, a Petrobras eu vou saudar saudando primeiro a Maria das Graças Foster, que é a primeira diretora mulher da Petrobras.

Nesse momento, Dilma performativiza sentidos da “feminilidade”, pois o seu tom de voz é forte e firme, seu aspecto físico é rijo, e através de sua subjetividade emergem sentidos históricos de luta feminina, cujos resultados podem ser observados através da palavra “primeira”, que consiste numa confirmação e reforço das mudanças que vêm ocorrendo nos quadros da administração pública brasileira, ou seja, as mulheres têm conquistado um maior acesso ao poder, por estarem em escalões, tanto de comando, como do legislativo, decidindo os rumos políticos da nação. Nomeamos para esse caso um **ethos de “empoderamento”**.

E eu vou cumprimentar agora, de forma muito carinhosa, as nossas companheiras que aqui representam o movimento de mulheres e as organizações de mulheres.

A Carmen, aquela mulher forte que esteve aqui e falou com muita firmeza, convicção, mas também com grande amor no coração. A Carmen, da Secretaria Nacional de Mulheres [Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais] da Contag, a Confederação [Nacional] dos Trabalhadores na Agricultura [...]

Ocorre nessa passagem à estilização de sentidos linguístico-discursivos tanto da “feminilidade” quanto da “feminilidade”, pois o tom de voz se apresenta como sensível através do afeto que se expressa pelas palavras “carinhosa”, “amor” e “coração”, bem como “firme”, pois a força histórica de militância surge através do sentido histórico da palavra “companheiras”. Aqui podemos observar a performativização de estereótipos, segundo contextos históricos de dominação masculina/ falocráticos que impuseram às mulheres atributos de meiguice, sensibilidade, afeto e emoção. O que se performatiza no discurso de Dilma é um corpo mais ameno e leve, à vontade, pois consiste num momento de

reconhecimento de lutas e resultados das mulheres. Os sentidos observados são configuradores de um **ethos de “identificação”**.

E aqui, eu venho a Irecê e aproveito para lançar o reajuste do programa Bolsa Família. [...] Vocês ouviram sempre, desde a minha posse, desde a campanha eleitoral, eu assumi um compromisso, e esse compromisso está clarinho no lema do meu governo: “País Rico é País sem Miséria [Pobreza]”. País rico é país sem miséria. Daí porque esse compromisso de acabar com a miséria absoluta, com a pobreza extrema é algo que eu assumo com muita convicção, com muita fé, mas, sobretudo, com muita emoção.

Entrelaçam-se tanto sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade” quanto da “feminilidade”, pelo tom de voz ameno, que é performativizado pelo diminutivo “clarinho”. A “feminilidade” é estilizada por uma postura de alguém que luta, mas, sobretudo, tem fé não somente em suas ações, mas talvez em alguma outra fonte, superior a ela, de ordem divina. A nosso ver, Dilma parece que está tomada pela emoção, cujos desejos são de zelar e ajudar, devido a sua preocupação com os mais necessitados, pobres e famintos. Ocorre aqui a estilização de um ethos de “grande mãe”, que não se prende somente aos cuidados maternos, num interior de um lar, extrapolam. Mais ainda, esse ethos se sobrepõe a outro ethos, o da “feminilidade”, que consiste num de “agenciamento”, pois observamos a existência de um projeto que perseguido por Dilma Rousseff é uma questão de “honra”. Lembremos que “honra” num contexto histórico falocrático consiste em sentidos do masculino, pois por ela os homens se mobilizam nos jogos sociais de poder.

E, aí, eu quero me referir, aqui, à agricultura familiar, aos agricultores familiares, às agricultoras familiares. E lembrar que tanto no Bolsa Família quanto na agricultura familiar nós temos olhado com muito cuidado, com muito carinho para as mulheres. Porque as mulheres, elas são fundamentais quando se trata da família. Todo mundo aqui sabe que uma mãe, para deixar um filho sem dar de comer, ela... é quase impossível, ela

prefere abrir mão da sua alimentação para o seu filho comer.
Por isso as mulheres são aquelas titulares que nós preferimos
para receber o cartão do Bolsa Família.

Nesse trecho, indiscutivelmente, podemos observar a constituição de sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade”, pois o que está sendo iterável é um contexto histórico patriarcal, bem como o contexto da mulher burguesa, pois nesses contextos a mulher é responsável por zelar tanto da casa, quanto dos filhos. As características psicológicas que emergem são de cuidado, doação, amor gratuito, bem próprio de mãe. Mas ainda, o tom de voz é de decisão, que remete para uma questão fechada, sem negociações, por conta do pressuposto da maternidade. Remete-nos a ideia de que a mulher apela pela “emoção”, o homem convence pelos “argumentos”, ou seja, pelas “ideias”. Em outros termos, o contexto histórico que é iterável é aquele que falocentrismo e logocentrismo foram alinhados, dando sustentação a uma ordem social dominante masculina.

Por isso é importante aumentar o valor e a quantidade do
crédito para as mulheres poderem ter seu Pronaf. Porque, com
o Pronaf Mulher, ela pode ter acesso a um financiamento para
o seu artesanato, por exemplo. Ela pode costurar, ela pode fazer
doce, enfim, ela pode contribuir para a melhoria de renda da
sua própria família.

Tanto os sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade” quanto os da “feminilidade” são performativizados por Dilma Rousseff, pois emergem em sua subjetividade os contextos históricos de uma mulher “prendada”, bem como de uma mulher inserida na força de trabalho. Percebemos que são iteráveis no discurso de Dilma estereótipos que extrapolam os contextos em que foram produzidos, principalmente os que deram sustentação a uma ordem masculina de dominação, em que a mulher era considerada objeto e o homem sujeito da relação de gêneros. A nosso ver, esses estereótipos “fazer doce” / “artesanato”, que antes consistiam em atividades de uma mulher “prendada”, são ressignificados, pois passam a consistir em atividades produtivas, que geram renda para a sobrevivência da família. O argumento de Dilma configura um tom de voz firme, seguro, conhecedor da realidade que advoga. O corpo de Rousseff se movimenta para o convencimento de sua proposta, de seu

projeto, que consiste numa boa saída para solucionar a falta de empregabilidade para mulheres sem tanta ou sem nenhuma profissionalização. Entendemos que a presidenta articula o seu poder para promover um deslocamento da mulher do lar, ou seja, agencia essa mulher à força de trabalho. Portanto, observa-se a configuração de um **ethos de “agenciamento”**.

Mas não é só na agricultura familiar, Jaques. É também na criação de empregos na cidade, aqui na cidade. Você veja como é engraçada a roda que gira o Bolsa Família: a família recebe o Bolsa Família e vai comprar o seu produto ou em um supermercadinho, ou em uma vendinha, ou até em uma feira que ela tenha acesso; com isso, ela vai possibilitar que aquele ou vendedor da lojinha, ou do supermercadinho, ou da feira tenha uma renda melhor.

O diminutivo que ocorre nas palavras “supermercadinho” e “vendida” é configurador de um tom de voz meigo. Entretanto, esse tom de voz entra em conflito com as características físicas de Dilma, que remetem para um corpo cujos gestos são firmes, que se encaminham para um pouco de dureza. Mas, o que mostra a subjetividade da presidenta é que ela consiste numa mulher sensível, preocupada com os “menores”, com os mais “fracos” frente às forças da globalização, por exemplo, que esmagam os que se localizam na “periferia” da agressiva economia mundial. Rousseff reproduz um tom de voz que podemos remeter aos sentidos da “feminilidade”, entretanto, o movimento do seu corpo e seu caráter, ambos remetem para os sentidos da “feminilidade”.

Eu ajudei nesses oito anos, mas agora a bola está conosco, com os homens e as mulheres – e sobretudo com as mulheres. Porque a mulher sabe de duas coisas também: sabe ter coragem – porque não é uma mulher sem coragem aquela que acorda todo dia de manhã, arruma os filhos, assegura que eles tenham comida, providencia educação, solta os meninos para a escola, encara o trabalho do dia a dia, encara a sua profissão. Mas também, além da coragem, eu acho que a mulher tem uma outra

coisa: ela tem carinho. Ela cuida, ela protege, ela dá amor, e ela apoia e incentiva.

De início, Dilma constitui sentidos da “feminilidade” ao por em relevo o seu trabalho durante a sua permanência no governo Lula e enfatiza que essa “bola”, ou melhor, esse “poder” governamental está nos “pés”, ou seja, nas mãos principalmente das mulheres. A presidenta reconhece a coragem que a mulher tem, ou seja, “coragem” não é para ela uma prerrogativa exclusiva do homem. Contudo, observamos uma redução dessa “coragem” aos cuidados, às responsabilidades, às ações diárias do cotidiano doméstico e da família. Entretanto, nesse trecho, observamos a construção discursiva de um tom de voz que soa audacioso, de uma corporalidade cheia de ímpeto, e de uma personalidade que reconhece a coragem e a força que demandam as atribuições do cotidiano de uma família e do lar atreladas ao cotidiano profissional. Mas, essa coragem, mais uma vez, é reduzida à questão materna. Em outros termos, Dilma reconhece uma sobrecarga de responsabilidades e atividades, dado fato de que o lar e a família ainda estarem ligados quase exclusivamente à mulher, ou seja, propriedades oriundas de contextos históricos de imposição de uma ordem masculina são iteráveis em seu discurso, mas não se detêm com tanta precisão para falar de um cotidiano profissional cheio de adversidades, dificuldade e desigualdades, principalmente, sobre desigualdades salariais e de cargos entre os gêneros. A partir dessas características, apontamos para a configuração de **um ethos de “maternidade”**, bem como de **“identificação”**.

Eu cheguei aqui porque uma quantidade muito grande de mulheres saiu de suas casas e foi trabalhar; uma quantidade grande de agricultoras botou a mão na massa e foi plantar; uma quantidade grande de mulheres virou enfermeiras, professoras, professora, que tem de ser valorizada, empregadas domésticas, médicas, mulheres enfermeiras, mulheres agentes de saúde. Enfim, mulheres em todas as áreas. E este mês é o nosso mês, é o mês das mulheres.

Os sentidos performativizados pelo discurso de Dilma consistem naqueles que estão compreendidos pela categoria da “feminilidade”, pois podemos observar que estão sendo

iteráveis sentidos linguístico-discursivos de contextos históricos de luta feminina por espaço no mercado de trabalho e nas arenas públicas e políticas de exercício do poder. Tanto um corpo, sem movimentos exagerados, ao contrário, movimentos contidos e firmes, e tom de voz confiante estão sendo estilizados. Esses sentidos são configuradores de um **ethos de “empoderamento”**.

[...] e aqui eu venho, hoje, porque eu quero marcar o início desse 8 de março como o mês que comemora as mulheres guerreiras e fortes da agricultura, as trabalhadoras.

E, aí, eu deixo para vocês a minha fala: carinho e coragem. Esses dois são, eu acho, a marca da mulher brasileira e da mulher baiana.

Nessa passagem, a personalidade de Dilma se constitui pela estilização de sentidos linguístico-discursivos de cuidado, zelo e afeto, bem como de luta, de batalha, de ruptura com contextos falocráticos que não autorizavam a mulher, dada a sua sensibilidade e fragilidade “naturais”, a se lançarem nas mesmas atividades realizadas pelos homens. Ou seja, através de um trabalho de “naturalização” de sentidos se deu a construção de uma ordem social desigual entre os gêneros. Esses sentidos discursivos históricos são ressignificados por uma nova ordem social, que tem deslocado velhos padrões culturais e sociais. Rousseff performativiza tanto sentidos da “feminilidade” quanto da “feminilidade”, mas apontamos para uma ressignificação pelo reconhecimento de que a mulher tanto é aguerrida quanto forte, reconhecimento não muito comum ou ainda não aceito, por um olhar cujas lentes são de uma ordem social masculinista. Apontamos a configuração de um **ethos de “identificação”**.

A partir daqui, iremos analisar o segundo material que consiste no **Anexo B (página 119) - discurso de Dilma Rousseff durante encontro com mulheres do Movimento Atingidos por Barragens (MAB), que ocorreu no dia 07 de abril de 2011, em Brasília, Distrito Federal.**

Queria também cumprimentar a Tereza Campello, nossa ministra do Desenvolvimento Social, e é importante que seja uma mulher ministra do Desenvolvimento Social na medida em

que o nosso compromisso maior nesse processo do terceiro governo, que eu tenho a honra de representar, é a superação da pobreza em nosso país.

Inicialmente, podemos observar as constituições de sentido linguístico-discursivos da “feminilidade”, pois temos uma mulher no comando de um ministério. Entretanto, sentidos da “feminilidade” também são constituídos nessa passagem, pois ao nos remetermos para o contexto histórico que os Estados modernos fizeram emergir, poderemos observar uma mão paternalista, ligada à figura masculina, e outra assistencialista, ligada à figura feminina. Em outros termos, o próprio Estado moderno, ao definir o conceito de família, alinhou um patriarcado privado a um público. Portanto, o tom de voz sugere firmeza, num corpo cujo movimento é contido, mas aspectos de um contexto histórico, no qual surgiram as sociedades modernas, conseqüentemente, os Estados modernos, são iteráveis no discurso de Dilma, ou seja, estereótipos produzidos por relações de dominação em contextos falocráticos.

Dentro da nossa política de fazer com que o nosso país cresça, mas não cresça só para alguns poucos, que cresça para todos, o Movimento dos Atingidos por Barragens, para nós, é um interlocutor. Agora, além do Movimento ser, é importante que sejam mulheres organizadas. Por que é importante que sejam mulheres organizadas? Porque, de uma forma ou de outra, dentro do Movimento as mulheres são aquelas pessoas que estão mais perto dos grandes problemas do nosso país.

Nessa passagem Dilma alinha sentidos linguístico-discursivos tanto da “feminilidade” quanto da “feminilidade”, pois à medida que ela considera ser importante uma organização política promovida pelas mulheres, reduz essa questão ao fato de as mulheres estarem à frente de questões que envolvam cuidados, zelo, questões do cotidiano, da vida diária doméstica, da família. Rousseff fala firme, num corpo cujo movimento é contido, mas suas características psicológicas nos mostram uma mulher que reconhece a força da historicidade das relações desiguais entre os gêneros. Em outros termos, esses sentidos históricos dessas relações de dominação constituídos no interior de dicotomias, cujos pesos são desiguais, são iteráveis no discurso da presidenta, confirmando a nossa compreensão de

que os contextos são abertos, pois os sentidos das “marcas” discursivas que foram produzidas extrapolam o instante em que foram produzidas. A nosso ver, o discurso de Dilma aponta para uma resignificação desses sentidos, pois a esfera doméstica e suas atividades anteriormente imposta às mulheres, ganham um novo sentido, agora, politizado. Essas características são configuradoras de um **ethos de agenciamento**, pois observamos certa dose de poder sendo articulada, em prol de mudanças de um quadro social problemático.

Eu queria dizer que, de fato, água é vida; energia também é o princípio da vida. Mas que, de fato, aqui, quem gera a vida são as nossas mulheres. Por isso, eu cumprimento a cada uma, e digo que vocês terão aqui um governo aberto ao interesse de vocês.

Os sentidos linguístico-discursivos constituem um tom de voz mais sensível e um caráter emotivo/ poético, pela articulação de palavras que expressam sentidos maternos, a importância de ser mãe. Sabemos que a maternidade, além de ser algo “natural”, consistiu numa construção social, que foi rigorosamente imposta à mulher, em relações desiguais de gêneros, dado aos princípios de produção da dominação masculina. Constituem-se, então, sentidos da “feminilidade”. Portanto, apontamos para um **ethos de “maternidade”**.

A partir daqui, iremos empreender a nossa análise do **Anexo C (página 121) - discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Colóquio de Alto Nível sobre Participação Política de Mulheres, ocorrido no dia 19 de setembro de 2011, em Nova York/EUA.**

Depois de amanhã serei a primeira mulher, na história das Nações Unidas, a abrir os debates da Assembleia Geral. Gostaria de compartilhar essa honra com todas as mulheres aqui presentes, em especial com a subsecretária Michelle Bachelet, a primeira mulher da América do Sul a ser eleita Presidenta do seu país.

Dilma Rousseff não esconde seu contentamento ao presidir a abertura dessa Assembleia, em um lugar predominantemente masculino. Dilma deixa bem clara essa predominância, quando diz “serei a primeira mulher”. Assim, podemos observar que consistem em sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade”, que se constitui pela performativização de um gesto de orgulho e um tom de voz de entusiasmo. Ela se apresenta como uma mulher que irá promover uma mudança no cenário político internacional, que não muito diferente de tantos outros cenários políticos nacionais/ locais, em que ainda predomina a figura masculina, ou seja, o que existe por trás dessa passagem é a força da historicidade da dominação masculina sendo deslocada. Portanto, as características estilizadas no e pelo discurso da presidenta configuram **um ethos de “ruptura”**.

Apesar de alguns avanços notáveis, a desigualdade permanece. Em pleno século XXI, são as mulheres as que mais sofrem com a pobreza extrema, o analfabetismo, as falhas dos sistemas de Saúde, os conflitos e a violência sexual. Em geral, as mulheres ainda recebem salários menores pela mesma atividade profissional e têm presença reduzida nas principais instâncias decisórias.

Nessa passagem, Dilma contesta. Os gestos performativizados são de contestação, descontentamento e indignação, através de um tom de voz firme. Os sentidos linguístico-discursivos iteráveis em seu discurso consistem na “feminilidade”, pois a presidenta se mostra uma mulher politizada e ciente das muitas demandas sociais que devem ser atendidas para que uma transformação desse quadro, que ela mesma projeta, não se perpetue mais. Podemos observar Rousseff contestando a historicidade das relações desiguais entre os gêneros no seguinte momento de seu discurso “Menores salários” e “presença reduzida nas principais instancias decisórias”, bem como a mulher reduzida à condição de objeto, segundo um mercado de bens simbólicos, quando Rousseff aponta para a ocorrência da “violência sexual”. Essas características configuram um **ethos de “contestação”**.

A crise econômica e as respostas equivocadas a ela podem agravar esse cenário, intensificando a feminização da pobreza.

Por isso, combater as consequências e também as causas da crise é essencial para o empoderamento das mulheres.

Nesse trecho, o que podemos observar é uma construção discursiva de sentidos da “feminilidade”, pois o gesto de Dilma é de reação aos equívocos gerados por decisões políticas, econômicas, sociais, etc., que, ao invés de contribuírem para uma mudança da condição das mulheres em meio à época da crise econômica que estava assolando a Europa, poderiam, ao contrário, estar promovendo um retrocesso. Contextualizando essa crise, segundo os noticiários, uma das primeiras medidas consistiu em demissões em massa, ou seja, um grande número de trabalhadores perderam seus empregos. A nosso ver, uma das instâncias a serem atingidas fatalmente por essa crise foi a família. E a mulher, como parte desse universo doméstico, segundo um contexto de dominação masculina, talvez estivesse sendo a primeira da lista desses cortes. Aos homens sendo reservado o direito de permanecerem em seus empregos em relação às mulheres. Caso a questão tenha se encaminhado nesses termos, a demissão se deu segundo uma visão masculinista/ falocrática. Os gestos de Dilma configuram um **ethos de “contestação”**.

Fui eleita a primeira mulher Presidenta do Brasil 121 anos depois da Proclamação da República e 78 anos depois da conquista do voto feminino. Somos 52% dos eleitores, mas apenas 10% do Congresso Nacional. Tenho me esforçado para ampliar a contribuição feminina nos espaços decisórios – dez Ministérios do meu governo são comandados por mulheres. Em especial, quero enfatizar que o núcleo central do meu governo é constituído por mulheres ministras.

Dilma historiciza dois contextos históricos, um quando se deu a transição da monarquia para a república e o outro quando as mulheres brasileiras conquistaram o direito de participação nas decisões políticas do Brasil. Diante desse quadro, o gesto de Dilma é de preocupação e de esforço, pois já passaram “78 anos depois da conquista do voto feminino” e os resultados de participação política das mulheres nas instâncias do legislativo e do executivo são ainda insignificantes. Os sentidos linguageiros são os da “feminilidade”, pois além de seus gestos, seu tom de voz é seguro e reivindicatório atrelado a um corpo que performativiza

sentidos de uma mulher combatente. Essas características constituem um **ethos de “identificação”, um ethos de “agenciamento” e um ethos de “empoderamento”**.

Comecei meu governo lançando um novo desafio: erradicar a pobreza extrema. São as próprias mulheres, que tanto sofrem com a pobreza, as principais aliadas das políticas voltadas para a sua superação. Elas têm prioridade em programas sociais, como o de transferência de renda e o de crédito para habitação, o que se reverte na melhoria da qualidade de vida delas mesmas e de suas famílias. São elas que, na família, se encarregam de gerir os benefícios originários das nossas políticas sociais.

Os sentidos linguístico-discursivos performativizados no trecho acima são da “feminilidade”, pois foi em contextos históricos de dominação masculina que a mulher foi reduzida a esfera privada, portanto, a esfera doméstica, dado um processo de individualização da casa em relação aos espaços públicos, por exemplo, da rua. Em outros termos, para as mulheres foram impostas atividades ligadas ao cotidiano da casa e da família.

As mulheres são também aliadas do desenvolvimento sustentável e de uma necessária mudança de padrões de consumo. Conto com vocês para promover expressiva participação feminina na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20, que o Brasil terá o privilégio de sediar em 2012.

Nessa passagem, Dilma performativiza sentidos linguístico-discursivos iteráveis são os da “feminilidade”, pois a ideia de consumo está ligada à imagem feminina, ou seja, são as mulheres que consomem mais, são as mulheres que estão mais próximas dos detalhes da rotina de uma casa, dos filhos, do esposo, etc. Essa ideia consiste num estereótipo, produzido num contexto histórico, cuja repetição é possível através da iterabilidade, presente em nossa linguagem. O gesto de Dilma é de mobilização, pois convida as mulheres a participarem de decisões para além da esfera da vida privada.

As mulheres são especialmente interessadas na construção de um mundo mais pacífico e seguro. Quem gera a vida não aceita a violência como meio de solução de conflitos. Por isso devemos nos engajar na reforma da governança global para que a comunidade internacional tenha mecanismos mais representativos e eficazes de ação como a paz sustentável. A existência de conflitos armados vitima, especialmente, as mulheres e – cada vez mais – as crianças.

O gesto de Dilma é a busca pela paz através do engajamento político, que deve ocorrer também por parte das mulheres, frente a isso, ela convoca todas elas a se engajarem nas lutas e demandas referentes aos conflitos armados, pois o seu pressuposto é o de que as mulheres sabem muito melhor, do que os homens, a importância que tem uma “vida”, pois são elas que geram “vidas”, perpetuam descendências. Em outros termos, Rousseff lança mão da prerrogativa da maternidade. Os sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade” são mobilizados pela presidenta, servindo de apoio para o argumento de que as mulheres precisam se engajar nos problemas globais, para que mudanças/ rupturas com velhas mentalidades, ou melhor, com velhos padrões produzidos em contextos de dominação masculina possam ser ressignificados. Emerge a partir dessa reivindicação uma mulher agente, que articula o seu poder para que mais mulheres possam ser inseridas nas esferas públicas e políticas. A nosso ver, o tom de voz de Dilma é provocador. Essas características configuram um **ethos de contestação**.

Além disso, as mulheres estão sujeitas à violência em tempos de paz, muitas vezes sofridas em suas próprias casas. Para combater esse mal, o Brasil criou delegacias especializadas e uma central de atendimento à mulher, bem como estabeleceu legislação especial de prevenção e punição das agressões feitas às mulheres, denominada Lei Maria da Penha, reconhecida hoje em todo o mundo. Tenho certeza de que uma mudança cultural também seja necessária para por fim ao lamentável, mas persistente hábito, de atribuir às mulheres a responsabilidade pela violência que sofrem.

Nessa passagem, Dilma performativiza os sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade”, pois, claramente, ela não compactua com a violência doméstica, não atribui a culpa à mulher pelos companheiros violentos que dividem com elas a vida. Rousseff reconhece os mecanismos jurídicos disponíveis de combate a essa violência, muitas vezes silenciosa, mas também reconhece que a questão da violência é cultural, portanto, histórica, e da conta de todos, de homens e mulheres. A força histórica da dominação masculina, das relações desiguais entre os gêneros, da lógica perversa que coloca as mulheres numa posição de objeto é contestada, pois a presidenta aponta para a existência de estereótipos culturais, embora implícitos em seu discurso, cujo tom é firme. Observamos a configuração de **um ethos de “identificação”** e de **ethos de “contestação”**, pois além de estar ciente dessa violência, também contesta a atribuição da culpa às mulheres.

A recusa da desigualdade é plenamente compatível com a valorização da diferença. Promover os direitos humanos é combater a discriminação baseada em gênero, raça, condição física, orientação sexual, pensamentos diferentes e religião. Essas lutas são todas indissociáveis. Sei que nos momentos difíceis cada uma de nós busca força e inspiração nas mulheres que ao longo da história resistiram a todas as formas de opressão. Naquelas que apareceram diante do mundo e também em todas as mulheres anônimas e suas lutas anônimas. A elas agradeço a possibilidade de ocupar esta tribuna e de dizer a todas as meninas e mulheres do mundo que com coragem, tenacidade e altivez, é possível conquistar os nossos sonhos.

O gesto inicial de Dilma é de solidariedade. Com isso, ela se dirige para todos aqueles que nos termos de uma visão masculinista/ falocrática consistiram e ainda consistem em objetos, dependendo da civilização/ da sociedade em que se encontram, pois são os homens os sujeitos da “História” e também de suas próprias “histórias”. Estão incluídos nesse grupo, mesmo que de modo implícito, os homossexuais, os negros, os pobres e, claro, as mulheres e as crianças, ou seja, todos aqueles que se encontram na periferia dos centros hegemônicos de dominação, que impõe sua força por meio de processos discursivos e sociais que naturalizam os sentidos dessa dominação. Com um discurso cujo tom de voz é firme e

encorajador, Rousseff mobiliza seu poder e ressignifica sentidos históricos tais como o de “coragem” “tenacidade” e “altivez” que foram naturalizados como características exclusivas do universo masculino, que agora, em seu discurso, também podem ser performativizados pelas mulheres, pois ela mesma estiliza os sentidos linguageiros da “coragem”. Essas características constituem sentidos da “feminilidade” e configuram um **ethos de “empoderamento”**, pois Dilma deixa bem claro o poder que detém, pelo lugar público e político que atualmente ocupa.

O próximo material a ser analisado consiste no **Anexo D (página 124) - discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada no dia 12 dezembro de 2011, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília-DF.**

Queria dizer para vocês que, para mim, é muito importante que este seja um governo com a presença de mulheres, sobretudo de mulheres na direção principal do governo.

Eu quero dizer para vocês que esta é uma das conferências mais importantes para mim, porque esta conferência, ela traz aqui, neste momento, em Brasília, uma representação das mulheres deste nosso país que estão aí lutando, não só pelos direitos de cada uma das mulheres brasileiras, mas também mostrando a sua capacidade de organização, de participação, e, sobretudo, representando o empoderamento da mulher.

Dilma inaugura essa cerimônia com um tom de voz entusiasmado, pois reconhece que o engajamento político dessas mulheres se encontra num outro estágio, que não consiste somente na luta por direitos, mas num engajamento político de luta por poder. Podemos observar propriedades históricas implícitas nesse discurso, que, para além dos contextos em que foram produzidas, foram performativizadas e ressignificadas para um novo contexto. Esse contexto histórico consiste naquele em que as mulheres lutaram por direitos “iguais” para homens e mulheres, e essas propriedades históricas iteráveis dizem respeito às lutas e demandas no movimento feminista. Os gestos estilizados por Dilma em seu discurso são de encorajamento. Portanto, os sentidos linguístico-discursivos se referem àqueles

compreendidos pela “feminilidade”. Essas características configuram um **ethos de “empoderamento”**, pois Rousseff faz questão de informar que a figura feminina atua nos espaços decisórios de seu governo.

Para mim, primeira mulher Presidente da República, é muito importante estar aqui na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. No meu discurso de posse, eu disse que pretendia – e pretendo – honrar, em cada ato e em cada decisão, cada uma e todas as mulheres brasileiras. E quero dizer a vocês que essa é uma orientação que parte do fundo da minha experiência de vida, e também é um compromisso com cada uma das mulheres deste país, que são mulheres mães, mulheres militantes, mulheres capazes de atuar na cultura, mulheres que dão contribuição na área da saúde, mulheres empregadas domésticas, que ajudam muitas famílias a criarem seus filhos e, muitas vezes, não são reconhecidas. Enfim, as mulheres que vivem e sobrevivem em condições, muitas vezes, difíceis.

Nessa passagem, Dilma reforça o que já vem dizendo em vários de seus discursos, o valor histórico de sua conquista, que se deu por voto popular e democrático. Os traços históricos iteráveis que podemos observar sendo performativizados em sua subjetividade consistem na força do feminismo, quando se refere às mulheres “militantes”, bem como nos anos difíceis que viveu o Brasil, seus sujeitos e sua política. Esse último contexto consiste nos anos duros da ditadura militar, predominantemente falocrático. Rousseff atuou politicamente nesse contexto e podemos perceber quando ela fala de sua “experiência de vida”. Portanto, a presidenta se mostra ciente do significado histórico de ser a primeira mulher a assumir o mais alto cargo público de comando do Brasil. A nosso ver, observamos a performativização de sentidos linguístico-discursivos de uma mulher agente, independente e politizada, ou seja, a performativização da “feminilidade”. O tom de voz é objetivo e firme, ligado ao movimento de um corpo contido, cujas expressões são pouco afeitas a sorrisos e que estilizam um tom de seriedade para a ocasião. Essas características são configuradoras de um **ethos de “ruptura”** e um **ethos de “empoderamento”**.

E eu queria dizer para vocês que esta Conferência, ela representa mais um passo na nossa luta. Nós somos mais da metade da população brasileira e temos uma imensa força. Temos uma imensa força porque também somos aquela parte da população que é capaz de gerar vida e que é responsável pela criação dos homens e das mulheres deste país.

Nessa passagem, Dilma performativiza tanto sentidos languageiros da “feminilidade” como da “feminilidade”. Em seu discurso estão sendo iteráveis as propriedades históricas da maternidade, portanto, do feminino, mas também do masculino, que consiste no sentido naturalizado da “força”. Compreendemos que, por mais que reconheçamos que a maternidade consiste para a mulher num fenômeno “natural”, ao ter sido imposta uma finalidade “social” para essa realidade, essa imposição consistiu num processo de naturalização de sentidos, que serviu como justificativa para um dos principais dispositivos de manobra de relações desiguais de gêneros, no interior de uma ordem social masculina, ou seja, para a perpetuação da família através do casamento. E a “força” é ressignificada para a mulher pelo fato de ela gerar “vida” e prosseguir cuidando dessas “vidas” geradas. O gesto de Dilma é de sensibilidade quando se refere à “geração de vidas”. A nosso ver, Dilma ressignifica os sentidos da maternidade, pois vai para além de sua função social, segundo a ótica masculinista. O seu tom de voz soa como suave, mas sem deixar de ser firme. Essas características configuram um **ethos de “maternidade”** e um **ethos de “identificação”**.

Eu tenho o compromisso inabalável – e reafirmo aqui – de aprofundar as políticas de igualdade de gênero em nosso país. Esta, vocês sabem, é uma caminhada de muitos obstáculos e desafios, mas nós estamos avançando e vamos continuar avançando porque não seguimos sozinhas.

E aí, eu quero dizer a vocês que, muitas vezes, vocês veem nos jornais ser anunciado que o Ministério – que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres – vai, simplesmente, ser fechado ou unido a outro. Não há a menor veracidade. [...] Nós vamos avançar com essa Secretaria, essa Secretaria que defende os direitos da mulher, que defende a igualdade de gênero, porque

ela é fundamental como instrumento do governo, do meu governo – primeira Presidenta deste país –, como é fundamental o movimento que cada uma de vocês faz no estado de vocês, no município e na cidade de vocês.

Dilma performativiza sentidos linguístico-discursivos de uma mulher agente e objetiva, através de um tom de voz forte, principalmente quando enfatiza ser a “primeira presidenta deste país”, bem como do modo direto como afirma “meu governo”. Observamos também a performativização de certa indignação em seu tom de voz, no momento em que contesta as informações emitidas pela imprensa a respeito do fechamento da Secretaria de Políticas para as mulheres. Ela se vale dos instrumentos públicos e políticos e articula o seu poder em favor do ideal, proclamado num contexto histórico feminista, de direitos iguais para os gêneros. É a iterabilidade por meio da qual se deu a produção desse ideal de igualdade entre os gêneros, num dado contexto histórico, aberto a resignificação. O gesto de Rousseff é político, pela mobilização política que sugere que deva ocorrer nas mais diversas localidades/ comunidades de práticas sociais específicas espalhadas Brasil afora. Compreendemos que nessa passagem é constituído um **ethos de “agenciamento” e de “empoderamento”**.

Nós, só juntas, conseguiremos avançar e superar os obstáculos. As 2.781 delegadas presentes nesta Conferência chegam aqui com força acumulada porque foram 200 mil vozes femininas que foram se mobilizando nas conferências municipais e estaduais, e ampliando a participação em todo o país. E aqui vocês encontram, sim, o meu governo sentado ali – uma representação expressiva do meu governo –, que se encontra com vocês para dizer: “Sim, nós vamos continuar nesta trajetória de luta a favor da igualdade de gênero”.

Mais uma vez, Dilma Rousseff prossegue em seu discurso mobilizando forças. O primeiro gesto dela é de reconhecimento da força política feminina, bem como de apoio e de conforto, pois em seu discurso observamos a performativização de uma imagem feminina preocupada e aberta para apoiar as ações de combate às desigualdades de gênero. O seu tom

de voz é sério e firme, mobiliza-se junto a um corpo firme, com expressões sérias, pouco afeitas a sorrisos. Podemos observar a performativização de uma mulher agente, que articula o seu poder e os instrumentos de poder em favor dessa mobilização política de mulheres, com o intuito de atender as mais diversas demandas, lutas e reivindicações femininas. Essas características configuram um ethos de “empoderamento”, pelo modo direto como diz “meu governo” ao invés de “governo federal” e um **ethos de “agenciamento”**, pois usa o seu poder governamental e deixa isso muito claro quando diz “o meu governo sentado ali – uma representação expressiva do meu governo-, que se encontra com vocês [...] nessa trajetória de luta”.

Eu queria aproveitar e saudar uma mulher que lutou com todas as suas forças contra a violência e que representa, de forma simbólica, apesar de uma certa tristeza que nós temos pelo que aconteceu a ela. Ela é uma lutadora e é o nome da lei que criminaliza a violência contra a mulher. Eu queria saudar a nossa companheira Maria da Penha, que está aqui na primeira fila de cadeiras, na sua cadeira de rodas. Companheira, o meu abraço.

Nessa passagem, compreendemos a constituição de sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade”, pelo gesto de felicitação de Dilma frente a outra mulher empoderada “Maria da Penha”. Temos a construção de uma imagem do feminino de duas mulheres com força política. O tom de voz da presidenta é de satisfação, de uma luta que, em certa medida, foi ganha, pois em outros discursos ela sugere também mudanças culturais, ao tocar na questão da violência doméstica. Um contexto de dominação masculina/ de imposição falocrática que produz e reproduz diversas formas de violência contra as mulheres está pressuposto nessa lei, que recebeu o nome de Maria da Penha. Essa dominação masculina é iterável em seu discurso de modo implícito, mas ressignificada, por essa lei, que talvez tenha pressuposto que essa violência é uma prática social “naturalizada”, ou seja, consiste em efeitos que têm se perpetuado nas práticas sociais de relações desiguais e violentas entre os gêneros. Portanto, temos a configuração de um **ethos de “ruptura”**, pois segundo o seu discurso, uma nova condição social e jurídica para as mulheres foi inaugurada por conta da Lei Maria da Penha.

Ao longo dos últimos anos nós viemos superando obstáculos por obstáculos. Quero dizer a vocês que nós assistimos, em 2011, momentos históricos – históricos e simbólicos – na luta das mulheres pela igualdade e também pelo seu espaço e a sua afirmação. Internacionalmente, eu queria citar a criação da ONU Mulher como um deles. Essa criação da ONU Mulher é muito importante, e na ONU Mulher, a nossa companheira, ex-presidente Michelle Bachelet, está fazendo um trabalho de afirmação, e acredito que ela estará aqui com vocês nos próximos dias. E a ONU Mulher, ela representa, do ponto de vista internacional, o reconhecimento da prioridade da questão de gênero em todo o mundo.

Dilma ao discursar sobre uma superação de obstáculos ao longo dos anos, nos remete para os desdobramentos do movimento feminista. Com isso, o que observamos é a performativização de uma mulher engajada politicamente na sociedade à qual pertence, e que ao longo da história parece ter acompanhado ativamente o crescimento político desse movimento feminino, bem como de suas lutas e demandas. O seu gesto é de comemoração pelas conquistas históricas e simbólicas de afirmação pública, política, profissional, etc. da mulher na sociedade. Nessa passagem ela não cita, mas se refere à sua vitória eleitoral em 2010, que se acrescenta a outra conquista que consiste na criação da ONU Mulher. Em outros termos, Dilma se felicita pela afirmação política de mulheres tanto no âmbito nacional como internacional. O seu tom de voz é de encorajamento, para que as mulheres que têm se mobilizado socialmente e politicamente continuem com suas lutas, pois muitos foram os obstáculos superados. Essa superação se confirma por sua vitória eleitoral e pela representação internacional de lutas e demandas de gênero. Nessa passagem são os sentidos da “feminilidade” e a configuração de um **ethos de “ruptura”** e de **“empoderamento”** que se destacam.

Outro momento que eu considero importante foi o momento em que o povo brasileiro me premiou, mas que, sem sombra de dúvida, foram as mulheres deste país, que progressivamente conquistaram os seus espaços, as grandes responsáveis por

isso, porque eu me elegi Presidenta deste país e abri a Assembleia Geral da ONU pela primeira vez, representando todas as mulheres do mundo mas, em especial, as mulheres deste país e deste continente.

A configuração do ethos anterior se confirma com essa passagem, pois Dilma não esconde o seu gesto de comemoração pela afirmação política da mulher, através de sua imagem. Podemos observar a performativização de sentidos linguístico-discursivos de seu empoderamento, pela iterabilidade em seu discurso dos contextos históricos de sua vitória eleitoral, bem como da abertura do debate geral da ONU presidido por ela, fatos históricos ocorrido em 2011. Rousseff alarga o seu contentamento ao inserir em seu discurso tanto as mulheres brasileiras, as mulheres de seu continente, bem como de todo o mundo. Observamos a construção de uma personalidade feminina que promoveu rupturas, pois esses dois momentos representam um intervalo na reprodução da força de dominação masculina, uma vez que, no Brasil, desde que a República fora instaurada, nunca nenhuma mulher tinha ascendido politicamente ao mais alto cargo de comando público e político brasileiro, bem como nunca nenhuma mulher havia presidido a abertura do debate geral da ONU, que na época se encontrava em sua 66ª edição. Vale dizer que essa assembleia internacional é ainda predominantemente masculina, desde sua criação pós-guerra mundial. Assim, identificamos nesse discurso um **ethos de “ruptura” e de “empoderamento”**.

A importância disso é pelo fato de que milhões de jovens, milhões de meninas em todo o mundo, ao assistirem aquele momento, passam a ter certeza de que nós, mulheres, também podemos dirigir nações, podemos dirigir uma das nações mais importantes do mundo, que é o Brasil, e podemos, por isso também, mudar a história do mundo.

Essa passagem consiste num reforço das duas anteriores, mas dessa vez o tom de voz de Dilma é mais enfático e determinado, ao afirmar que as mulheres também são capazes de comandar nações, bem como serem sujeitos de suas próprias histórias. O que pressupomos na sua fala é a iterabilidade da força histórica de contextos de dominação falocráticos que são ressignificados em seu discurso, pois segundo a visão masculina, os espaços públicos, as

funções de comando foram “naturalizadas” como pertencentes ao domínio masculino. Lembremos que o falocentrismo foi alinhado ao logocentrismo, ou seja, masculinidade e razão servindo de base uma pra outra. Dilma rompe com estereótipos que foram impostos às mulheres, tais como, o de fragilidade e de sensibilidade, que serviu de argumento para excluir as mulheres das esferas de poder. Encontramos, pois, os sentidos da “feminilidade” constituindo **um ethos de “ruptura”**.

Eu acredito que realizar esta 3ª Conferência de Políticas para as Mulheres – e por isso eu estou aqui, neste momento – permitirá que nós encerremos este ano com mais uma grande conquista. Os debates aqui realizados, as visões aqui externadas serão os mais importantes subsídios para o aprimoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. As formulações em torno do tema da autonomia das mulheres, do seu direito ao trabalho, à vida digna, a uma renda compatível com a sua profissão é algo que só engrandece o Estado democrático brasileiro.

Dilma performativiza sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade”, pois ela reconhece uma disparidade, por exemplo, salarial entre homens e mulheres. Os resgates históricos que estão sendo iteráveis em seu discurso consistem naqueles contextos históricos os quais as mulheres foram reduzidas a condição de objeto, no interior de relações desiguais de gêneros. Uma vida mais digna, o acesso ao mercado de trabalho e a uma renda melhor, consiste em três aspectos cujos efeitos provêm dessas relações desiguais que foram alicerçadas segundo princípios de uma visão masculina. A nosso ver, essa conferência desperta em Dilma Rousseff sentimentos de reivindicação frente ao Estado, de uma vez que ele é democrático. Com um tom de voz esperançoso, ela configura **um ethos de “contestação”**, do muito que ainda precisa ser aprimorado para a igualdade de gêneros.

Hoje foi um processo muito importante: que o governo reconhecesse o papel estratégico que a mulher ocupa na sociedade e, por isso, o Bolsa Família, o principal instrumento de distribuição de renda deste país, ele é recebido pelas

mulheres. É o reconhecimento do governo de que mulher não pega o seu dinheiro e deixa seu filho passar necessidade. Nós sabemos que 93% das famílias beneficiárias do Programa são, basicamente, recebidas por mulheres, no que se refere a essa transferência.

O gesto de Dilma é de reconhecimento da capacidade da mulher de ser organizada e gestora de sua própria vida e de sua família. Ocorre nessa passagem uma performativização de sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade” que são ressignificados por sentidos da “feminilidade”, pois os cuidados que a mulher deve ter para com a sua família deixam de ser “obrigação” e se tornam uma questão de “estratégia”. Em outros termos, os sentidos de uma imagem do feminino oriundos de contextos históricos que impuseram à mulher a responsabilidade pelo zelo doméstico e da família, e ao homem de ser o provedor dos recursos/ das finanças para manter essa mesma família, são ressignificados por meio da distribuição de renda que se dá pelo Programa “Bolsa Família”, que consiste num instrumento, como a presidenta mesma afirma, que permite à mulher também manobrar os recursos financeiros da família, o que antes era permitido somente ao homem. Compreendemos que se encontra estilizado um **ethos de “ruptura”**, talvez não tão significativo, sem tanta força para promover uma mudança histórica de fato para as mulheres, no que diz respeito a sua autonomia financeira.

A mesma coisa no Minha Casa, Minha Vida: antes, para a mulher ter direito de registrar um imóvel, o cônjuge devia assinar. A partir do Minha Casa, Minha Vida, a mulher assina sozinha, se comprar. Assinamos contratos do Pronaf Mulher. Milhares de mulheres, na zona rural, receberam seus documentos.

Igualmente à outra passagem anteriormente analisada, nesta ocorre uma ressignificação de sentidos do feminino, através das ações do governo, em que Dilma é a principal gestora. Os sentidos linguageiros da “feminilidade” perdem espaço para os da “feminilidade”, pois podemos observar sentidos de uma mulher que deixa de ser submissa e se torna independente. A nosso ver, Dilma estiliza sentidos discursivos de poder, ou seja,

performativiza mobilizações do poder. Esse poder é deslocado do homem para a mulher. Uma independência é estilizada tanto pelo seu tom de voz, bem como pelo movimento de seu corpo. Um **ethos de “ruptura”** é assim construído.

Mas, eu quero dizer para vocês que um dos meus maiores orgulhos é ter conseguido iniciar, já, a contratação de 1,5 mil creches neste ano, para que nós possamos, em 2014, ter contratado 6 mil creches. Já começamos a selecionar as 1,5 mil do ano que vem. Cada uma de nós, que teve de conciliar a vida profissional, a vida política, a vida cultural, a vida como militante de movimentos de mulheres e de movimentos sociais sabe bem a importância que as creches de qualidade têm para seus filhos e para suas filhas, e para que ela possa exercer sua atividade com serenidade, tranquilidade, sabendo que seus filhos estão cuidados e atendidos e protegidos.

Dilma performativiza um gesto de compreensão frente às demandas da mulher moderna. Os sentidos linguageiros são da “feminilidade”, que ainda são iteráveis nas práticas discursivas e sociais do cotidiano da mulher, inclusive nas práticas da presidenta. Ela não escapa aos sentidos históricos maternos da “feminilidade”, mas os ressignifica para um novo contexto, pois não ocorre uma imposição, mas o reconhecimento de que os cuidados dos filhos ainda consistem em cuidados “maternos”, portanto, ainda são responsabilizados quase que exclusivamente para as mulheres. Observamos a estilização de um corpo atuante na vida pública/ política/ no mercado de trabalho, bem como na vida doméstica. É configurado um **ethos de “agenciamento”**, pois ela articula o seu poder para que tantas outras mulheres possam conciliar a vida profissional e familiar, para que possam desempenhar e crescer em suas atividades, funções e obrigações públicas/ políticas/ profissionais.

Nós não descuidamos, um só momento, do enfrentamento firme à violência contra as mulheres. Nós persistimos defendendo a plena aplicação da Lei Maria da Penha. Acredito que, neste país, é fundamental que nós mudemos a cultura que justifica a violência doméstica contra a mulher, a violência de próximos, afetivamente, da mulher sobre ela.

Sabemos que o exercício da violência privada é um momento dramático porque mostra para crianças algo que as crianças deviam evitar também, que é o contato com uma forma de violência covarde, é o contato com uma forma de violência que não tem justificativa e, por isso, tem de ser criminalizada, sim.

Dilma performativiza um gesto de reivindicação, pois ela está ciente de que uma mudança muito maior precisa ocorrer, pois uma mudança no sistema jurídico é significativa, mas não é o suficiente para combater a violência doméstica contra as mulheres. Com um tom de voz que soa indignado, por meio do emprego do adjetivo “covarde”, bem como sensível, pois reconhece que as crianças também sofrem e são vítimas desse tipo de violência, podemos observar que sentidos históricos estão pressupostos nessa passagem, ou seja, sentidos linguístico-discursivos de contextos históricos de dominação masculina são repetidos, para serem contestados. A nosso ver, o movimento do corpo de Dilma estiliza sentidos da “feminilidade”, pois ela parece ser firme e combatente. Essas características configuram um **ethos de “contestação”**, pois ela reivindica por mudança cultural.

Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século XXI – que eu tenho certeza de que será o século do empoderamento cada vez maior das mulheres –, que as mulheres não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história.

Nesse trecho, com um tom de voz forte, a presidenta Dilma performativiza em seu discurso sentidos da “feminilidade”, pois o seu gesto estiliza uma personalidade que contesta, que não aceita mais nessa altura da história a subjugação/ submissão/ violência promovidas por uma ordem social segundo princípios de uma visão masculina, oriundas de contextos históricos falocráticos. Essas características configuram uma imagem do feminino de “contestação”, ou seja, um **ethos de “contestação”**.

Por isso, é importante a conquista da representação política das mulheres condizente com o papel central que ocupam na

sociedade brasileira. Os resultados que vocês vão obter aqui, contribuindo para que continuemos resgatando a dívida histórica do Brasil com as brasileiras, são, de fato, muito importantes e estratégicos. Nós estamos no caminho certo.

A presidenta Dilma estiliza um gesto de cobrança, de resgates históricos, que também são sociais. Por meio dessa “dívida” estão sendo iteráveis sentidos linguístico-discursivos históricos de exclusão e/ ou marginalização das mulheres, de participação na vida pública e política, conseqüentemente, a negação de direitos políticos para elas. Rousseff também estiliza a imagem de um corpo que contesta, ligado a um tom de voz cheio de esperança ao afirmar que “estão no caminho certo”. As características são configuradoras de um **ethos de “contestação”**.

Estamos dando aqui um novo e importante passo. Quero dizer para vocês que nós vamos em frente. E, para encerrar, quero reafirmar que as mulheres brasileiras têm, em sua presidenta, uma aliada incondicional na construção de um Brasil mais igual, em que as mulheres sejam cidadãs de primeira classe.

[...]

Nós vamos fazer, juntas, a maior revolução pacífica que uma sociedade pode empreender: a construção de uma sociedade de iguais.

Nessa última passagem desse discurso, Dilma performativiza um tom de voz firme e um gesto encorajador e sábio. Os sentidos linguístico-discursivos são os da “feminilidade”, pois a presidenta estiliza um corpo de uma mulher empoderada politicamente, que se encaminha para o reconhecimento de que um novo tempo é chegado para que tantas outras mulheres possam mudar suas condições sociais. Podemos observar um **ethos de “empoderamento”**, pois Rousseff deixa bem claro que continuará a mobilizar o seu poder em favor de mudanças mais significativas. Essas mudanças consistem numa maior representação política das mulheres nas instancias decisórias, que somente ocorrerá, como foi dito em outras passagens, pela igualdade de gêneros, por uma vida mais digna, por melhores salários e compatíveis com a profissão que exercem, sem discriminações, por mais autonomia,

pois somente por esses termos as mulheres serão “cidadãs de primeira classe”. A nosso ver, esse gesto “sábio” de Dilma consiste para contextos históricos de dominação masculina em um gesto “prudente”, que foi naturalizado e imposto como um princípio do feminino. Esse gesto histórico foi iterável no seguinte momento “Nós vamos fazer, juntas, a maior revolução pacífica que uma sociedade pode empreender”. Entretanto, segundo outros contextos históricos, esse tipo de revolução pacífica consiste em um ato de “sabedoria”.

Agora, iremos nos debruçar sobre o pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff, **Anexo E (página 128)**, durante **Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional, realizado no dia 01 de janeiro de 2011, no Congresso Nacional, em Brasília-DF**. Esse foi o discurso de sua posse.

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia.

Dilma inaugura o seu discurso performativizando os sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade”, mas no decorrer de seu pronunciamento também são performativizados sentidos da “feminilidade”, pelo gesto de carinho que é ao mesmo tempo poético, quando se refere à mulher brasileira “abro meu coração [...] para receber uma centelha da sua imensa energia”. Ela estiliza também o corpo de uma mulher destemida, pois é sabedora da imensa responsabilidade com os destinos da nação, inclusive, pelo fato dela ser mulher, pois por mais que tenha sido uma “decisão soberana”, como ela mesma afirma, essa conquista política, por mais que não tenha sido articulada explicitamente por movimentos femininos/ de mulheres, está sendo iterável a difícil história desses movimentos de luta e contestação por participação nas instâncias públicas de poder. Esses sentidos configuram **um**

ethos de “ruptura” e de “empoderamento” feminino, pois este discurso apresenta-se como significando um “novo tempo” para as mulheres.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Dilma Rousseff performativiza sentidos da “feminilidade”. O gesto dela é de agradecimento e de promessa. O que é iterável em seu discurso são contextos históricos em que a mulher não foi considerada como sujeito político. Podemos observar que para a presidenta, esse momento de sua posse inaugura um novo contexto político, que também é histórico, de grande relevância para a afirmação das mulheres nos espaços públicos decisórios do país. Ao afirmar que “venho para abrir a porta para que muitas outras mulheres também possam ser presidentas”, põe em destaque a mulher agente, que usará o seu poder em favor de uma maior afirmação política para as mulheres. Essas características são configuradoras de um **ethos de “empoderamento”**, bem como de um **ethos de “agenciamento”**.

Esta, às vezes, dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

“O correr da vida” – diz ele – “embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

É com essa coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os próximos anos da minha vida.

Nessa passagem Dilma performativiza sentidos linguístico-discursivos tanto da “feminilidade” quanto da “feminilidade”. Os entrelaçamentos desses sentidos estilizam um gesto firme, mas ao mesmo tempo sensível e protetor, pois podemos observá-los pelos predicados de “coragem” e “carinho”. A nosso ver, esse carinho dirigido à família e ao povo brasileiro performativiza estereótipos do feminino, que estão sendo iteráveis, ou seja, repetidos em seu pronunciamento, mas ressignificados, pois estamos diante de uma mulher “poderosa”, e não diante de uma mulher reduzida à esfera doméstica. Sabemos que os estereótipos precisam de repetição e é através da iterabilidade que eles são estilizados nessa passagem. Em seu discurso podemos observar a estilização de um corpo de uma mulher madura/ experiente e um tom de voz de seriedade, pela afirmação de que sua caminhada não foi nada fácil, foi difícil, foi “dura”. Assim, essas características são configuradoras de um **ethos de “grande mãe”**, pois esse carinho materno extrapola a esfera doméstica, uma vez que a imagem do feminino estilizada parece ser de uma mulher soberana. Também identificamos um **ethos de “empoderamento”**, pois essa mesma mulher também se mostra detentora de um poder para dirigir os destinos de seu “povo”.

Por fim, iremos analisar agora o último discurso que consiste no **Anexo F (página 136) - discurso de Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizado no dia 21 de setembro de 201, na cidade de Nova York, nos Estados Unidos.**

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo.

Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.

Nessa passagem de seu discurso, Dilma performativiza sentidos linguístico-discursivos da “feminilidade”, pois inaugura um novo contexto histórico para os gêneros, que consiste na ampliação e na afirmação política das mulheres no cenário político internacional, em espaços de articulação de poder. Entretanto, ela também estiliza sentidos da “feminilidade”, pois o seu gesto é de emoção. Mas, a “feminilidade” é dominante, pois podemos observar uma constituição discursiva de uma personalidade “poderosa”, com credibilidade política. Em contextos históricos cuja ordem social era de dominação masculina, negaram o direito de participação política para as mulheres, cuja justificação se deu por meio de naturalizações de sentidos. Com isso, compreendeu-se que a mulher não tinha capacidade para o exercício da política, pois esse exercício ocorria numa arena de luta e de batalha impróprios para a “fragilidade” feminina. Num cenário ainda predominantemente masculino como essa assembleia da ONU, Dilma se mostra uma mulher racional, mas também emotiva. “Racionalidade” e “emoção” sustentam relações desiguais de gêneros. A nosso ver, esses aspectos consistem em naturalizações de sentidos e, respectivamente, segundo uma visão falocrática, consistem num princípio masculino e num princípio feminino. Portanto, esses aspectos configuram um **ethos de “ruptura”** e um **ethos de “empoderamento”**.

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

Nesse trecho, Dilma ressignifica os sentidos linguístico-discursivos do feminino, bem como do masculino. Mas uma vez, “feminilidade” e “feminilidade” são performativizadas, entretanto, ressignificadas por uma imagem de mulher firme e corajosa. Observamos que o tom de voz é altivo. Um olhar que encara sem titubear, sem desvios, mas de modo direito e objetivo. Segundo princípios de uma visão masculina, oriunda de contextos falocráticos, o “olhar” pertence ao domínio da masculinidade, pois está compreendido na parte superior do corpo. Nos termos dessa visão, o masculino é o que se impõe, e o feminino

consiste nos sentidos de tudo aquilo que é inferior, sejam atividades, modos, gestos, etc. Como compreendemos que a “coragem” é ressignificada por sua imagem, ou seja, a “coragem” e a “sinceridade” não consistem em sentidos linguístico-discursivos naturais, mas naturalizados, portanto, não são de domínio exclusivo da “natureza” do homem, observamos a configuração de um **ethos de “ruptura”**.

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm, nas mães, a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher.

Nessa passagem, são performativizados por Dilma os sentidos da “feminilidade”, ou seja, são iteráveis em seu discurso àqueles contextos históricos patriarcais/ burgueses que idealizaram a mulher aos cuidados do lar, da família e do esposo. Entretanto, esses sentidos históricos falocráticos são ressignificados, pois a mulher também é apresentada como gestora dos recursos financeiros da família, antes, de incumbência do homem. A partir dessa ressignificação começam a ser estilizados sentidos discursivos da mulher moderna, politizada, sentidos de uma mulher agente, pois esse discurso reivindica para as mulheres mais valorização e mais afirmação, mais autonomia e respeito. O seu tom de voz é reivindicatório, que se articula junto a um corpo de expressões sérias, que não se mostra frágil, mas firme. Com isso, essas características são configuradoras de um **ethos de “identificação”** e de um **ethos de “contestação”**.

Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui também representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

Dilma performativiza sentidos linguístico-discursivos do feminino de uma mulher combatente e aguerrida, pois encarou, igualmente a outras mulheres, os desafios da vida política e da vida profissional, com muita “luta”. O gesto dela é de solidariedade. Entretanto, sentidos da “feminilidade” também se misturam aos da “feminilidade”, pois por esse gesto solidário, que também é protetor, ela estiliza os sentidos de uma grande mãe, que se levanta para proteger aquelas mulheres sem afirmação política, sem autonomia, marginalizadas, discriminadas e violentadas por práticas sociais violentas, sejam elas simbólicas ou físicas. A nosso ver, Rousseff performativiza a imagem de uma grande líder, pois seu tom de voz parece querer alcançar um horizonte muito mais amplo, que não se limita ao de sua nação. São performativizações de um **ethos de “empoderamento”**.

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações, que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.

Nessa passagem, Dilma nos remete para o contexto histórico da ditadura militar, ou seja, esse contexto está sendo iterável, repetido e repetível em seu discurso. Esse contexto é falocrático, pois impõe de modo ditatorial uma ordem militarista que é predominantemente masculinista. Com isso, Rousseff performativiza sentidos históricos masculinistas e estiliza a imagem de uma mulher nada feminina. Esses sentidos constituem uma imagem de um corpo marcado pela dor, contudo, forte, pois conseguiu sobreviver às torturas. A compreensão dos sentidos dessas características de sua personalidade, que se mobiliza junto a um tom de voz firme que se movimenta junto a um corpo, configuram um **ethos de “identificação”**. Nesse momento de seu discurso, a presidenta não escapa ao falocrático, mas reconhece que consistiu em um momento de dominação perversa, ou seja, consegue identificar o exercício de um poder unilateral.

4.2.1. Resultados: apresentação e identificação dos tipos de identidade presentes no discurso de Dilma

De posse dessa compressão dos sentidos linguístico-discursivos na constituição do feminino no discurso da presidenta Dilma Rousseff, prosseguimos relacionando os *ethé* identificados nos discursos investigados, com os estilos identitários apontados por Castells. Dessa forma, identificamos, através da compreensão dos sentidos linguístico-discursivos da identidade feminina, os três diferentes tipos de identidade propostas por Castells (2010) como seguem:

- a) *A identidade de legitimação*: esse estilo de identidade é constituído pelo tom, pelas características físicas e psíquicas que configuram o que chamamos de ethos de “maternidade” e ethos da “grande mãe”, cujos sentidos de “feminilidade” reproduzem a dominação das mulheres, e reinscrevem seu papel tradicional, estabelecido historicamente pelas ideologias patriarcais.
- b) *A identidade de resistência* que foi identificada através dos momentos discursivos em que foram projetados os *ethé* de “identificação”, de “ruptura” e de “contestação”, construindo assim “trincheiras de resistência e sobrevivência”. Os sentidos predominantes na constituição dessa identidade são os sentidos de feminilidade, cujas bases são princípios diferentes ou opostos daqueles que alicerçam as instituições da sociedade;
- c) *A identidade de projeto* foi identificada nas recorrências discursivas que configuraram um ethos de “empoderamento” e um ethos de “agenciamento”, os quais ressignificam os sentidos de “feminilidade” e “feminilidade”, questionando o seu binarismo para construir uma nova identidade, que possa promover uma redefinição da posição das mulheres na sociedade, e assim, uma transformação de toda a estrutura social.

Por fim, mostramos a constituição desses estilos de identidade no discurso da Presidente da República do Brasil, através das recorrências discursivas, que podem ser visualizadas no quadro abaixo:

IDENTIDADE DE LEGITIMAÇÃO	Estilização de gênero Performativizações de sentidos linguístico-discursivos do feminino
	<p><i>Eu queria também dar uma boa tarde especial às mulheres baianas aqui presentes. Com isso, <u>eu não estou preterindo os nossos companheiros homens, mas é porque hoje é o primeiro dia do mês da mulher, o mês em que se comemora o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E aí, também, porque apesar de nós sermos 52% da população e, portanto, as mulheres serem maioria, os outros 48% são nossos filhos e, aí, fica tudo em casa. Então, ao cumprimentar as mulheres eu estendo também o cumprimento a todos os nossos companheiros aqui presentes. (feminilidade)</u></i></p> <p>Ethos de “maternidade”</p>

IDENTIDADE DE LEGITIMAÇÃO	Estilização de gênero Performativizações de sentidos linguístico-discursivos do feminino
	<p><i>Eu ajudei nesses oito anos, mas <u>agora a bola está conosco, com os homens e as mulheres – e sobretudo com as mulheres. Porque a mulher sabe de duas coisas também: sabe ter coragem (feminilidade) – porque não é uma mulher sem coragem aquela que acorda todo dia de manhã, arruma os filhos, assegura que eles tenham comida, providencia educação, solta os meninos para a escola, encara o trabalho do dia a dia, encara a sua profissão. Mas também, além da coragem, eu acho que a mulher tem uma outra coisa: ela tem carinho. Ela cuida, ela protege, ela dá amor, e ela apoia e incentiva. (feminilidade)</u></i></p> <p><i>E eu queria dizer para vocês que esta Conferência, ela representa mais um passo na nossa luta. <u>Nós somos mais da metade da população brasileira e temos uma imensa força. Temos uma imensa força porque também somos aquela parte da população que é capaz de gerar vida e que é responsável pela criação dos homens e das mulheres deste país.(feminilidade)</u></i></p> <p><i>É o reconhecimento do governo de <u>que mulher não pega o seu dinheiro e deixa seu filho passar necessidade.(feminilidade)</u></i></p> <p><i>Temos uma imensa força porque também <u>somos aquela parte da população que é capaz de gerar vida e que é responsável pela criação dos homens e das mulheres deste país.(feminilidade)</u></i></p>

<p>IDENTIDADE DE LEGITIMAÇÃO</p>	<p><i>Lançamos o Rede Cegonha, com a certeza de que é fundamental para o país <u>cuidar das suas mulheres gestantes, das mulheres, na hora do parto, e das mulheres e das crianças após o parto.</u> (feminilidade)</i></p> <p><i>[...] a importância que as creches de qualidade têm para seus filhos e para suas filhas, e para que ela possa exercer sua atividade com serenidade, tranquilidade, sabendo que <u>seus filhos estão cuidados e atendidos e protegidos.</u>(feminilidade)</i></p> <p>Ethos de “maternidade”</p> <p><i>É com essa coragem que vou governar o Brasil. Mas mulher não é só coragem. É carinho também. Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa. <u>É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os próximos anos da minha vida.</u></i></p> <p>Ethos de uma “grande mãe”</p>
---	---

<p>IDENTIDADE DE RESISTÊNCIA</p>	<p style="text-align: center;">Estilização de gênero</p> <p style="text-align: center;">Performativizações de sentidos linguístico-discursivos do feminino</p>
	<p><u>Ao longo dos últimos anos nós viemos superando obstáculo por obstáculo. Quero dizer a vocês que nós assistimos, em 2011, momentos históricos – históricos e simbólicos – na luta das mulheres pela igualdade e também pelo seu espaço e a sua afirmação. (feminilidade)</u></p> <p><u>[...] e aqui eu venho, hoje, porque eu quero marcar o início desse 8 de março como o mês que comemora as mulheres guerreiras e fortes da agricultura, as trabalhadoras.</u></p> <p><u>E, aí, eu deixo para vocês a minha fala: carinho e coragem. Esses dois são, eu acho, a marca da mulher brasileira e da mulher baiana.</u></p> <p>Ethos de “identificação”</p> <p><u>Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século XXI – que eu tenho certeza de que será o século do empoderamento cada vez maior das mulheres –, que as mulheres não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história. (feminilidade)</u></p> <p><u>Apesar de alguns avanços notáveis, a desigualdade permanece. Em pleno século XXI, são as mulheres as que mais sofrem com a pobreza extrema, o analfabetismo, as falhas dos sistemas de Saúde, os conflitos e a violência sexual. Em geral, as mulheres ainda recebem salários menores pela mesma atividade profissional e têm presença reduzida nas principais instâncias decisórias. (feminilidade)</u></p> <p><u>Vou saudar a minha querida amiga, a Fatinha. O Jaques disse que a Fatinha é brava, mas a Fatinha não é brava, a Fatinha é firme, é outra coisa, é firme. (feminilidade)</u></p> <p><u>A crise econômica e as respostas equivocadas a ela podem agravar esse cenário, intensificando a feminização da pobreza. Por isso, combater as consequências e também as causas da crise é essencial para o empoderamento das mulheres.</u></p> <p><u>As mulheres são especialmente interessadas na construção de um mundo mais pacífico e seguro. Quem gera a vida não aceita a violência como meio de solução de conflitos. Por isso devemos nos engajar na reforma da governança global para que a comunidade internacional tenha mecanismos mais representativos e eficazes de ação como a paz sustentável. A existência de conflitos armados vitima, especialmente, as mulheres e – cada vez mais – as crianças. (feminilidade)</u></p> <p>Ethos de “contestação”</p>

<p>IDENTIDADE DE RESISTÊNCIA</p>	<p style="text-align: center;">Estilização de gênero</p> <p style="text-align: center;">Performativizações de sentidos linguístico-discursivos do feminino</p>
	<p><u>Depois de amanhã serei a primeira mulher, na história das Nações Unidas, a abrir os debates da Assembleia Geral. Gostaria de compartilhar essa honra com todas as mulheres aqui presentes, em especial com a subsecretária Michelle Bachelet, a primeira mulher da América do Sul a ser eleita Presidenta do seu país.(feminilidade)</u></p> <p><u>[...] antes, para a mulher ter direito de registrar um imóvel, o cônjuge devia assinar. A partir do Minha Casa, Minha Vida, a mulher assina sozinha, se comprar..(feminilidade e feminilidade)</u></p> <p><u>Eu queria aproveitar e saudar uma mulher que lutou com todas as suas forças contra a violência e que representa, de forma simbólica, apesar de uma certa tristeza que nós temos pelo que aconteceu a ela. Ela é uma lutadora e é o nome da lei que criminaliza a violência contra a mulher. Eu queria saudar a nossa companheira Maria da Penha, que está aqui na primeira fila de cadeiras, na sua cadeira de rodas. Companheira, o meu abraço.</u></p> <p><u>Outro momento que eu considero importante foi o momento em que o povo brasileiro me premiou, mas que, sem sombra de dúvida, foram as mulheres deste país, que progressivamente conquistaram os seus espaços, as grandes responsáveis por isso, porque eu me elegi Presidenta deste país e abri a Assembleia Geral da ONU pela primeira vez, representando todas as mulheres do mundo mas, em especial, as mulheres deste país e deste continente.</u></p> <p><u>A mesma coisa no Minha Casa, Minha Vida: antes, para a mulher ter direito de registrar um imóvel, o cônjuge devia assinar. A partir do Minha Casa, Minha Vida, a mulher assina sozinha, se comprar. Assinamos contratos do Pronaf Mulher. Milhares de mulheres, na zona rural, receberam seus documentos.</u></p> <p>Ethos de “ruptura”</p>

<p>IDENTIDADE DE PROJETO</p>	<p>Estilização de gênero</p> <p>Performativizações de sentidos linguístico-discursivos do feminino</p>
	<p><i><u>Vou dirigir um cumprimento especial para a nossa Senadora, a Senadora, primeira senadora eleita pela Bahia, com muito orgulho para todas nós, mulheres brasileiras.</u></i></p> <p><i><u>Hoje eu estou dando preferência para as mulheres. Então, a Petrobras eu vou saudar saudando primeiro a Maria das Graças Foster, que é a primeira diretora mulher da Petrobras.(feminilidade)</u></i></p> <p><i><u>Eu cheguei aqui porque uma quantidade muito grande de mulheres saiu de suas casas e foi trabalhar; uma quantidade grande de agricultoras botou a mão na massa e foi plantar; uma quantidade grande de mulheres virou enfermeiras, professoras, professora, que tem de ser valorizada, empregadas domésticas, médicas, mulheres enfermeiras, mulheres agentes de saúde. Enfim, mulheres em todas as áreas. E este mês é o nosso mês, é o mês das mulheres. (feminilidade)</u></i></p> <p><i><u>Queria dizer para vocês que, para mim, é muito importante que este seja um governo com a presença de mulheres, sobretudo de mulheres na direção principal do governo. (feminilidade)</u></i></p> <p><i><u>Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo. (feminilidade)</u></i></p> <p><i><u>Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.</u></i></p> <p><i><u>Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão. (feminilidade)</u></i></p> <p>Ethos de “empoderamento”.</p> <p><i><u>Eu quero dizer para vocês que esta é uma das conferências mais importantes para mim,... uma representação das mulheres deste nosso país que estão aí lutando, não só pelos direitos de cada uma das mulheres brasileiras, mas também mostrando a sua capacidade de organização, de participação, e, sobretudo, representando o empoderamento da mulher.(feminilidade)</u></i></p> <p><i><u>Por isso é importante aumentar o valor e a quantidade do crédito para as mulheres poderem ter seu Pronaf. Porque, com o Pronaf Mulher, ela pode ter acesso a um financiamento para o seu artesanato, por exemplo. Ela pode costurar, ela pode fazer doce, enfim, ela pode contribuir para a melhoria de renda da sua própria família. (feminilidade)</u></i></p> <p>Ethos de “agenciamento”</p>

IDENTIDADE DE PROJETO	<p style="text-align: center;">Estilização de gênero</p> <p style="text-align: center;">Performativizações de sentidos linguístico-discursivos do feminino</p>
	<p><u>Tenho me esforçado para ampliar a contribuição feminina nos espaços decisórios – dez Ministérios do meu governo são comandados por mulheres. Em especial, quero enfatizar que o núcleo central do meu governo é constituído por mulheres ministras. (feminilidade)</u></p>
	<p><u>Eu tenho o compromisso inabalável – e reafirmo aqui – de aprofundar as políticas de igualdade de gênero em nosso país. [...] a Secretaria de Políticas para as Mulheres – vai, simplesmente, ser fechado ou unido a outro. Não há a menor veracidade. [...] Nós vamos avançar com essa Secretaria, essa Secretaria que defende os direitos da mulher, que defende a igualdade de gênero, porque ela é fundamental como instrumento do governo, do meu governo – primeira Presidenta deste país –, como é fundamental o movimento que cada uma de vocês faz no estado de vocês, no município e na cidade de vocês. (feminilidade)</u></p> <p>Ethos de “agenciamento”</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos, nesta dissertação, a estudar a constituição das identidades femininas no discurso da presidenta Dilma Rousseff, com o intuito de compreender os sentidos linguageiros constituídos e constituintes de sua “imagem de si”.

A nossa discussão sobre a questão da identidade foi amparada por teorias pós-modernas, a partir das quais o mundo e nossas vidas são vistos em constante transformação. Essas teorias enfatizam o papel da globalização, cujos processos têm deslocado estruturas seguras e estáveis da sociedade. Nesse processo de mudanças, os sujeitos têm se deparado com constantes transformações sociais, com consequências para as suas vidas e para suas identidades. Em meio a essa realidade, os sentidos sociais e históricos das identidades, produzidos pela linguagem, não são fixos, não são estáveis, mas inconstantes, renovados, ressignificados. Por não serem unívocas, mas múltiplas, pois muitos são os seus atravessamentos, sejam eles de classe, de etnia, de sexualidade, dentre outros, as identidades estão em constante processo de desestabilização. Sabemos que nas construções identitárias dos sujeitos estão implicadas três dimensões: social, simbólica e psíquica. Por meio de um processo de identificação com o que se encontra fora dele, o sujeito se posiciona e empreende suas escolhas, a partir do lugar onde está posicionado, ou seja, da sua comunidade social e das práticas culturais em que está inserido.

No que diz respeito à construção identitária feminina no discurso de Dilma Rousseff, enfatizamos o caráter dialógico e ambivalente dos estereótipos. Dilma, mesmo ocupando uma posição de poder e de destaque tem sido alvo constante de processos de estereotipagem, tanto na produção de sua “imagem de si”, quanto nas imagens prévias constituídas por seu auditório. A nosso ver, os estereótipos não consistem em essências, que fixam determinados sentidos linguístico-discursivos para os sujeitos. São nossas performances sociais, ou seja, atos repetidos de nosso corpo, socialmente situados, que produzem esses sentidos. Entretanto, essa produção linguageira da identidade não ocorre de modo soberano, pois o sujeito não escapa à força da historicidade. Daí a iterabilidade que torna o ato de linguagem um ato— também corporal — repetido, repetível, ou seja, que torna os sentidos repetidos, repetíveis, para além dos contextos em que foram produzidos ou emitidos. A iterabilidade é possível, pois os contextos não se fecham sobre si mesmos, mas são abertos a

ressignificações. O estereótipo carece de fixação e de repetição. Com isso, a iterabilidade promove essa repetição de estereótipos no discurso, ou seja, promove a sua reprodução, que poderá ser ressignificada pela linguagem.

A partir de seu caráter produtivo como “modo de dizer”, o ethos discursivo foi a categoria que nos permitiu investigar a construção de uma “imagem de si” no discurso, ou seja, os sentidos das identidades femininas de Dilma Rousseff foram compreendidos por meio de três características configuradoras de um ethos: características físicas, psicológicas e tom de voz, que foram relacionadas às categorias da “feminilidade” e da “feminilidade”. Assim, identificamos as características do feminino a partir da relação entre essas três categorias de análise.

Dessa forma, observamos que Dilma Rousseff reivindica identificações tanto da “feminilidade” quanto da “feminilidade”, pois, uma vez que a linguagem desliza e os contextos são abertos a ressignificação, sentidos linguístico-discursivos históricos são iteráveis em seu discurso. No discurso da presidenta, pudemos, então, observar identificações de sentidos de uma mulher “mãe”, bem como de uma mulher militante de movimentos sociais, tais como o movimento feminista. Para além de uma mulher “gerentona”, compreendemos que Rousseff também constitui sentidos linguístico-discursivos sociais, que também são históricos, de uma mulher “mãe”, “materna” e “sensível”, pois ela não escapa da força histórica tradicional colonialista, iterável em seu discurso.

As características configuradoras de um ethos nos permitiram compreender os sentidos linguístico-discursivos do feminino, ou seja, por meio das características físicas, da subjetividade e de seu tom de voz, Dilma Rousseff configura mais de um ethos, que foram divididos em dois grupos, segundo os sentidos compreendidos pelas categorias “feminilidade” e “feminilidade”. Um que podemos denominar de “permanências” e outro que chamaremos de “mudanças”. Tais grupos podem ser organizados a partir da compreensão que tivemos de que os sentidos constituídos nos discursos analisados são oriundos de um contexto histórico em que a mulher foi “idealizada” e responsabilizada pela esfera familiar, bem como de contextos outros em que a mulher promoveu lutas por mudanças de sua condição social e pela igualdade entre homens e mulheres. Portanto, no discurso de Dilma são configurados vários *Ethé* do feminino.

Segundo a perspectiva que elegemos os sentidos linguístico-discursivos da identidade feminina de Dilma Rousseff não consistem em “essências”, mas em atos repetidos de seu corpo, que também significa, ou seja, corpo e discurso são indissociáveis nos processos de negociação identitária.

Observarmos que Dilma reproduz sentidos linguístico-discursivos oriundos de contextos históricos em que a mulher foi resignada ao exercício da “maternidade”, ou seja, aos cuidados para com os filhos, com o esposo e com a casa. Entretanto, os sentidos da submissão da mulher ao homem também são ressignificados por Rousseff, que apresenta, em seu discurso, alternativas de mudanças sociais para a mulher. Como exemplo, cito sua afirmação de que a “mulher” não precisa mais do “homem” para assinar a compra de uma casa própria. Ela assina sozinha. Como também, quando Dilma rebate o adjetivo “brava”, predicado pelo “marido”, então governador da Bahia, para sua esposa, ressignificando-o ao dizer que essa mulher não é “brava”, é “firme” e que ser “firme” é outra coisa.

Ao relacionarmos as categorias “feminilidade”, “feminilidade” com o “ethos”, conseguimos identificar os tipos de identidade feminina constituídas por seu discurso e por seu corpo. A nosso ver, a construção da identidade consiste em um processo reflexivo e as identidades por serem múltiplas e cambiantes, também podem ser híbridas, pois em seu discurso, Dilma constrói não somente uma identidade de resistência, mas também identidades de projeto e de legitimação, que constantemente são desestabilizadas, pois deslizam entre si, nos mais diferentes contextos de uso da linguagem. Compreendemos, portanto, que a identidade feminina de Dilma Rousseff é híbrida. Assim, concluímos que a identidade dessa mulher é de *resistência*, pois questiona e protesta as desigualdades entre os gêneros, mobilizando os atores sociais para quem discursa; é também de *projeto*, pois articula o seu poder para atender as reivindicações em nome da igualdade de gênero, em forma de ações, que consistem em projetos sociais e políticos que favorecem as mulheres; bem como de *legitimação*, pois além de reproduzir sentidos discursivos produzidos em contextos sociais e históricos nos quais a figura masculina ao estabelecer a ordem social da época também estabelecia relações desiguais entre os gêneros, Dilma também ressignifica tais sentidos. Nessa ressignificação que busca a igualdade entre os gêneros, compreendemos que Dilma se encaminha para uma identidade de projeto— um novo projeto para o feminino, não mais pensado nos termos de uma lógica masculina.

A construção identitária consiste em performances sociais, que se dão pela linguagem e pelo movimento do corpo, que também significa. Portanto, rompemos com a ideia de que o corpo consiste num depósito para ser preenchido por significados que foram produzidos anteriormente ao discurso, ou seja, rompemos com perspectivas que reivindicam um “status ontológico” para o sujeito, conseqüentemente, para sua identidade. O conjunto de atos repetidos de um corpo configura o que Judith Butler denominou “estilização de gêneros”. A estilização consiste num processo que conforma um corpo a um “estilo de ser”, ou seja, que convencionam um estilo.

A compreensão de que a construção da identidade de gênero ocorre por uma força simbólica que se impõe a homens e mulheres, constituindo, assim, uma hierarquia entre os gêneros é contrária à perspectiva performativa de gênero, pois a perspectiva da dominação masculina advoga pela existência de uma violência, que dentre tantos predicados, também é simbólica, que impõe uma lógica masculina, ou seja, princípios masculinos, produzidos por estruturas e reproduzidos por instâncias, mecanismos e agentes, sobre a mulher. Portanto, compreender que a produção de sentidos linguístico-discursivos da identidade de gênero ocorre somente a partir de estruturas, resulta que os sujeitos não passam de meros depositários desses sentidos. Observamos que Butler não refuta a existência de estruturas. Entretanto, argumenta que a performativização de gênero ocorre no interior de estruturas rígidas, que podem ser subvertidas. Essa subversão é promovida por matrizes rivais que não se conformam aos moldes da matriz cultural inteligível de gênero, ou seja, a matriz heteronormativa e o poder heterossexista podem ser subvertidos por gêneros ininteligíveis.

Os discursos elegidos para esta investigação nos permitiram analisar a construção identitária do feminino, ou seja, dos sentidos da “feminilidade” e da “feminilidade”. Entretanto, uma vez que, o discurso de Rousseff é um discurso “oficial”, compreendemos que muitos sentidos discursivos do “feminino”, principalmente aqueles que estão compreendidos na categoria “feminilidade”, possam ter sido impossibilitados de emergirem, dada as circunstâncias de sua posição social e dos objetivos das comunidades de práticas sociais específicas para quem discursou. Outro ponto observado foi que independentemente de discursos que tratassem exclusivamente de questões de gêneros, de questões femininas, em outros discursos pronunciados em ocasiões diversas, pudemos também observar a construção de sentidos linguístico-discursivos de uma mulher firme, independente, politizada e agente, bem como de uma mulher sensível, solidária e humana. Em outros termos, compreendemos

que em seus pronunciamentos, sejam eles quais fossem, Dilma constitui os sentidos linguístico-discursivos tanto da “feminilidade” quanto da “feminilidade”. Isso nos permite entender que esses sentidos são cambiantes, pois sabemos que a própria linguagem desliza. Conseqüentemente, deslizamentos ocorrem tanto do sujeito quanto de sua identidade. Entretanto, realizamos a escolha do nosso *corpus* pelo critério de que deveriam ser analisados discursos que tratassem de questões sobre a mulher, ou seja, questões de gêneros.

Portanto, buscamos romper com os “essencialismos” que fixam e estabilizam os sujeitos, ou melhor, sentidos discursivos, que também são sociais, que contribuem, em muitos casos, a propósitos discriminatórios e excludentes, principalmente, para estabelecer relações desiguais entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Claudiana Nogueira (Trad.). Aspectos sociais da pragmática. In: RAJAGOPALAN, Kanavillil (org.). **A nova pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 1.ed., 1ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2008.

AUSTIN, J.L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

BHABHA, Homi K. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso colonial. In: _____. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima, Gláucia Renata Gonçalves. - 5ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

BONFIM, Marco Antonio L. **A linguagem faz corpos?** Uma reflexão sobre a produção de identidade de gênero. In: ALENCAR, Claudiana. **Violência linguística nas práticas culturais**. Fortaleza: Ed.UECE (no prelo).

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. – 8ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2010.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. -3ª.ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. New York: Routledge, 1993.

CAMERON, Deborah. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (orgs). **Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda., 2010.

CELMER, Elisa Girotti. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (org). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto alegre: EDIPUCRS, p. 72 a 88, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. – 1.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

DEL PRIORI, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi Pinsky (Coord. de textos). 10. ed. , 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

DERRIDA, Jacques. Assinatura. Acontecimento. Contexto. In: _____. **As margens da filosofia**. Tradução Joaquim Torres Costa, Antônio M. Magalhães; Revisão técnica Constança Marcondes Cesar. - Campinas, SP: Papirus, 1991.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORI, Mary. **Historia das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003..

ECKERT, Penelope; MCCONNELL- GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (orgs). **Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

FERREIRA, Dina Maria Martins. **Discurso feminino e identidade social**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

_____. Identidade feminina no espaço político: percurso simbólico na ecologia da linguagem. In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina M.M. **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

GODINHO, Tatau. Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras. In: OLIVEIRA, Suely; RECAMAN, Marisol; VENTURI, Gustavo (orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro; DP&A, 2006.

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (orgs). **Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LIVIA, Anna; HALL, Kira. “É uma menina!”: a volta da performatividade linguística. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (orgs). **Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LYSARDO-DIAS, Dylia. As contribuições de Patrick Charaudeau para o desenvolvimento da AD no Brasil. In: PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grenissa (orgs). **Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico- analíticas**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. Tradutor Adail Sobral.- São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A propósito do Ethos**. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs). Ethos discursivo. São Paulo: Contexto, 2008.

MORIN, Edgar. A crise feminina. In: MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: necrose**. Tradução: Agenor Soares Santos. - 3.ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. A promoção dos valores femininos. In: MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: neurose**. Tradução: Maura Ribeiro Sardinha. - 9.ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

OLIVEIRA, Manfredo A. A reviravolta pragmática. In: _____. **Reviravolta linguístico-pragmática na Filosofia contemporânea**. 3ª ed.- São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (orgs). **Linguagem. Gênero. Sexualidade:** clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

OSTERNE, Maria do S.F. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina.** Fortaleza: EdUECE, 2007.

PEREIRA, Dulce V. **A construção do ethos discursivo na campanha eleitoral/2008 à Prefeitura de Fortaleza.** Monografia (Curso de Letras). Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, Fortaleza- CE, 2008.

PERELMAN, Chaim; TYTECA, Lucie Olbrechts. **Tratado da Argumentação:** a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; [revisão da tradução: Eduardo Brandão].-2ª.ed.São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERROT, Michelle. Identidade, Igualdade, Diferença: o olhar da História. In: _____. **As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru- SP: EDUSC, 2005.

PICCARDI, Tatiana (Trad.). Filosofia da linguagem ordinária: breve histórico e influências atuais. In: RAJAGOPALAN, Kanavillil (org.). **A nova pragmática: fases e feições de um fazer.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PINTO, Joana Plaza. **Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades.** **DELTA,** São Paulo, v. 23, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502007000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jul. 2012.

_____. **Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo.** **Revista Gênero.** Niterói, v. 3, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-100841pinto.pdf>>. Acesso em: 30 Jul 2012.

_____. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana (orgs.). **Introdução à linguística:** domínios e fronteiras. Vol.2. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem.** Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 2002.

PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. **Manual de retórica.** Tradução: Eduardo Brandão. -São Paulo: Martins Fontes, 1992.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C (orgs). **Introdução à linguística:** fundamentos epistemológicos. Vol.3.- São Paulo: Cortez, 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma pragmática voltada à prática linguística. ZANDWAIS, Ana (org.). In: **Relações entre pragmática e enunciação.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2002.

_____. **Nova Pragmática:** fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica:** como facilitar o processo de reparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

RORTY, Richard. **Consequências do Pragmatismo**. Trad. João Duarte. Instituto Piaget. Lisboa, 1982. University of Minnesota, 1982.

ROUSSEFF, Dilma. Discursos. **Planalto**, Brasília-DF, 2012. Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos> > Último acesso em: 11 fev. 2012.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. _____ (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SCHPUN, Raisia Mônica. De canhão a cartola: meandros de um itinerário emblemático (Carlota Pereira de Queiroz, 1892- 1982). In: SCHPUN, Raisia Mônica (org). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ANEXOS

ANEXO A- Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania - Salvador/BA, 01/03/2011 às 16h30.

Irecê-BA, 01 de março de 2011

1. Primeiro, eu queria desejar boa tarde a todos. Boa tarde! Todos nós estamos aqui até agora, sem almoçar, mas estamos aqui firmes.
2. Eu queria também dar uma boa tarde especial às mulheres baianas aqui presentes. Com isso, eu não estou preterindo os nossos companheiros homens, mas é porque hoje é o primeiro dia do mês da mulher, o mês em que se comemora o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E aí, também, porque apesar de nós sermos 52% da população e, portanto, as mulheres serem maioria, os outros 48% são nossos filhos e, aí, fica tudo em casa. Então, ao cumprimentar as mulheres eu estendo também o cumprimento a todos os nossos companheiros aqui presentes.
3. E vou saudar o Jaques Wagner, governador da Bahia, meu querido companheiro. E, ao saudá-lo, estou saudando todos, mas todos mesmo, os baianos. E, ao mesmo tempo, estou agradecendo à Bahia porque eu tenho muito orgulho de ter sido, como candidata à presidenta, a candidata mais votada aqui na Bahia. E tenho muito orgulho também de ter aqui feito a maior vantagem, e isso eu devo a vocês, homens e mulheres da Bahia.
4. Vou saudar a minha querida amiga, a Fatinha. O Jaques disse que a Fatinha é brava, mas a Fatinha não é brava, a Fatinha é firme, é outra coisa, é firme.
5. Vou cumprimentar aqui cada um dos ministros de Estado,
6. Vou dirigir um cumprimento especial para a nossa Senadora, a Senadora, primeira senadora eleita pela Bahia, com muito orgulho para todas nós, mulheres brasileiras.
7. Queria cumprimentar também os deputados federais aqui presentes,
8. Dirigir um cumprimento, do fundo do coração, para o nosso prefeito de Irecê, o Zé das Virgens, José Carlos Dourado das Virgens,
9. Queria também cumprimentar todos os secretários e secretárias aqui, ao saudar a minha querida companheira secretária estadual da Casa Civil, Eva Chiavon.
10. Hoje eu estou dando preferência para as mulheres. Então, a Petrobras eu vou saudar saudando primeiro a Maria das Graças Foster, que é a primeira diretora mulher da Petrobras.
11. E aí, para os dois não ficarem tristes, eu cumprimento o presidente da Petrobras, o nosso baiano Zé Sérgio Gabrielli, e o Miguel Rossetto, que é presidente da Petrobras Biocombustível.
12. E eu vou cumprimentar agora, de forma muito carinhosa, as nossas companheiras que aqui representam o movimento de mulheres e as organizações de mulheres.
13. Vou cumprimentar a Verônica Santana, coordenadora do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Verônica, um abraço.
14. A Elisângela, da Federação das Mulheres da Agricultura Familiar,
15. A Carmen, aquela mulher forte que esteve aqui e falou com muita firmeza, convicção, mas também com grande amor no coração. A Carmen, da Secretaria Nacional de Mulheres [Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais] da Contag, a Confederação [Nacional] dos Trabalhadores na Agricultura,
16. A Célia, da Secretaria da Mulher Extrativista,

17. Anunciação, do Movimento [Interestadual] das Quebradeiras de Coco Babaçu,
18. A Adriana, do Movimento de Mulheres Camponesas,
19. Adenilva, do Movimento dos Pequenos Agricultores,
20. Queria cumprimentar, então, os meus queridos prefeitos. Porque, junto com o Governador, é com os prefeitos que nós fazemos a parceria, e é com os prefeitos que nós, desde o governo do presidente Lula, e no meu governo vamos continuar da mesma forma, fazemos as parcerias. Sem essa relação, nós não íamos conseguir executar todos os nossos projetos. Então, senhores prefeitos, eu cumprimento a minha parte da lista.
21. Cumprimento os prefeitos: de Gavião, a prefeita Benvinda; o dr. Francisco, prefeito de Ibititá; o Davi... Ibititá. Agora, para saber que é Ibititá, tem que ter um acento no “tá”, Ibititá; o prefeito David, de Ipupiara; a prefeita Valdice, de Jacobina; o prefeito Ronaldo, de Jussara; o prefeito Marcos, de Lençóis; o prefeito Antônio, de Mairi; o prefeito Rui Dourado, de João Dourado; a prefeita Moema, a nossa querida prefeita Moema, que veio lá de Lauro de Freitas prestigiar aqui essa cerimônia; a prefeita Luzina, de Mundo Novo; o prefeito Marcos, de Palmeiras; o prefeito Roberto Carlos, de Presidente Dutra; prefeito José Bonifácio, de Rui Barbosa; prefeito Antônio Roquildes, de São José do Jacuípe; prefeito Reginaldo, de Itagi; prefeito João Hipólito, de Abaíra; prefeito Orlando, de Barro Alto; prefeito Litercílio, de Brota de Macaúba; prefeito Adão, de Itaguaçu da Bahia; prefeita Mariângela, de Lajedo do Tabocal; prefeito Procópio, de Jussiape; prefeito Ney Amorim, de Ibipecta. Se algum prefeito... Prefeito Edmar... Prefeito Edmário, de Iraquara. Prefeito Caca, de Miguel Calmon. São dois que faltavam, então.
22. Bom, eu, primeiro... Quitéria, de Cardeal da Silva. Logo uma mulher, não é? Logo uma mulher, Quitéria. E Josefina, de Coaraci. Formoso? Iraci, de Campo Formoso. Vocês vejam que deu mais de 50 prefeitos, se eu não me engano, deu 51 prefeitos e prefeitas.
23. Bom, eu estou aqui, hoje, com uma missão muito... Eu acredito que uma missão que a mim muito me orgulha. Primeiro, Irecê e a Bahia são o primeiro estado e o primeiro município que eu visito com esse contato tão forte, tão amigo, tão caloroso e tão carinhoso da população. Eu queria dizer para vocês que eu estou muito comovida.
24. Eu venho aqui a Irecê (falha no áudio) para lançar um programa que nós consideramos o programa que demonstra, desde a época do governo do presidente Lula, demonstra o nosso compromisso com aquela parcela da população brasileira que foi sempre abandonada, sempre tratada como sendo uma parte da população que não interessava ao Brasil.
25. Nós temos a convicção de que este país só será grande se todos os brasileiros e brasileiras forem grandes com ele. Por isso, cada brasileiro, cada brasileira, cada família brasileira, ela tem de ser o centro da nossa política, a coisa mais importante para um governo. Se não for assim, o Brasil perde a sua maior riqueza, que não é – apesar de ser importante que a gente tenha – o petróleo, que não é a quantidade de minério que nós temos, mas é, sobretudo, a nossa população. É o que nos torna um dos países maiores, mais fortes e com um futuro garantido pela frente de prosperidade e justiça. Mas isso depende de nós. Somos nós que temos de construir essa justiça, essa prosperidade. Nós quem? Nós, governo, nós, movimentos sociais, e nós, povo de todos os rincões do Brasil.
26. E aqui, eu venho a Irecê e aproveito para lançar o reajuste do programa Bolsa Família. Desde 2009 que o programa Bolsa Família não tinha reajuste. Por quê? Porque no ano de 2010 era ano eleitoral, e a gente não fez política com o Bolsa Família em época de

- eleição. Por isso eu estou hoje aqui para cumprir esse papel fundamental, que é de priorizar aqueles mais pobres do nosso país. Vocês ouviram sempre, desde a minha posse, desde a campanha eleitoral, eu assumi um compromisso, e esse compromisso está clarinho no lema do meu governo: “País Rico é País sem Miséria [Pobreza]”. País rico é país sem miséria. Daí porque esse compromisso de acabar com a miséria absoluta, com a pobreza extrema é algo que eu assumo com muita convicção, com muita fé, mas, sobretudo, com muita emoção.
27. O Bolsa Família, ele é um programa que tem por objetivo atender e dar apoio àqueles que são a parte da população mais pobre do país. E aí, nós temos tido a parceria com os prefeitos, que fazem os cadastros. E eu peço aos prefeitos para sempre procurar melhorar cada vez mais o cadastro, para que a gente possa dar mais a quem mais precisa. E aí, o Bolsa Família, hoje, ele vai ter um reajuste muito significativo.
 28. Nós vamos dar um reajuste para o Bolsa Família beneficiando a quem tem mais filhos. Por que nós estamos beneficiando quem tem mais filhos? Porque as famílias com mais filhos são aquelas também que têm maior dificuldade de enfrentar a vida e que têm o nível de pobreza maior. Além disso, no Brasil, as crianças e os jovens são a parte da população também que sofre mais com a pobreza extrema. Porque os mais velhos têm aposentadoria garantida, têm o benefício da prestação continuada. Por isso, nós vamos dar um reajuste para a parcela que é relativa a filhos de 45%. Essa parte do Bolsa Família é uma parte muito importante, porque ela é dada conforme a existência de filhos nas famílias do Bolsa Família.
 29. E é bom que se diga: os dados que a gente pesquisa – porque a gente pesquisa para olhar o Bolsa Família, como é que ele está evoluindo. Então, uma coisa a gente sabe: que as crianças e os jovens beneficiados pelo Bolsa Família, eles avançam mais na escola, eles se alimentam melhor, e eles demoram mais a ser tirados da escola e a ser colocados para trabalhar. Porque a condição para receber Bolsa Família é botar a criança na escola e é garantir que a criança tenha acesso à vacinação.
 30. Por isso, hoje eu estou aqui para dar início ao meu Programa de Erradicação da Miséria. Ele vai ter, esse programa, ele ainda está sendo elaborado, mas ele tem a sua primeira parte, o seu primeiro passo dado por esse reajuste forte no Bolsa Família recebida por crianças que ganham até... aliás, por famílias que têm filhos, que têm crianças pequenas, sobretudo.
 31. Eu queria dizer, também, que as outras parcelas do Bolsa Família vão sofrer um reajuste, mas será um ajuste menor. No total, nós vamos despender em torno de 2 bilhões e 100 milhões com este reajuste. E isso é a primeira parte – vou repetir – do Programa de Erradicação da Miséria, de diminuição da pobreza no Brasil.
 32. Eu queria destacar para vocês uma outra coisa. Quando a gente diz que o Bolsa Família é só uma parte do caminho, não é o caminho todo, é muito importante. Por quê? Nós queremos fazer duas coisas ao mesmo tempo: garantir que as famílias que precisam tenham um dinheiro para garantir comida para as crianças, para garantir que as crianças tenham acesso a material escolar ou, até, que a mãe possa comprar remédio. Mas, ao mesmo tempo, a gente quer que as famílias do Bolsa Família tenham uma outra perspectiva na vida: que o pai e a mãe possam encontrar um emprego decente, melhorar a sua renda e colocar comida na mesa dos filhos, colocar os filhos para estudar de forma cada vez melhor. Por isso, o Bolsa Família é uma parte do nosso projeto. A outra parte é necessariamente, é necessariamente as oportunidades de participar produtivamente da vida da sociedade.
 33. E, aí, eu quero me referir, aqui, à agricultura familiar, aos agricultores familiares, às agricultoras familiares. E lembrar que tanto no Bolsa Família quanto na agricultura

familiar nós temos olhado com muito cuidado, com muito carinho para as mulheres. Porque as mulheres, elas são fundamentais quando se trata da família. Todo mundo aqui sabe que uma mãe, para deixar um filho sem dar de comer, ela... é quase impossível, ela prefere abrir mão da sua alimentação para o seu filho comer. Por isso as mulheres são aquelas titulares que nós preferimos para receber o cartão do Bolsa Família.

34. Por isso é importante aumentar o valor e a quantidade do crédito para as mulheres poderem ter seu Pronaf. Porque, com o Pronaf Mulher, ela pode ter acesso a um financiamento para o seu artesanato, por exemplo. Ela pode costurar, ela pode fazer doce, enfim, ela pode contribuir para a melhoria de renda da sua própria família.
35. Com o PAA, também a mulher e o homem podem ter também acesso a uma maior renda. Com isso, quando nós fortalecemos a agricultura familiar, a gente quer dar um caminho para a população que recebe Bolsa Família ter uma alternativa.
36. Mas não é só na agricultura familiar, Jaques. É também na criação de empregos na cidade, aqui na cidade. Você veja como é engraçada a roda que gira o Bolsa Família: a família recebe o Bolsa Família e vai comprar o seu produto ou em um supermercadinho, ou em uma vendinha, ou até em uma feira que ela tenha acesso; com isso, ela vai possibilitar que aquele ou vendedor da lojinha, ou do supermercadinho, ou da feira tenha uma renda melhor. Com isso, ela vai permitir que ele gaste também essa renda, e assim a roda vai girando. Mas o que eu quero dizer é que nós vamos ter de continuar gerando os empregos que nós viemos gerando até aqui também na zona urbana. Porque na zona urbana também os moradores aqui de um município como Irecê conseguem alternativas de trabalho, e isso é fundamental para fazer o Brasil crescer.
37. Eu quero dizer que eu acredito em uma agricultura familiar que tenha trator, assistência técnica e crédito. E aí, quero dizer que o objetivo do meu governo, anunciado na campanha eleitoral, é assegurar que mais 2 milhões de agricultores tenham acesso a crédito do Pronaf.
38. Quero lembrar para todos aqui presentes que nós, no ano passado, pelo presidente Lula, colocamos R\$ 16 bilhões de crédito, mas não foram tomados os 16 bilhões, foi tomado um valor menor do que isso, foram tomados 10 bilhões. Então, não é por falta de dinheiro, é por uma coisa que o Jaques disse aqui, que é importante: quem tem projeto, tem dinheiro. No Brasil de hoje, quem tiver projeto, tem dinheiro. E isso é muito importante para cada um de nós, porque assim o Brasil cresce, também, ajudado pelo Bolsa Família e pela agricultura familiar.
39. Eu estou vendo ali um cartaz escrito: “Mais faculdades públicas”. Eu vou, junto com o prefeito, comentar uma coisa: nós abrimos aqui o Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica. Esse Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica, ele começa as aulas no dia 14 de março. As aulas que estão previstas são para formar profissionalmente as pessoas. Eu reivindico, para esse Instituto, além da oferta do que ele está formando, que é nas áreas de mecânica, de biocombustíveis, uma cadeira especial – e aí eu vou determinar ao Ministro da Educação que faça isso – especial, para a agricultura familiar. Por quê? Quem tem de dar assistência técnica para o agricultor familiar, pode muito bem ser o filho do agricultor familiar, formado numa universidade ou num Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica. A gente tem de aprender que agricultura a gente faz não é só apostando que Deus ajuda. Ele ajuda, mas ele quer sempre que a gente faça por onde, pela nossa parte, e a nossa parte é botar os meninos para estudar e fazer com que nós tenhamos uma agricultura

- familiar capaz de gerar riqueza no bolso do trabalhador rural, da trabalhadora rural, daquele que é o organizador da produção agrícola na sua unidade.
40. Eu queria dizer para vocês uma coisa: Sexta-feira eu almocei com o presidente Lula, lá em São Paulo. E eu disse para ele: “Presidente Lula, terça eu vou estar lá na Bahia, em Irecê, porque eu vou reajustar o Programa [Nacional de Fortalecimento] da Agricultura Familiar, e quero fazer isso lá na Bahia, lá em Irecê porque a Bahia é o estado que mais recebe Bolsa Família”. Para justamente falar: vai ter Bolsa Família reajustada, mas também vai ter um caminho novo para vocês. O Presidente, então, me pediu duas coisas. Uma: que dissesse para vocês que ele manda um abraço e manda todo o carinho dele. E a segunda coisa é que ele vai estar conosco nos próximos quatro anos e nós, juntos, o governo e vocês aqui, cada um de vocês aqui, somos responsáveis por fazer e continuar a transformação que nos últimos oito anos o presidente Lula encaminhou.
 41. Eu ajudei nesses oito anos, mas agora a bola está conosco, com os homens e as mulheres – e sobretudo com as mulheres. Porque a mulher sabe de duas coisas também: sabe ter coragem – porque não é uma mulher sem coragem aquela que acorda todo dia de manhã, arruma os filhos, assegura que eles tenham comida, providencia educação, solta os meninos para a escola, encara o trabalho do dia a dia, encara a sua profissão. Mas também, além da coragem, eu acho que a mulher tem uma outra coisa: ela tem carinho. Ela cuida, ela protege, ela dá amor, e ela apoia e incentiva.
 42. O Brasil precisa saber que chegou também mais, mais... eu acho mais cedo do que muitos imaginavam, a hora e a vez das mulheres darem a sua parte nessa história. Não só porque eu cheguei à Presidência da República e eu sou uma mulher; porque eu concordo, eu não cheguei aqui só por conta da minha história ou de todas as lutas que eu travei ao longo da vida.
 43. Eu cheguei aqui porque uma quantidade muito grande de mulheres saiu de suas casas e foi trabalhar; uma quantidade grande de agricultoras botou a mão na massa e foi plantar; uma quantidade grande de mulheres virou enfermeiras, professoras, professora, que tem de ser valorizada, empregadas domésticas, médicas, mulheres enfermeiras, mulheres agentes de saúde. Enfim, mulheres em todas as áreas. E este mês é o nosso mês, é o mês das mulheres. Mas a generosidade das mulheres faz também que este seja o mês em que nós olhamos para todos os brasileiros, sem exceção, sem discriminação, e olhamos para eles e para as crianças, com muito cuidado para as crianças, porque é a parte mais frágil da nossa população.
 44. Por isso, eu volto ao Bolsa Família e digo: é um caminho para melhorar a distribuição de renda no nosso país, assegurando que as nossas crianças tenham um futuro que seus pais não tiveram. Porque, o que nós queremos para as nossas crianças, nesse momento das suas vidas, quando elas têm até seis anos de idade? Nós queremos uma alimentação saudável, um processo de garantia da sua saúde. E queremos, depois, que elas tenham acesso à educação de qualidade.
 45. E é isso que hoje nós estamos dizendo aqui: o Bolsa Família é uma garantia, para aquelas famílias que não podem esperar, que precisam do seu alimento e precisam de ter apoio para educar seus filhos. Mas também a agricultura familiar, e aqui eu venho, hoje, porque eu quero marcar o início desse 8 de março como o mês que comemora as mulheres guerreiras e fortes da agricultura, as trabalhadoras.
 46. E, aí, eu deixo para vocês a minha fala: carinho e coragem. Esses dois são, eu acho, a marca da mulher brasileira e da mulher baiana.
 47. Viva as mulheres do nosso país!

ANEXO B- Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) - Brasília/DF, 07/04/2011 às 16h25.

Palácio do Planalto, 7 de abril de 2011

1. Eu queria cumprimentar aqui as mulheres atingidas por barragem, em primeiro lugar,
2. Depois, eu queria cumprimentar as crianças que estão aqui porque as crianças também fazem parte desta manifestação, a cada uma e a cada um dos menininhos e das meninas aqui presentes,
3. Queria também cumprimentar a Tereza Campello, nossa ministra do Desenvolvimento Social, e é importante que seja uma mulher ministra do Desenvolvimento Social na medida em que o nosso compromisso maior nesse processo do terceiro governo, que eu tenho a honra de representar, é a superação da pobreza em nosso país,
4. Então, eu cumprimento também o nosso companheiro Afonso Florence, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é outro braço que nós temos também para fazer o combate e a superação da pobreza extrema em nosso país.
5. Cumprimento agora o coordenador do governo no que se refere a todos os movimento sociais, meu querido Gilberto Carvalho. O ministro Gilberto, como vocês sabem, ele é responsável por essa prática que nós temos que é a relação com os movimentos sociais, com as reivindicações diferenciadas da sociedade. E o fato dessa prática de diálogo que o Gilberto vai inaugurar com vocês, dando continuidade ao que nós fizemos no período anterior do governo do ex-presidente Lula, essa pauta, ela é muito importante porque faz parte de uma questão que é muito cara ao governo, que é essa permanente conversa, esse permanente diálogo. Nós achamos que o governo é governo e movimento social é movimento social, mas somos contra aqueles que consideram que um governo pode ficar surdo em relação às reivindicações.
6. Dentro da nossa política de fazer com que o nosso país cresça, mas não cresça só para alguns poucos, que cresça para todos, o Movimento dos Atingidos por Barragens, para nós, é um interlocutor. Agora, além do Movimento ser, é importante que sejam mulheres organizadas. Por que é importante que sejam mulheres organizadas? Porque, de uma forma ou de outra, dentro do Movimento as mulheres são aquelas pessoas que estão mais perto dos grandes problemas do nosso país.
7. E aí eu queria explicar por que eu cumprimentei as crianças. Porque o nosso país só vai ter futuro se as nossas crianças tiverem futuro. Então, as nossas crianças, dentro do quadro de reivindicações de vocês, eu tenho certeza de que um dos elementos essenciais são reivindicações relativas às crianças, tanto no que se refere a toda uma política de creches, como a toda a política de Educação que deve ser levada às zonas rurais.
8. Queria cumprimentar também a Márcia Camargo, representando aqui o Ministério de Minas e Energia. Nós somos um país que tem na energia hidrelétrica uma das suas riquezas. Agora, é também certo que não pode existir uma contradição entre o uso da energia hidrelétrica e o interesse das populações, tanto do ponto de vista social das condições de trabalho, mas, sobretudo, também das condições ambientais. Por isso, eu cumprimento também a Márcia Camargo, porque ela sempre esteve na liderança do processo de discussão com os movimentos sociais, a respeito dessas questões.

9. Queria cumprimentar os senhores parlamentares e as senhoras parlamentares aqui presentes, que sempre participaram desta luta.
10. E dizer para vocês que hoje é um dia muito triste para nós. É um dia triste para todos os brasileiros e brasileiras. Este é um país que sempre teve uma relação de grande carinho cultural pelas crianças. São inadmissíveis violências em geral, mas a violência contra a criança é algo que coloca todos nós brasileiros e brasileiras em uma situação de grande repúdio e em uma situação de grande sentimento. São essas duas sensações, o repúdio e a tristeza, que fizeram com que nós abrissemos essa conversa com vocês pedindo um minuto de silêncio pela morte das crianças na escola, lá no Rio de Janeiro, na escola de Realengo.
11. E eu tenho certeza que, apesar dessa tristeza, nós, hoje, aqui, podemos também ter um momento de alegria, porque acho que um país que tem uma democracia como a nossa... só pode ter uma democracia completa quando tiver uma relação correta com os movimentos sociais, escutando os movimentos, compreendendo as suas reivindicações e tomando providências. Eu quero dizer para vocês que todo ministério do meu governo vai estar atento às reivindicações de vocês. Não vou fazer a demagogia fácil de dizer que atenderemos tudo, mas vou fazer a promessa e o compromisso de que escutarei todas, e farei todo o possível para aproximar o atendimento dos 100%. Isso não significa a promessa fácil de que nós vamos resolver tudo, mas significa a certeza, para vocês, de que nós iremos nos empenhar para encarar as grandes demandas que emergem desse movimento, e, mais do que nunca, vamos estar aqui abertos a ter uma prática sistemática de diálogo, de conversa e atendimento de reivindicações.
12. Eu queria dizer que, de fato, água é vida; energia também é o princípio da vida. Mas que, de fato, aqui, quem gera a vida são as nossas mulheres. Por isso, eu cumprimento a cada uma, e digo que vocês terão aqui um governo aberto ao interesse de vocês.
13. Muito obrigada.

ANEXO C- Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Colóquio de Alto Nível sobre Participação Política de Mulheres - Nova York/EUA , 19/09/2011 às 18h20.

Nova York-EUA, 19 de setembro de 2011

1. Excelentíssima senhora Kamla Persad-Bissessar, primeira-ministra de Trinidad e Tobago,
2. Senhora Michelle Bachelet, diretora-geral da entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento da Mulher,
3. Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,
4. Senhora Hillary Clinton, secretária de Estado dos Estados Unidos,
5. Senhoras e senhores,
6. Congratulo-me com os países e as organizações multilaterais que promovem esta Reunião de Alto Nível sobre Participação Política das Mulheres. Com orgulho, o Brasil participa dessa iniciativa.
7. Depois de amanhã serei a primeira mulher, na história das Nações Unidas, a abrir os debates da Assembleia Geral. Gostaria de compartilhar essa honra com todas as mulheres aqui presentes, em especial com a subsecretária Michelle Bachelet, a primeira mulher da América do Sul a ser eleita Presidenta do seu país.
8. A criação da ONU Mulheres significou, na visão do Brasil, um passo à frente para a ação coordenada em prol daquelas que representam não uma minoria e, sim, mais da metade da humanidade. Demonstra que, longe de ser um tema acessório, a questão de gênero é hoje prioridade da agenda internacional.
9. Apesar de alguns avanços notáveis, a desigualdade permanece. Em pleno século XXI, são as mulheres as que mais sofrem com a pobreza extrema, o analfabetismo, as falhas dos sistemas de Saúde, os conflitos e a violência sexual. Em geral, as mulheres ainda recebem salários menores pela mesma atividade profissional e têm presença reduzida nas principais instâncias decisórias.
10. A crise econômica e as respostas equivocadas a ela podem agravar esse cenário, intensificando a feminização da pobreza. Por isso, combater as consequências e também as causas da crise é essencial para o empoderamento das mulheres.
11. Minha contribuição para esta reunião será a de compartilhar um pouco da experiência e visão do Brasil sobre o papel das mulheres na construção tanto de sua própria autonomia quanto do desenvolvimento da paz e da segurança, processos que, para nós, são interdependentes.
12. Senhoras e senhores,
13. O Brasil está comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como com os principais instrumentos internacionais sobre gênero. Apoiamos, com igual satisfação, a convenção e a recomendação da Organização Internacional do Trabalho sobre os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos. Em meu país, ainda resta muito a ser feito para ampliar a participação política das mulheres.
14. Fui eleita a primeira mulher Presidenta do Brasil 121 anos depois da Proclamação da República e 78 anos depois da conquista do voto feminino. Somos 52% dos eleitores, mas apenas 10% do Congresso Nacional. Tenho me esforçado para

ampliar a contribuição feminina nos espaços decisórios – dez Ministérios do meu governo são comandados por mulheres. Em especial, quero enfatizar que o núcleo central do meu governo é constituído por mulheres ministras.

15. Senhoras e senhores,
16. O Brasil criou, em nível ministerial, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, cujo objetivo é incorporar a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas. Tais ações são desenvolvidas com intensa participação das brasileiras, por meio da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que, neste ano, terá sua terceira edição.
17. Meu país, nos últimos anos, vem desenvolvendo-se de forma sustentável, aliando o crescimento econômico, distribuição de renda, geração de empregos e responsabilidade ambiental.
18. Comecei meu governo lançando um novo desafio: erradicar a pobreza extrema. São as próprias mulheres, que tanto sofrem com a pobreza, as principais aliadas das políticas voltadas para a sua superação. Elas têm prioridade em programas sociais, como o de transferência de renda e o de crédito para habitação, o que se reverte na melhoria da qualidade de vida delas mesmas e de suas famílias. São elas que, na família, se encarregam de gerir os benefícios originários das nossas políticas sociais.
19. As mulheres são também aliadas do desenvolvimento sustentável e de uma necessária mudança de padrões de consumo. Conto com vocês para promover expressiva participação feminina na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20, que o Brasil terá o privilégio de sediar em 2012.
20. Minhas queridas companheiras,
21. Outro elemento fundamental de nosso compromisso com as mulheres, inclusive no que se refere a seus direitos sexuais e reprodutivos, é o aperfeiçoamento de serviço de Saúde. Tendo em vista a persistência dos altos índices de mortalidade materna, elegi como prioridade garantir às mães o atendimento seguro e humanizado, desde a confirmação da gravidez até os dois primeiros anos de vida do bebê. Além disso, diminuímos a ocorrência da gravidez na adolescência, aumentamos a distribuição de anticoncepcionais e intensificamos as ações para prevenir, diagnosticar e tratar o câncer de colo de útero e de mama, bem como para combater o avanço da Aids entre as mulheres.
22. Minhas queridas senhoras e minhas queridas companheiras,
23. As mulheres são especialmente interessadas na construção de um mundo mais pacífico e seguro. Quem gera a vida não aceita a violência como meio de solução de conflitos. Por isso devemos nos engajar na reforma da governança global para que a comunidade internacional tenha mecanismos mais representativos e eficazes de ação como a paz sustentável. A existência de conflitos armados vitima, especialmente, as mulheres e – cada vez mais – as crianças.
24. Senhoras e senhores,
25. Além disso, as mulheres estão sujeitas à violência em tempos de paz, muitas vezes sofridas em suas próprias casas. Para combater esse mal, o Brasil criou delegacias especializadas e uma central de atendimento à mulher, bem como estabeleceu legislação especial de prevenção e punição das agressões feitas às mulheres, denominada Lei Maria da Penha, reconhecida hoje em todo o mundo. Tenho certeza de que uma mudança cultural também seja necessária para por fim ao

lamentável, mas persistente hábito, de atribuir às mulheres a responsabilidade pela violência que sofrem.

26. Minhas queridas senhoras,

27. A recusa da desigualdade é plenamente compatível com a valorização da diferença. Promover os direitos humanos é combater a discriminação baseada em gênero, raça, condição física, orientação sexual, pensamentos diferentes e religião. Essas lutas são todas indissociáveis. Sei que nos momentos difíceis cada uma de nós busca força e inspiração nas mulheres que ao longo da história resistiram a todas as formas de opressão. Naquelas que apareceram diante do mundo e também em todas as mulheres anônimas e suas lutas anônimas. A elas agradeço a possibilidade de ocupar esta tribuna e de dizer a todas as meninas e mulheres do mundo que com coragem, tenacidade e altivez, é possível conquistar os nossos sonhos.

28. Muito obrigada.

ANEXO D- Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - Brasília/DF, 12/12/2011 às 22h55.

Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília-DF, 12 de dezembro de 2011

1. Eu queria iniciar cumprimentando cada uma das companheiras mulheres aqui presentes, que vieram de lugares distantes do país, e queria dizer que, em nome do meu governo, eu quero também pedir desculpas para as companheiras que estão nas condições que elas estão denunciando. Eu lamento imensamente, queridas companheiras, que isso tenha acontecido, e o governo vai assumir todas as medidas necessárias para dar alimentação a vocês. Vou pedir, encarecidamente, ao companheiro Gilberto Carvalho, que junto com a ministra Iriny, assumam essa questão.
2. Mas eu queria aqui falar para vocês... Primeiro, cumprimentar aqui os ministros presentes e, sobretudo, as ministras: a ministra Gleisi Hoffmann, a ministra Tereza Campello, a ministra Miriam Belchior, a ministra Luiza Bairros. Queria dizer para vocês que, para mim, é muito importante que este seja um governo com a presença de mulheres, sobretudo de mulheres na direção principal do governo.
3. Queria cumprimentar também os companheiros ministros José Eduardo Cardozo, Alexandre Padilha, Afonso Florence, Gilberto Carvalho e Luís Inácio Adams,
4. Cumprimentar as ex-ministras-chefes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Nilcéia Freire e a Emília Fernandes,
5. Cumprimentar também as senhoras e os senhores senadores: a Ana Rita; o companheiro Wellington, representante do Piauí; a Vanessa Grazziotin, representante do Amazonas; e a senadora Ivonete Dantas,
6. Queria cumprimentar as deputadas Janete Pietá e Rose De Freitas e, por meio delas, eu cumprimento todos os deputados e as deputadas aqui presentes,
7. Queria cumprimentar também a Rosana Ramos, coordenadora-geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres,
8. Queria cumprimentar as senhoras e os senhores representantes de governos e entidades estrangeiras,
9. Queria também cumprimentar as nossas gestoras municipais e estaduais, representantes da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presentes neste palco,
10. As senhoras representantes de entidades e movimentos de defesa dos direitos da mulher,
11. As senhoras secretárias municipais e estaduais dos governos, dos entes da Federação que lutam, em cada um dos seus estados, pelo direito das mulheres,
12. Queria também cumprimentar as jornalistas e os jornalistas aqui presentes, os profissionais de imprensa,
13. Por fim, eu queria dirigir um cumprimento especial à cantora Ellen Oléria, que executou o Hino Nacional e ao grupo Batala, de mulheres do Distrito Federal,
14. E queria agradecer, a cada uma das delegações, as cestas com os presentes que vieram de cada um dos estados aqui representados. Muito obrigada, de coração.
15. Eu quero dizer para vocês que esta é uma das conferências mais importantes para mim, porque esta conferência, ela traz aqui, neste momento, em Brasília, uma

representação das mulheres deste nosso país que estão aí lutando, não só pelos direitos de cada uma das mulheres brasileiras, mas também mostrando a sua capacidade de organização, de participação, e, sobretudo, representando o empoderamento da mulher.

16. Para mim, primeira mulher Presidente da República, é muito importante estar aqui na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. No meu discurso de posse, eu disse que pretendia – e pretendo – honrar, em cada ato e em cada decisão, cada uma e todas as mulheres brasileiras. E quero dizer a vocês que essa é uma orientação que parte do fundo da minha experiência de vida, e também é um compromisso com cada uma das mulheres deste país, que são mulheres mães, mulheres militantes, mulheres capazes de atuar na cultura, mulheres que dão contribuição na área da saúde, mulheres empregadas domésticas, que ajudam muitas famílias a criarem seus filhos e, muitas vezes, não são reconhecidas. Enfim, as mulheres que vivem e sobrevivem em condições, muitas vezes, difíceis.
17. E eu queria dizer para vocês que esta Conferência, ela representa mais um passo na nossa luta. Nós somos mais da metade da população brasileira e temos uma imensa força. Temos uma imensa força porque também somos aquela parte da população que é capaz de gerar vida e que é responsável pela criação dos homens e das mulheres deste país.
18. Eu tenho o compromisso inabalável – e reafirmo aqui – de aprofundar as políticas de igualdade de gênero em nosso país. Esta, vocês sabem, é uma caminhada de muitos obstáculos e desafios, mas nós estamos avançando e vamos continuar avançando porque não seguimos sozinhas.
19. E aí, eu quero dizer a vocês que, muitas vezes, vocês veem nos jornais ser anunciado que o Ministério – que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres – vai, simplesmente, ser fechado ou unido a outro. Não há a menor veracidade. Não há a menor verdade nessas notícias, e não há a menor verdade porque, como eu disse, nós vamos continuar avançando e não vamos avançar sozinhas. Nós vamos avançar com essa Secretaria, essa Secretaria que defende os direitos da mulher, que defende a igualdade de gênero, porque ela é fundamental como instrumento do governo, do meu governo – primeira Presidenta deste país –, como é fundamental o movimento que cada uma de vocês faz no estado de vocês, no município e na cidade de vocês.
20. Nós, só juntas, conseguiremos avançar e superar os obstáculos. As 2.781 delegadas presentes nesta Conferência chegam aqui com força acumulada porque foram 200 mil vozes femininas que foram se mobilizando nas conferências municipais e estaduais, e ampliando a participação em todo o país. E aqui vocês encontram, sim, o meu governo sentado ali – uma representação expressiva do meu governo –, que se encontra com vocês para dizer: “Sim, nós vamos continuar nesta trajetória de luta a favor da igualdade de gênero”.
21. Eu queria aproveitar e saudar uma mulher que lutou com todas as suas forças contra a violência e que representa, de forma simbólica, apesar de uma certa tristeza que nós temos pelo que aconteceu a ela. Ela é uma lutadora e é o nome da lei que criminaliza a violência contra a mulher. Eu queria saudar a nossa companheira Maria da Penha, que está aqui na primeira fila de cadeiras, na sua cadeira de rodas. Companheira, o meu abraço.
22. Ao longo dos últimos anos nós viemos superando obstáculo por obstáculo. Quero dizer a vocês que nós assistimos, em 2011, momentos históricos – históricos e simbólicos – na luta das mulheres pela igualdade e também pelo seu espaço e a sua afirmação. Internacionalmente, eu queria citar a criação da ONU Mulher como um

- deles. Essa criação da ONU Mulher é muito importante, e na ONU Mulher, a nossa companheira, ex-presidente Michelle Bachelet, está fazendo um trabalho de afirmação, e acredito que ela estará aqui com vocês nos próximos dias. E a ONU Mulher, ela representa, do ponto de vista internacional, o reconhecimento da prioridade da questão de gênero em todo o mundo.
23. Outro momento que eu considero importante foi o momento em que o povo brasileiro me premiou, mas que, sem sombra de dúvida, foram as mulheres deste país, que progressivamente conquistaram os seus espaços, as grandes responsáveis por isso, porque eu me elegi Presidenta deste país e abri a Assembleia Geral da ONU pela primeira vez, representando todas as mulheres do mundo mas, em especial, as mulheres deste país e deste continente.
 24. A importância disso é pelo fato de que milhões de jovens, milhões de meninas em todo o mundo, ao assistirem aquele momento, passam a ter certeza de que nós, mulheres, também podemos dirigir nações, podemos dirigir uma das nações mais importantes do mundo, que é o Brasil, e podemos, por isso também, mudar a história do mundo.
 25. Eu acredito que realizar esta 3ª Conferência de Políticas para as Mulheres – e por isso eu estou aqui, neste momento – permitirá que nós encerremos este ano com mais uma grande conquista. Os debates aqui realizados, as visões aqui externadas serão os mais importantes subsídios para o aprimoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. As formulações em torno do tema da autonomia das mulheres, do seu direito ao trabalho, à vida digna, a uma renda compatível com a sua profissão é algo que só engrandece o Estado democrático brasileiro.
 26. Nós temos consciência de que, desde o governo do nosso presidente Lula, o Brasil vem fazendo um grande esforço para ampliar a autonomia das mulheres; o Brasil e, em especial, as mulheres brasileiras.
 27. Hoje foi um processo muito importante: que o governo reconhecesse o papel estratégico que a mulher ocupa na sociedade e, por isso, o Bolsa Família, o principal instrumento de distribuição de renda deste país, ele é recebido pelas mulheres. É o reconhecimento do governo de que mulher não pega o seu dinheiro e deixa seu filho passar necessidade. Nós sabemos que 93% das famílias beneficiárias do Programa são, basicamente, recebidas por mulheres, no que se refere a essa transferência.
 28. A mesma coisa no Minha Casa, Minha Vida: antes, para a mulher ter direito de registrar um imóvel, o cônjuge devia assinar. A partir do Minha Casa, Minha Vida, a mulher assina sozinha, se comprar. Assinamos contratos do Pronaf Mulher. Milhares de mulheres, na zona rural, receberam seus documentos.
 29. Lançamos o Rede Cegonha, com a certeza de que é fundamental para o país cuidar das suas mulheres gestantes, das mulheres, na hora do parto, e das mulheres e das crianças após o parto. Lançamos também um programa, que eu acredito ser muito importante, um programa de atenção ao câncer de colo de mama e do colo de útero. Tudo isso na certeza de que a questão da saúde da mulher é uma questão essencial.
 30. Mas, eu quero dizer para vocês que um dos meus maiores orgulhos é ter conseguido iniciar, já, a contratação de 1,5 mil creches neste ano, para que nós possamos, em 2014, ter contratado 6 mil creches. Já começamos a selecionar as 1,5 mil do ano que vem. Cada uma de nós, que teve de conciliar a vida profissional, a vida política, a vida cultural, a vida como militante de movimentos de mulheres e de movimentos sociais sabe bem a importância que as creches de qualidade têm para seus filhos e para suas filhas, e para que ela possa exercer sua atividade com serenidade, tranquilidade, sabendo que seus filhos estão cuidados e atendidos e protegidos.

31. Nós não descuidamos, um só momento, do enfrentamento firme à violência contra as mulheres. Nós persistimos defendendo a plena aplicação da Lei Maria da Penha. Acredito que, neste país, é fundamental que nós mudemos a cultura que justifica a violência doméstica contra a mulher, a violência de próximos, afetivamente, da mulher sobre ela.
32. Sabemos que o exercício da violência privada é um momento dramático porque mostra para crianças algo que as crianças deviam evitar também, que é o contato com uma forma de violência covarde, é o contato com uma forma de violência que não tem justificativa e, por isso, tem de ser criminalizada, sim.
33. Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século XXI – que eu tenho certeza de que será o século do empoderamento cada vez maior das mulheres –, que as mulheres não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história.
34. Por isso, é importante a conquista da representação política das mulheres condizente com o papel central que ocupam na sociedade brasileira. Os resultados que vocês vão obter aqui, contribuindo para que continuemos resgatando a dívida histórica do Brasil com as brasileiras, são, de fato, muito importantes e estratégicos. Nós estamos no caminho certo.
35. Estamos dando aqui um novo e importante passo. Quero dizer para vocês que nós vamos em frente. E, para encerrar, quero reafirmar que as mulheres brasileiras têm, em sua presidenta, uma aliada incondicional na construção de um Brasil mais igual, em que as mulheres sejam cidadãs de primeira classe.
36. Nós vamos fazer, juntas, a maior revolução pacífica que uma sociedade pode empreender: a construção de uma sociedade de iguais. Uma sociedade [falha no áudio] podem sonhar e realizar qualquer sonho, inclusive aquele [falha no áudio] que eu, quando criança, nunca tive porque nunca me parecia... nem passava, eu acho, pela cabeça de ninguém: o sonho de ser presidentas da República.
37. Bom trabalho a todas. Muito obrigada.

**ANEXO E- Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante
Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional - Brasília/DF, 01/01/2011 às
16h55.**

Congresso Nacional, Brasília-DF, 1º de janeiro de 2011

Senhor presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney,
Senhores chefes de Estado e de Governo que me honram com as suas presenças,
Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,
Senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,
Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso,
Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras,
Senhoras e senhores ministros de Estado,
Senhoras e senhores governadores,
Senhoras e senhores senadores,
Senhoras e senhores deputados federais,
Senhoras e senhores representantes da imprensa,
Meus queridos brasileiros e brasileiras,

1. Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.
2. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.
3. Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.
4. Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia.
5. E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.
6. Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.
7. Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!
8. Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu nos tempos recentes.
9. Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.
10. De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do país.

11. A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o Presidente Lula deixa para todos nós.
12. Sob a sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da nossa história.
13. Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.
14. Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nesses oito anos: nosso querido vice-presidente José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este grande homem!! E que parceria fizeram o Presidente Lula e o vice-presidente José Alencar pelo Brasil e pelo nosso povo!!
15. Eu e o vice-presidente, Michel Temer, nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.
16. Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, liderados pelo Presidente Lula, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.
17. Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo em que superamos a nossa dívida externa.
18. Reduzimos, sobretudo, a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.
19. Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar sempre novas soluções.
20. Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda a sociedade, mudar de vida e de patamar.
21. Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo – um país de classe média sólida e empreendedora.
22. Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade.
23. Queridos brasileiros e queridas brasileiras,
24. Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui.
25. Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.
26. Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.
27. Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade, especialmente a estabilidade de preços, e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo da nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.
28. É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O uso

intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

29. Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A competitividade de nossa agricultura e da nossa pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda a nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

30. O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo, o desenvolvimento e o apoio à agricultura familiar e ao microempreendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

31. Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do Nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia, no Norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do Centro-Oeste, à força industrial do Sudeste e à pujança e ao espírito de pioneirismo do Sul.

32. É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

33. No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população no período do governo do Presidente Lula.

34. É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovadora, efetiva e integrada dos governos federal, estadual e municipal, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, o que é vontade expressa das famílias e da população brasileira.

35. Queridos brasileiros e brasileiras,

36. A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

37. Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

38. Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O conagraçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. É este o sonho que vou perseguir!

39. Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda a nossa sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e das pessoas de bem.

40. A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.

41. É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.

42. Isso significa – reitero – manter a estabilidade econômica como valor. Já faz parte, aliás, da nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que essa praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres.

43. Continuaremos fortalecendo nossas reservas externas para garantir o equilíbrio das contas externas e bloquear e impedir a vulnerabilidade externa. Atuaremos decididamente nos

fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

44. Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

45. Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público.

46. O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um Estado provedor de serviços básicos e de Previdência Social pública.

47. Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços públicos é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

48. Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

49. Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do programa Minha Casa, Minha Vida manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos Ministérios.

50. O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

51. Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

52. Esse princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso desse meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

53. Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

54. Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

55. Nas últimas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém, é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio.

56. Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

57. No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do ProUni para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.

58. Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso dos professores e da sociedade com a educação das crianças e dos jovens.

59. Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

60. Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

61. Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo.

62. Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.
63. O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.
64. Vou usar, sim, a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.
65. Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.
66. A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema.
67. Queridas brasileiras e queridos brasileiros,
68. A ação integrada de todos os níveis do governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.
69. Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com estados e municípios.
70. O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo – quando necessário – a participação decisiva das Forças Armadas.
71. O êxito dessa experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticada a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento dos jovens.
72. Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com o uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.
73. Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do *crack*, que desintegra nossa juventude e infelicitiza as nossas famílias.
74. O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente, queridas brasileiras e queridos brasileiros, se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.
75. A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.
76. O grande agente dessa política foi e é a Petrobras, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética e do petróleo.
77. O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no pré-sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.
78. Queridos e queridas brasileiras e brasileiros,
79. Muita coisa melhorou no nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.
80. Recorro a um poeta da minha terra natal. Ele diz: “o que tem de ser, tem muita força, tem uma força enorme”.

81. Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente também da cultura e do estilo brasileiros – o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.
82. Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e à matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental.
83. O mundo vive em um ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática.
84. Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e para a inovação como instrumento fundamental de produtividade e competitividade do nosso país.
85. Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico ou no campo do desenvolvimento econômico pura e simplesmente. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da nossa imensa diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.
86. Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação de nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.
87. Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais modernas e sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.
88. Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia a dia da nossa nação.
89. Queridas e queridos brasileiros e brasileiras,
90. Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio ambiente.
91. Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada.
92. O etanol e as fontes de energias hídras terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, (incompreensível) a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e de suas imensas florestas.
93. Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais.
94. Defender o equilíbrio ambiental do Planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.
95. Meus queridos brasileiros e brasileiras,
96. Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.
97. O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.
98. Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia.
99. Vamos dar grande atenção aos países emergentes.

100. O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente.
101. Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.
102. Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.
103. Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.
104. Queridas brasileiras e queridos brasileiros,
105. Disse, ao início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo.
106. Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizemos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:
 107. dos movimentos sociais,
 108. dos que labutam no campo,
 109. dos profissionais liberais,
 110. dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,
 111. dos intelectuais,
 112. dos servidores públicos,
 113. dos empresários,
 114. das mulheres,
 115. dos negros, dos índios, dos jovens,
 116. de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.
117. Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, no semiárido nordestino e em todos os seus rincões, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.
118. Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas, no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil.
119. Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.
120. Respeitada a autonomia dos Poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso país, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.
121. Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.
122. Reafirmo o que disse ao longo da campanha, que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso país e como bandeira sagrada de todos os povos.
123. O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são os elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

124. Eu e meu vice-presidente, Michel Temer, fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

125. Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e às parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte e do meu governo discriminação, privilégios ou compadrio.

126. A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.

127. Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com firmeza e autonomia.

128. Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

129. Chegamos ao final deste longo discurso. Queria dizer a vocês que eu dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. Entreguei, como muitos aqui presentes, minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco não tenho ressentimento ou rancor.

130. Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

131. Esta, às vezes, dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

132. “O correr da vida” – diz ele – “embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

133. É com essa coragem que vou governar o Brasil.

134. Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

135. Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

136. É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os próximos anos da minha vida.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que Deus abençoe a todos nós!

ANEXO F- Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA, 21/09/2011 às 11h20.

Nova York-EUA, 21 de setembro de 2011

Senhor presidente da Assembleia Geral, Nassir Abdulaziz Al-Nasser,
Senhor secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,
Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,
Senhoras e senhores,

1. Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.
2. É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.
3. Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.
4. Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.
5. Senhor Presidente,
6. O mundo vive um momento extremamente delicado e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade histórica. Enfrentamos uma crise econômica que, se não debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações.
7. Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados.
8. Agora, menos importante é saber quais foram os causadores da situação que enfrentamos, até porque isto já está suficientemente claro. Importa, sim, encontrarmos soluções coletivas, rápidas e verdadeiras.
9. Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções.
10. Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É – permitam-me dizer – por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias.
11. Uma parte do mundo não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Ficam presos na armadilha que não separa interesses partidários daqueles interesses legítimos da sociedade.
12. O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise – a do desemprego – se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no

mundo – 44 milhões na Europa, 14 milhões nos Estados Unidos. É vital combater essa praga e impedir que se alastre para outras regiões do Planeta.

13. Nós, mulheres, sabemos – mais que ninguém – que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor.

14. Senhor Presidente,

15. É significativo que seja a presidenta de um país emergente – um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego – que venha falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos.

16. Como outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos – e podemos – ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda.

17. Um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos, é a oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais.

18. O mundo se defronta com uma crise que é, ao mesmo tempo, econômica, de governança e de coordenação política.

19. Não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países integrantes da ONU e as demais instituições multilaterais, como o G-20, o Fundo Monetário, o Banco Mundial e outros organismos. A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica.

20. As políticas fiscais e monetárias, por exemplo, devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas que, por sua vez, levam a um círculo vicioso.

21. Já a solução do problema da dívida deve ser combinada com o crescimento econômico. Há sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará, sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais.

22. Está claro que a prioridade da economia mundial, neste momento, deve ser solucionar o problema dos países em crise de dívida soberana e reverter o presente quadro recessivo. Os países mais desenvolvidos precisam praticar políticas coordenadas de estímulo às economias extremamente debilitadas pela crise. Os países emergentes podem ajudar.

23. Países altamente superavitários devem estimular seus mercados internos e, quando for o caso, flexibilizar suas políticas cambiais, de maneira a cooperar para o reequilíbrio da demanda global.

24. Urge aprofundar a regulamentação do sistema financeiro e controlar essa fonte inesgotável de instabilidade. É preciso impor controles à guerra cambial, com a adoção de regimes de câmbio flutuante. Trata-se, senhoras e senhores, de impedir a manipulação do câmbio tanto por políticas monetárias excessivamente expansionistas como pelo artifício do câmbio fixo.

25. A reforma das instituições financeiras multilaterais deve, sem sombra de dúvida, prosseguir, aumentando a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial.

26. O protecionismo e todas as formas de manipulação comercial devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade, de maneira espúria e fraudulenta.

27. Senhor Presidente,

28. O Brasil está fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento, mantemos os gastos do governo sob rigoroso controle, a ponto de gerar vultoso superávit nas contas

públicas, sem que isso comprometa o êxito das políticas sociais, nem nosso ritmo de investimento e de crescimento.

29. Estamos tomando precauções adicionais para reforçar nossa capacidade de resistência à crise, fortalecendo nosso mercado interno com políticas de distribuição de renda e inovação tecnológica.

30. Há pelo menos três anos, senhor Presidente, o Brasil repete, nesta mesma tribuna, que é preciso combater as causas, e não só as consequências da instabilidade global.

31. Temos insistido na interrelação entre desenvolvimento, paz e segurança, e que as políticas de desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas às estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável.

32. É assim que agimos em nosso compromisso com o Haiti e com a Guiné-Bissau. Na liderança da Minustah temos promovido, desde 2004, no Haiti, projetos humanitários, que integram segurança e desenvolvimento. Com profundo respeito à soberania haitiana, o Brasil tem o orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país.

33. Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do mundo em desenvolvimento, em matéria de segurança alimentar, tecnologia agrícola, geração de energia limpa e renovável e no combate à pobreza e à fome.

34. Senhor Presidente,

35. Desde o final de 2010 assistimos a uma sucessão de manifestações populares, que se convencionou denominar “Primavera Árabe”. O Brasil é pátria de adoção de muitos imigrantes daquela parte do mundo. Os brasileiros se solidarizam com a busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade.

36. É preciso que as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo.

37. Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso à força deve ser sempre a última alternativa. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a intervenções em situações extremas.

38. Apoiamos o Secretário-Geral no seu esforço de engajar as Nações Unidas na prevenção de conflitos, por meio do exercício incansável da democracia e da promoção do desenvolvimento.

39. O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis.

40. Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma.

41. Senhor Presidente,

42. A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia. O ex-presidente Joseph Deiss recordou-me um fato impressionante: o debate em torno da reforma do Conselho já entra em seu 18º ano. Não é possível, senhor Presidente, protelar mais.

43. O mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea, um Conselho que incorpore novos membros permanentes e não permanentes, em especial representantes dos países em desenvolvimento.

44. O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela.
45. No Conselho de Direitos Humanos, atuamos inspirados por nossa própria história de superação. Queremos para os outros países o que queremos para nós mesmos.
46. O autoritarismo, a xenofobia, a miséria, a pena capital, a discriminação, todos são alçozes dos direitos humanos. Há violações em todos os países, sem exceção. Reconheçamos esta realidade e aceitemos, todos, as críticas. Devemos nos beneficiar delas e criticar, sem meias-palavras, os casos flagrantes de violação, onde quer que ocorram.
47. Senhor Presidente,
48. Quero estender ao Sudão do Sul as boas vindas à nossa família de nações. O Brasil está pronto a cooperar com o mais jovem membro das Nações Unidas e contribuir para seu desenvolvimento soberano.
49. Mas lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado palestino como tal, nas fronteiras de 1967, de forma consistente com as resoluções das Nações Unidas. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título.
50. O reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional.
51. Venho de um país onde descendentes de árabes e judeus são compatriotas e convivem em harmonia, como deve ser.
52. Senhor Presidente,
53. O Brasil defende um acordo global, abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima no marco das Nações Unidas. Para tanto, é preciso que os países assumam as responsabilidades que lhes cabem.
54. Apresentamos uma proposta concreta, voluntária e significativa de redução [de emissões], durante a Cúpula de Copenhague, em 2009. Esperamos poder avançar, já na reunião de Durban, apoiando os países em desenvolvimento nos seus esforços de redução de emissões e garantindo que os países desenvolvidos cumprirão suas obrigações – com novas metas no Protocolo de Quioto – para além de 2012.
55. Teremos a honra de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho do ano que vem. Juntamente com o secretário-geral Ban Ki-moon, reitero aqui o convite para que todos os chefes de Estado e de Governo compareçam.
56. Senhor Presidente e minhas companheiras mulheres de todo mundo,
57. O Brasil descobriu que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza, e que uma verdadeira política de direitos humanos tem por base a diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os gêneros.
58. O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumprimos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil.

59. No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm, nas mães, a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.
60. Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento o secretário-geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.
61. Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet.
62. Senhor Presidente,
63. Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui também representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.
64. Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.
65. Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.
66. E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações, que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.
67. Muito obrigada.